

**UFRRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – DDAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**DISSERTAÇÃO**

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS  
MEDIADORES RURAIS: A ATUAÇÃO DA CONTAG E DO MST  
NA CIRCUNSTÂNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**

**TERESA MÔNICA MAIA DE CARVALHO**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – DDAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS  
MEDIADORES RURAIS: A ATUAÇÃO DA CONTAG E DO MST  
NA CIRCUNSTÂNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**

**TERESA MÔNICA MAIA DE CARVALHO**

*Sob a Orientação do Professor:*

**Raimundo Santos**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro - RJ**

**Agosto de 2013**

331.80981

Carvalho, Teresa Mônica Maia de.

C331c

T

CAPÍTULO 1. Caminhos e descaminhos do repertório de ação dos mediadores rurais: a atuação da CONTAG e do MST na circunstância da transição democrática / Teresa Mônica Maia de Carvalho, 2013.

131 f.

Orientador: Raimundo Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 95-99.

1. CONTAG - Teses. 2. MST - Teses. 3. Década de 1980 - Teses. 4. Repertório de ação - Teses. I. Santos, Raimundo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TERESA MÔNICA MAIA DE CARVALHO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM, 16 de setembro de 2013

---

Raimundo Nonato Santos. Dr. CPDA/UFRRJ  
(Orientador)

---

Débora Franco Lerrer. Dra. CPDA/UFRRJ

---

Cláudio Ubiratan Gonçalves. Dr. UFPE

## AGRADECIMENTO

No processo de formulação desta dissertação contei com o apoio e as contribuições de muitas pessoas as quais eu gostaria de agradecer imensamente.

Agradeço aos meus pais pelos esforços de cuidados sempre amorosos, pelo apoio incondicional, pela saudade vencida pela coragem de correr o mundo. Deixando também meu agradecimento ao meu avô, Raimundo Lins, e a minha avó, Raimunda Maia, pela inspiração sertaneja de tranquilidade e força.

Sou grata as minhas primas-amigas-irmãs Juliana Maia e Francisca Maria Lins pelo carinho, cuidados e pelas energias positivas enviadas sempre. E aproveito para agradecer também ao meu tio Maurício pela racionalidade que materializa sonhos.

Devo mencionar e agradecer aos amigos que se fizeram presentes, mesmo há três mil quilômetros de distância e que sem os quais não teria nem mesmo iniciado essa caminhada, em especial, ao professor Uribam Xavier, Rodrigo Santaella, Bruno Sampaio, Davi de Andrade, Benjamim Lucas, Manoel Moreira Neto, Karinne Marques, Eliziane Moreira, Joice Nunes, Gabriela Catunda, Fernanda Nascimento, Camila Maciel, Milene Dantas e Livia Manzolillo.

Agradeço, sobretudo, a Marcelo Fragozo, pelo amor que persistiu na rota da saudade que “aperriava” de Fortaleza para o Rio de Janeiro, pelos diálogos críticos, pela tranquilidade e por ser meu companheiro cotidiano na construção de uma realidade feliz e apaixonada.

A todos do CPDA, que se tornaram minha família longe de casa. Em especial aos amigos Juliana Oliveira, Gemilson Segundo e Luciana Carvalho; às professoras Leonilde Medeiros, Claudia Schmitt e Regina Bruno; e aos funcionários Ana Lafeté e Marcos Porto.

Gostaria de agradecer especialmente ao professor orientador Raimundo Santos pelo saber instigante, pela grande contribuição a minha formação acadêmica e pela sensibilidade de me acompanhar desde a minha chegada ao mestrado.

Aproveito para agradecer professores membros da banca de avaliação pelas leituras e contribuições. Obrigada Professora Débora Lerrer e Professor Ubiratan Gonçalves.

À CAPES pelo financiamento nos anos de realização desse estudo, que me garantiu as condições materiais para cursar a pós-graduação fora do estado do Ceará;

com o desejo de que esse possa ser um direito ampliado, possibilitando um maior intercâmbio de saberes entre as diversas regiões do país.

“Quando eu vim do sertão seu moço  
Do meu bodocó  
Meu malote era um saco  
E o cadeado era o nó  
Só trazia a coragem e a cara  
Viajando num pau de arara  
Eu penei, mas aqui cheguei...”  
(Luiz Gonzaga)

## RESUMO

CARVALHO, Teresa Mônica Maia de. **CAMINHOS E DESCAMINHOS DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DOS MEDIADORES RURAIS: A ATUAÇÃO DA CONTAG E DO MST NA CIRCUNSTÂNCIA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Esta pesquisa consiste em um estudo acerca de espaços diferenciados constituídos historicamente pelos trabalhadores rurais brasileiros para organização e reivindicação de direitos, tendo como foco de estudo agentes que se desempenharam como mediadores políticos na década de 1980. Por conseguinte, terei como objeto de análise uma confederação sindical e um movimento social. Optei por pesquisar respectivamente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, devido à importante atuação dessas entidades no processo de redemocratização do país. Podemos destacar a influência da primeira durante o Governo Sarney. E de ambas nos debates acerca do tema da Questão Agrária por ocasião da Constituinte de 1988. Levei em conta que desde o fim da década de 1970 foi forjado um litígio que envolvia as duas associações no que concerne ao tema da representação dos trabalhadores rurais. Sabe-se, no entanto, que na trajetória desses atores há momentos em que sua ação programática se aproxima e diverge. A partir do estudo do repertório de ação dos atores, buscarei examinar como se conduziu a CONTAG nessa sua crise de representatividade. Outrossim, tentarei compreender os traços do processo de fortalecimento e expansão do MST na esfera pública no novo cenário democrático e também a consolidação do seu repertório de ação. O objetivo do trabalho consiste em realçar as especificidades e a natureza das reivindicações e, sobretudo, da forma de atuação e referências que dão contorno a cada uma dessas instâncias de representação.

**Palavras-chave:** CONTAG, MST, Trabalhadores Rurais, Repertório de ação, década de 1980.

## ABSTRACT

This research is a study about different spaces historically constituted by the Brazilian rural workers to organize and claim rights, with the aim to study agents who played roles as political mediators in the 1980s. Consequently, I have as an object of analysis a labor confederation and a social movement. I chose to research respectively the National Confederation of Agricultural Workers - CONTAG - and the Movement of Landless Rural Workers - MST, due to the important role of these entities in the process of democratization of the country. The influence of the former can be highlighted during Sarney's government and the influence of both in the debates concerning the topic of the Agrarian Issue during the 1988 Constituent Assembly. It was taken into consideration that since the late 1970s a dispute has been forged involving the two associations regarding the issue of the representation of rural workers. It is known, however, that there are moments in the track of these agents that their programmatic action approaches and diverges. Based on the study of the repertoire of action of the agents, I will seek to examine how CONTAG was led to this crisis of representation. Moreover, I will try to understand the features of the process of strengthening and expanding of MST in the public sphere in the new democratic scenario and also the consolidation of its repertoire of action. The objective of this paper is to highlight the specificities and the nature of the claims and, above all, the way of acting and references that give contour to each of these representative bodies.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu

AP – Ação Popular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNRT – Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária

CNTA – Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas

CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB – Confederação Rural Brasileira

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais

DNTR-CUT – Departamento Rural

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNRURAL – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desestatização

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	13
CAPÍTULO 1. OS ANTECEDENTES DAS DISPUTAS PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS: MEDIADORES POLÍTICOS E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO. ....	22
1.1. Sindicatos e Ligas Camponesas: controvérsias acerca da revolução brasileira .....	23
1.2. A construção do sindicalismo rural brasileiro: entre a foice e a cruz.....	27
1.3. O Golpe Militar e o desafio da mediação.....	34
CAPÍTULO 2. A ATUAÇÃO DOS MEDIADORES NA HORA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	37
2.1. A democratização política no Brasil: os anos 1978-79 .....	38
2.2. Os dilemas da transição democrática: processos e atores .....	42
2.3. O sindicalismo rural e a sociabilidade católica na nova circunstância democrática. ....	45
2.4. A CONTAG e o MST na encruzilhada da Redemocratização..	53
CAPÍTULO 3. AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA .....	57
3.1. A CONTAG e o MST ante o I PNRA.....	61
3.2. O agro-reformismo da Nova República .....	67
CAPÍTULO 4. O DESEMPENHO DA CONTAG E DO MST ENTRE OS ANOS DE 1988 E 1991 .....	73
4.1. A Constituinte: Uma Nova Esperança de Direitos.....	73
4.2. A transição continua: os atores e a conjuntura pós-constituinte .	77
4.3. A firmação dos repertórios .....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	100
ANEXO A – Quadro Cronológico.....	101

ANEXO B – Documento Aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB Itaici, 14 de fevereiro de 1980.....	102
ANEXO C – 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais .....	128
ANEXO D – 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	129
ANEXO E – Edições do Jornal Sem Terra (2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) .....	130
ANEXO F – 1º Congresso Do Departamento Nacional dos Trbalhadores rurais da CUT .....	131
ANEXO G – 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais .....	131

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

Nesse estudo nos propomos a pesquisar as relações estabelecidas entre a CONTAG e o MST – disputa e colaboração – no cenário da redemocratização do país da anistia em 1979 até 1991. O nosso interesse é procurar saber como se dá a atuação dos mediadores rurais no sentido programático e da prática, em um contexto no qual tais atores se colocam frente a frente na disputa por legitimidade, colaborando e/ou se opondo. Essas relações podem ser compreendidas como numa configuração, utilizando aqui o conceito de Norbert Elias<sup>1</sup>, se visualizarmos os atores interagindo dentro de um mesmo campo relacional, no qual poderemos perceber seus pontos de convergência e também de afastamento do outro.

Esse conceito de *configuração*, de Elias propõe uma nova compreensão da sociedade através da reflexão sobre a forma como a sociedade é vista pelo indivíduo. Conforme o autor, hegemonicamente essa visão é *reificante e egocêntrica*, ou seja, essa conceituação predominante faz com que vejamos o processo em que uma realidade humana ou social está posta como algo sem dinamismo, apresentando fixidez de um ser inorgânico. Desta forma “coisificamos” a sociedade para estudá-la e, assim, segundo ele, somos impedidos de compreender a natureza dos problemas sociológicos.

O conceito de Elias é um contraponto a esse paradigma. Ele permite compreendermos a relação entre os *objetos* ou os *indivíduos* como relações não estáticas, mas interdependentes e moldadas por situações específicas de interação, coerção etc. Para o autor, a compreensão das forças sociais que agem é fundamental para termos um conhecimento mais seguro sobre elas.

É importante destacar que, pelo fato de Elias teorizar sobre temas por demais abrangentes – a compreensão da sociedade e o paradigma da sociologia como produtora de conhecimento –, nos referimos a ele no tema aqui proposto, retendo o conceito de configuração como ponto inicial de nosso estudo sobre a CONTAG e o MST como atores em situação de diálogo e conflito em determinada circunstância na qual também atuam outras forças sociais e agentes estatais. O que queremos ressaltar é que estes

---

<sup>1</sup>Cf. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70, 2008.

atores interagem a partir de um terreno em que estão dadas relações de poder, mas em que também existe dependência recíproca entre eles.

Hannah Arendt também pode ser mencionada por ter formulado reflexões acerca desse tema, valorizando e relacionando, no processo de experimentação da vida pública, aspectos da condição humana<sup>2</sup> - como a pluralidade – e da prática política – como a representatividade.

Em sua obra, *A condição humana* (1958), provocada pela preocupação com o futuro da humanidade após sua chegada ao mundo moderno, a autora se propõe fazer uma *reconsideração da condição humana* afim de “chegar a uma compreensão da natureza da sociedade, tal como evoluíra e se apresentava no instante em que foi suplantada pelo advento de uma era nova e desconhecida”.<sup>3</sup>

Ao se referir ao *exame da vida ativa*, Arendt atribui grande importância ao discurso e à política, sendo o primeiro condição imperativa para a prática da última. Uma vez que a ação humana, para ela, só possui sentido na medida em que pode ser ela mesma discutida e comunicada. O *homem* ou *os homens*, caso estejam destituídos desta condição oferecida pela linguagem, perderiam também sua qualidade de *ser político*.

Segundo Arendt, essa seria precisamente uma das ameaças do mundo moderno que mais a inquietava. Pois, a era nova de descobrimentos científicos e de manipulação da tecnologia, norteadas pelo anseio de tornar artificial a própria vida, levava ao *divórcio entre o conhecimento e o pensamento*, já que a linguagem das fórmulas científicas viria se tornando cada vez mais a única forma de comunicar tais avanços. O que também colocava sob ultimato a condição humana em sua essência.

O tema da autora é o *mundo público* e as capacidades políticas que condicionam a existência humana. Ele seria o espaço no qual os homens se relacionam para a construção da realidade, demonstrando, através de palavras e ações, quem são e quais são suas disposições. Já foi observado que a autora em sua obra pretendia “iluminar a

---

<sup>2</sup> A autora irá designar três atividades humanas como fundamentais: o labor, o trabalho e a ação; e afirmará que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política,” mas identificando na ação a condição humana da pluralidade, que seria também a de toda a vida política. Cf. ARENDT, H. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009, p.15.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 14.

importância do domínio político, resgatando-o da opacidade”, mas também buscava “refletir sobre o significado da ação política”.<sup>4</sup>

Assim, em sua reflexão sobre a ação política, Arendt constrói uma artilosa teia na qual surgem outros temas e questões de interesse para o nosso estudo. Dentre eles, o já citado uso do discurso e da palavra que possibilita vivência do mundo público; a liberdade, não como coisa dada, mas como valor que requer construção e conservação do espaço público para emergir e ainda a relevância do agir em conjunto do qual, segundo ela, nascerá o poder.

Mencionados esses pontos expostos pela autora no seu livro de 1958, notamos que há outro aspecto interessante a ser estudado dos dois atores – a CONTAG e o MST –, que é o de tornar inteligível sua ação no mundo público, a que se refere Arendt, o mundo político no qual a entidade sindical e o movimento social constroem as bases de sua representatividade.

Acerca dessa questão da inteligibilidade do discurso, podemos também recorrer ao pensamento de Habermas – clássico que, como Arendt, combina inquietação social com preocupação epistemológica. Ao analisar a ação dos atores, Habermas irá conferir função preponderante à teoria. Segundo Habermas, esta deve juntar-se em *fecunda simbiose* com a ação prática, servindo-lhe como orientação para evitar precipitar-se no *mero ativismo*.<sup>5</sup> Pois, para o pensador alemão, o ativismo se diferencia da práxis política, no sentido de que seu exercício “implica (aos atores) arriscar-se em saltos no vazio sem conhecer as possíveis consequências” de seus passos.<sup>6</sup>

Habermas se assemelha a Hannah Arendt no que diz respeito às trajetórias dos seus pensamentos, já que ambos partem inicialmente de conceitos filosóficos. No caso do primeiro, seu trânsito de conceitos da filosofia da consciência para construir um novo paradigma que vem subsidiar a sua noção de ação comunicativa. Como explica A. Welmer, na teoria habermesiana, há “um projeto de uma teoria crítica da sociedade

---

<sup>4</sup> Elizabeth Young-Bruehl apud Celso Lafer (posfácio). In.: Ibidem, p.346.

<sup>5</sup> Observei a introdução de Velasco Arroyo no texto do professor Raimundo Santos: “Relembrando o PCB nos nossos tempos”. In.: Revista de Política e Cultura. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2012, nº 32.

<sup>6</sup> VELASCO ARROYO, Juan Carlos. Orientar la acción, la significación política de la obra de Habermas (Introducción). In.: HABERMAS, Jürgen. *La inclusión Del otro. Estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999, p.12. Devo fazer referência à Raimundo Santos. SANTOS, Raimundo. *O que é ser esquerda hoje?* Brasília: FAP, 2013.

desde o marco conceitual da filosofia da consciência, adaptada a um modelo sujeito-objeto do conhecimento e da ação, no marco conceitual da teoria da linguagem e da ação comunicativa”.<sup>7</sup>

Na obra *Para a reconstrução do materialismo histórico*, publicada 1976, Habermas já irá expressar essa alteração de paradigma na análise do processo de autorregulamentação do sistema social, migrando das categorias marxistas para “supostos comunicativos e imperativos funcionais”. Podemos notar esta tendência sintetizada no seguinte trecho:

Enquanto Marx localizou os processos de aprendizagem evolutivamente relevantes (na medida em que encaminham as ondas de desenvolvimento das épocas) na dimensão do pensamento objetivante, do saber técnico e organizativo, do agir instrumental e estratégico – em suma, das forças produtivas –, emergiram nesse meio-tempo boas razões para justificar a hipótese de que também a dimensão da convicção moral, do saber prático, do agir comunicativo e da regulamentação consensual dos conflitos de ação, têm lugar nos processos de aprendizagem que se traduzem em formas cada vez mais maduras de integração social, em novas relações de produções, que são as únicas a tornar possível, por sua vez, o emprego de novas forças produtivas. Uma posição importante para a estratégia teórica chega assim a tocar as estruturas de racionalidade, que encontram expressão nas imagens de mundo, nas ideias morais e nas formações de identidade; que têm eficácia prática nos movimentos sociais e que, por fim, se materializam em sistemas de instituições.<sup>8</sup>

Dessa forma, percebo que, ao aludir à importância do processo de aprendizagem potencializado em momentos de transformação e/ou crise, Habermas nos fornece subsídios que ajudam a embasar o estudo acerca dos encaminhamentos das demandas dos trabalhadores rurais dados pela CONTAG visando a resolução do dissídio de legitimidade vivido no período da transição democrática no país nos anos 1980.

Há outro conceito do autor que nos possibilita análise. Trata-se da noção apresentada, na mesma obra habermesiana, de *dinâmica de desenvolvimento*, caracterizada por uma mutação das estruturas diante dos desafios evolutivos representados por problemas sistêmicos não resolvidos eficazmente, sendo o processo de aprendizagem e de diálogo uma resposta possível e viável para superação do problema.

---

<sup>7</sup> WELMER apud *Idem*, p.12.

<sup>8</sup> HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1990, p. 14-15.



A reflexão de Habermas nos sugere ver como o cenário vivenciado pelo país ao final do governo ditatorial recolocou grandes problemas ao sindicalismo rural, sobretudo à CONTAG que se dedicou ao longo de muito tempo a buscar soluções. No entanto, o desafio que estava posto diante da entidade exigia um redimensionamento da sua prática, vale dizer, do seu repertório de ação.

Percebemos que o tema do repertório de ação dos movimentos sociais precisa ser incorporado ao nosso estudo, pois ele também permite-nos acerrar da questão da legitimidade da representação dos trabalhadores rurais e da perda da legitimidade da CONTAG no cenário da redemocratização.

Para tratarmos deste tema teremos como referência inicial as reflexões de Charles Tilly, compiladas no artigo *From Interactions to Outcomes in Social Movements*. Segundo o autor, esses movimentos possuem um *repertório de ações coletivas*, que pode ser compreendido como um conjunto de formas operacionais e organizacionais estratégicas elencadas em tempo e espaço definidos.

Tilly também irá apontar que a interação entre os atores é condição basilar para a constituição dos movimentos sociais, já que, o pressuposto da sua atuação será a existência de outros atores com os quais suas pautas se relacionem. Segundo o autor, nenhum movimento social é auto-suficiente, distinguindo, na situação analisada em seu texto, por exemplo, três grupos: os *power holders* ou os detentores do poder, o grupo dos que toleram o movimento ou até apoiam suas ações e os participantes, que são desde a base até as lideranças do movimento social.<sup>9</sup>

Podemos chamar atenção ainda para a equação formulada pelo autor na qual relaciona a força do movimento social com outras quatro categorias, sendo elas: *merecimento, unidade, números e compromisso*; portanto esses quatro aspectos deveriam direcionar a atuação dos movimentos sociais para serem bem sucedidos. O

---

<sup>9</sup> Segue-se trecho a que me refiro na obra de Tilly: “No social movement is self-contained. none operates without involvement of at least three distinguishable populations: power holders who are the objects claims, the minimum claim being to tolerate the movement's existence, participantes, who range from minor contributors to leaders and are often connected by social movement organizations; and a subject population or when a populist power holder deserts his fellows to ally with popular claimants.” TILLY, Charles. *From interactions to outcomes in social movements*. In Giugni, Marco; McAdam, Doug; Tilly, Charles (Ed). *How social movements matter*. Minnaoplis, Universty of Minnesota Press, 1999, p. 257.

repertório de ação, conseqüentemente, também estaria fortemente interligado à essas dimensões indicadas, já que ele orienta as formas táticas de ação.

Em texto recente, Luiz Werneck Vianna fará referência ao conceito de repertório. Vianna assim define repertório: “Os repertórios constituem um conjunto articulado de conhecimentos e de práticas, selecionados pela experiência, que se tornam dominantes quando amplamente compartilhados”<sup>10</sup>, definição a qual retornaremos adiante.

Por outro lado, é preciso mencionar ainda um estudo que nos estimula no que diz respeito a esse tema dos atores: *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*, de Lygia Sigaud. Ao equacionar a questão que pretende investigar, a autora mobilizou o conceito de repertório de ação para analisar a mudança de comportamento dos líderes sindicais pernambucanos no que se refere a demandas, forma de luta e o MST como um possível protagonista influente na orientação da interpelação dos sindicatos rurais.<sup>11</sup> Sigaud coloca a questão e formula perguntas de interesse para o nosso estudo:

Os sindicalistas da zona canavieira, desde os anos 1960, haviam feito das lutas por direitos trabalhistas, pela via da regulação jurídica, a prioridade máxima de seus enfrentamentos com os patrões. A partir de 1979 começaram também a mobilizar os trabalhadores para exigir aumentos salariais e contratos coletivos de trabalho, por meio de greves. Certo que a *reforma agrária* sempre foi bandeira de luta dos STRs e da FETAPE, assim como da CONTAG, à qual a FETAPE é filiada, mas só em meados da década de 1990 passaram a organizar de forma sistemática os trabalhadores para ocupar engenhos e exigir sua desapropriação. Como entender essa inflexão em sua política em relação aos patrões e aos trabalhadores? Estaria ela relacionada à chegada em Pernambuco de militantes do MST procedentes do Sul do país e à sua atuação junto aos trabalhadores rurais, sobre os quais o movimento sindical sempre tivera hegemonia incontestada?<sup>12</sup>

Voltemos ao tema do repertório nos dois últimos autores – Sigaud e Werneck Vianna – nos quais o repertório tem sua definição calcada nos princípios de legitimidade e de eficácia. E, assim, analisando a atuação do MST, Lygia Sigaud afirma que a *forma acampamento* foi incluída no repertório dos atores da região porque foi

---

<sup>10</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Problemas de repertório, o Barcelona e nós*. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 11 de janeiro de 2012.

<sup>11</sup> No período estudado pela autora o MST estava em fase inicial de expansão em país, tendo chegado à Zona da Mata pernambucana no início da década de 1990.

<sup>12</sup> SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. In.: Novos Estudos, nº 58, novembro de 2000, p. 74-75.

“difundida com a colaboração dos sindicalistas, uma afirmação simbólica cujos significados eram compartilhados pelos diferentes indivíduos envolvidos nos acampamentos e, por isso mesmo, eficaz”.<sup>13</sup>

Em uma primeira conjectura, suponho que o processo de transformação da entidade – a CONTAG – visando a superação do problema da crise de representatividade que afligia suas bases, pode ser visto como um processo de interação e aprendizado entre os atores – a CONTAG e o MST – com base nos repertórios de ação utilizados pelas duas associações. Essa perspectiva sugere que esses protagonistas encontravam-se em constante diálogo no mundo público, construindo entre eles discursos e práticas, mas também levando em conta a conjuntura nacional e as outras forças sociais que atuavam na época.

Acerca das particularidades que compõem e diferenciam esse período histórico na sua obra *A sociologia no Brasil*, Florestan Fernandes, irá apresentar o conceito de *fermento social* definido como “fator construtivo na dinâmica da vida em sociedade”.<sup>14</sup> Werneck Vianna em *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (1997), utilizará esse conceito de Florestan em sua análise das transformações modernizadoras ocorridas desde os anos 1930 até a Constituinte de 1988 para esclarecer quais características da sociedade brasileira das épocas impulsionaram tais mudanças. Para o autor, a questão democrática pode ser compreendida também como um fermento social que a dinamizou a partir da segunda metade da década de 1970, agregando valores, novas práticas e novos atores que ensejam concretizar um processo de massificação da cidadania.<sup>15</sup>

Assim, se partimos dessa perspectiva, ousaria dizer que o momento histórico ao qual nosso estudo dará maior atenção forneceu o *fermento social* que proporcionou

---

<sup>13</sup> *Idem*, p. 91.

<sup>14</sup> FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 31.

<sup>15</sup> Naquele livro de Werneck Vianna, o conceito de Florestan Fernandes é retomado e sendo nomeado de diferentes formas. Para se referir à incorporação dos ideais liberais na sociedade escravocrata, o autor refere-se ao liberalismo como “elemento revolucionário” (p. 13); adiante a questão racial será compreendida pelo autor como novo desafio do desenvolvimento posto à sociedade brasileira que também dinamizara o cenário e promoverá mudanças. Nomeia também de “fermento revolucionário” a “questão social” pós-Estado Novo que impulsionará renovações e instigará, também, o transformismo de Juscelino Kubitschek (p. 18). Por fim, o autor chamará atenção para a democracia como “novo fermento” no tempo da “transição política do autoritarismo à democracia que reabre condições novas para agenda da revolução passiva” brasileira (p. 23). *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2 ed., revista e ampliada, julho de 2004.

àqueles dois atores a oportunidade de agir em constante interação, produzindo conhecimento, discurso e ações de forma distinta do que o fariam se estivessem isolados. Mesmo estando em disputa, serviram-se inconscientemente um ao outro como estímulos que redirecionaram suas intervenções na esfera pública, sendo sua revitalização, no caso da CONTAG, e o surgimento e a consolidação, no caso do MST. O resultado dessa interação é bem diferenciado no que se refere aos repertórios por eles antes utilizados. Compreendo aqui que o repertório, o discurso e as práticas em geral são originados pela interação na ação social e política no contexto no qual se situam os atores<sup>16</sup>, ação esta que exige fundamentalmente a existência de interlocutores.

O meu interesse é perceber se o “novo” caracterizado pela fundação do MST, que surge neste período e se afirma como protagonista eficaz e legítimo, até os dias atuais, é produto apenas do esforço militante do movimento, ou se do fluxo criativo que circulou por uma rede discursiva, sendo esta, por sua vez, produto de uma mudança na *configuração social* favorecida por uma série de condições político-sociais, como a longa transição democrática do país<sup>17</sup>. Tais como a ativação da sociedade civil, o movimento de oposição sindical, a crise de representatividade da CONTAG e o enfraquecimento do PCB como força com gravitação política, a difusão de novos valores democráticos, a urgência da Reforma Agrária<sup>18</sup> e a possível radicalização da pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais.

Sabe-se dos limites da proposta desse estudo, tendo em vista que a base da pesquisa são documentos produzidos pelos atores, a CONTAG e o MST, referentes aos seus Congressos no começo do período da transição até o início da década de 1990. Sabemos das implicações do uso de material documental, e os tomamos até onde eles

---

<sup>16</sup> Vianna leva muito em conta o papel do ator na sua circunstância, suas orientações e as oportunidades do seu agir. “O problema da cidadania na hora da transição democrática.” (1983) In: *Travessia*: da abertura à constituinte. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

<sup>17</sup> Para Moisés (1986), “o processo de transição política que transcorre no Brasil revela-se, de longe, o mais longo de quantos se tem notícia, em condições semelhantes, na história política contemporânea”. Para ele, este período de transição se inicia em 1974 (com a vitória da maioria dos candidatos do MDB nas eleições gerais) e se estende “num fluxo descontínuo que, frequentemente, repõe as condições de manutenção, senão do ‘antigo regime’, de algumas de suas bases jurídicas e institucionais mais importantes”, seguindo por avanços e recuos até a realização do Congresso Constituinte, que por seu formato é, segundo o autor, uma “fórmula francamente conservadora [...] de enfrentar a exceção representada pelos governos militares.” MOISÉS, José Álvaro. *Cenas de Política Explícita*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986, p. 7.

<sup>18</sup> Para ilustrar a urgência da política de Reforma Agrária na época, podemos lembrar que uma das primeiras ações do recém-empossado Presidente da República, José Sarney, foi anunciar em seus primeiros dias de governo o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que não será efetivado completamente.

podem expressar a apreensão da realidade. Pois, as restrições são aparentes quando se utiliza um determinado instrumento isoladamente (entrevistas etc). Nesse estudo utilizamos também depoimentos de lideranças nacionais, registros audiovisuais e inclusive foi realizada uma experiência de um grupo focal com militantes dos movimentos sociais agrários.

## **CAPÍTULO 2. OS ANTECEDENTES DAS DISPUTAS PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS: MEDIADORES POLÍTICOS E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO.**

Ao realizarmos, nos dias atuais, uma pesquisa acerca da CONTAG e do MST e sua atuação na década 1980, pretendemos, além de nos somar aos que já contribuíram na edificação de uma memória que possa ser acessada para pensar a trajetórias desses mediadores, valorizar as contribuições que esses grupos, com sua atuação, forneceram ao longo período de transição democrática vivido no país durante aquela década.

Acredito que o cenário da redemocratização possibilitou a esses protagonistas a criação de repertórios de ação importantes na conquista de direitos sociais e políticos para os trabalhadores rurais. Todavia, este fluxo criativo é componente inerente da história, podendo repetir-se diante de transformações vividas também em épocas posteriores. Assim, este estudo pretende aprovisionar reflexões que possibilitem a percepção da importância da continuidade da atuação desses protagonistas – a CONTAG e o MST – em anos posteriores ao período estudado, ambicionando auxiliar na compreensão de como adaptações realizadas na forma de ação ou no seu repertório, diante de mudanças estruturais, podem ter potencializado e/ou continuam potencializando o aprofundamento da democratização social e política do país, primordialmente nos tempos mais recentes no que se refere à reivindicação por políticas públicas.

Para tanto, a fim de demonstrarmos o condicionamento de momentos históricos caracterizados por mudanças estruturais na organização do país que resultam em disputas dos protagonistas pela representação dos trabalhadores rurais, acredito ser importante reconstruirmos a história das mobilizações e reconhecermos nas *configurações*<sup>19</sup> que marcam cada época a influência da atuação dos atores estudados neste trabalho ou de seus antecessores.

---

<sup>19</sup> Como já antecipado na introdução deste texto, Elias considera que os atores são parte de uma *configuração*, buscando compreender a sociedade e as relações de poder dadas entre eles a partir da ideia de *dependência recíproca*. Essa referência de Elias, permite compreender que tanto a CONTAG quanto o MST são agentes políticos que atuam como mediadores, interagindo dentro de um mesmo contexto (ou

### 1.1. *Sindicatos e Ligas Camponesas: controvérsias acerca da revolução brasileira*

Sabemos que, a partir da década de 1930, há um esforço dos dirigentes políticos do país em incentivar um processo de transformação no Estado brasileiro caracterizado pelo aspecto modernizador. A perspectiva desses dirigentes, advindos em grande parte da elite agrária não exportadora, era impulsionar o desenvolvimento capitalista “pelo alto”<sup>20</sup>. As transformações dessa época introduzem, junto à modernização, uma maior complexidade nas relações de trabalho, produção e comercialização. No entanto, a singularidade desse processo de modernização, no que concerne ao mundo rural, se mantém a concentração da posse da terra e a garantia do *exclusivo oligárquico*<sup>21</sup>. Esses traços da organização política-econômica brasileira auxiliavam na conservação da base de poder também político e econômico, na qual se assentava essa elite que então se fizera dirigente política do país. Essa modernização influenciou também, ainda que secundariamente, as relações de trabalho no campo.

Esse tipo de modernização poria em questão o futuro do camponês como tal (posseiro, arrendatário, agricultor familiar etc.), especialmente diante do processo de urbanização e logo da sua transformação em *assalariado*. Vejamos no trecho abaixo, como citado autor irá interligar o processo modernizante vivenciado com a liberação da mão de obra rural para a cidade e, logo, para as fábricas.

A manutenção da propriedade da terra como exclusivo oligárquico – obra da violência política do Estado, que o movimento político-militar de 1930 ratificou – e a subsequente modernização, acarretou a liberação de mão de obra dos campos para a cidade. A expropriação em massa do trabalhador da terra dos meios de subsistência veio dar partida a um processo que somente agora se ultima – a subordinação real do trabalhador à fábrica.<sup>22</sup>

Em reação ao cenário que se fazia anunciar, desde a década de 1940 e sobremaneira a partir dos anos 50, há uma crescente expansão das mobilizações em

---

configuração no qual as relações construídas por cada um são representativas dos pontos de convergência e divergência entre eles. ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70, 2008.

<sup>20</sup> VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>21</sup> Aquela expressão “exclusivo oligárquico” é de Werneck Vianna apresentada quando o autor analisa o perfil e a postura política do grupo que tomou o poder após a Revolução de 1930, estando, pois, na direção do projeto modernizador. Segundo Vianna, em relação à posse da terra e às relações de trabalho, a concentração da posse de terra fornecia a esta elite “o controle político e econômico dos habitantes que viviam no interior e em torno de seus domínios senhoriais”. Assim, a modernização liderada por grupos conservadores não contemplava a realização da Reforma Agrária. O “controle do Estado pela oligarquia não exportadora [...] inaugurou novos horizontes de realização capitalista para essa fração de classe.” VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 139.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 140.

áreas rurais visando a conquista de direitos, entre estas podemos citar dois dos mais representativos – as Ligas camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais (STR) – por sua repercussão nacional e pela disputa travada no que se refere à representação dos trabalhadores.

No entanto, essas não são as únicas expressões de mobilização rural. São conhecidos vários eventos que lhes guardam semelhanças quanto à forma de luta e quanto ao caráter de suas demandas<sup>23</sup>. Pois, refletiam o panorama de transformação daqueles anos 50, período este, como já dito, assinalado pela introdução da sociabilidade capitalista, embora lenta e desigual também entre os trabalhadores rurais. Figuram entre as principais reivindicações dessas mobilizações a garantia do direito de manutenção na terra e dos direitos trabalhistas, sendo a maioria desses eventos impulsionados por cenários locais nos quais trabalhadores rurais foram expropriados e vitimizados<sup>24</sup>.

Na recomposição sucinta da trajetória desses grupos mobilizados irei discorrer sobre a experiência de organização camponesa surgida nos estados de Pernambuco e da Paraíba na década de 1950, conhecidas como as Ligas Camponesas e a tensão por ela estabelecida com os sindicatos rurais, mais precisamente entre Francisco Julião (líder das Ligas nordestinas) e Giocondo Dias (da direção do PCB).

Segundo Bastos (1984), as Ligas se caracterizam por serem movimentos oriundos de grupos que obtiveram experiências com o processo de transformação global da sociedade brasileira que combinava alteração nas dimensões econômica, política e social da vida cotidiana, sendo assim, uma expressão da sua capacidade de reagir no momento histórico às mudanças sentidas em seu cotidiano naquele momento.

No estudo *As Ligas Camponesas*, aquela autora, ao dedicar-se à análise dos mediadores políticos, discorre sobre a ação de grupos externos ao *mundo dos camponeses* desde o processo de organização da mobilização, destacando também a

---

<sup>23</sup> Martins, na obra *Os camponeses e a política*, irá discorrer acerca de algumas mobilizações nas décadas que antecedem o Golpe Militar, e ainda analisará criticamente as ações dos mediadores que atuaram no período. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>24</sup> Neste trabalho utilizarei a categoria política de trabalhadores rurais, compreendendo diferentes formas de trabalho e de relação com o capital (assalariados, meeiros, sitiantes, posseiros ou pequenos produtores). Formas essas já bastante estudadas. A perspectiva aqui utilizada parte da diversidade dos grupos que compõem as categorias de assalariados e não assalariados. (Ver Azevedo: 1982; Bastos:1984; Gomes: 1987; Heller: 2006; Martins: 1983; Rudá:1999)



importante articulação que entrelaçou as causas imediatas levantadas pelos trabalhadores nas mobilizações (sendo estas as primeiras que foram reclamadas – como necessidade de crédito, autonomia no trabalho etc.) com demandas mais gerais, dentre as quais a reivindicação da Reforma Agrária.

Segundo aquele estudo de Bastos, a atuação de agentes externos como mediadores nos conflitos facilitou o acesso dos trabalhadores à informação, favoreceu sua politização e das pautas reivindicatórias, auxiliando na construção da sua identidade política. Ao mesmo tempo, ainda segundo a autora, esse processo poderia ter causado uma “ruptura entre bases e lideranças do movimento”.<sup>25</sup> O discurso forjado pelas lideranças políticas mais interessadas em unificar as mobilizações emergentes teria gerado percepções diferenciadas do sentido simbólico da luta, dificultando a compreensão da base sobre o processo, quando generalizado no território nacional.<sup>26</sup> É assim, segundo a autora, que surge e se consolida uma relação carismática entre os trabalhadores e os líderes.<sup>27</sup>

No entanto, temos que realçar a presença de dois mediadores, os já citados sindicatos rurais e as Ligas que possuíam princípios de atuação distintos. Em certo momento, tais protagonistas irão disputar a hegemonia da movimentação agrária, emergindo discrepâncias nos seus respectivos repertórios. Primeiramente, há dois pontos de discordância que interpelavam as bases teóricas do PCB<sup>28</sup>, protagonista com

---

<sup>25</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*, Petrópolis; Vozes, 1984, p. 54.

<sup>26</sup> Bastos registra que, para as lideranças políticas, a reivindicação da Reforma Agrária e a luta contra o latifúndio seriam elementos unificadores das lutas. No entanto, segundo a autora, o verdadeiro motivo propulsor da mobilização é a luta contra a propriedade nos moldes capitalistas. Sendo assim, a organização dos trabalhadores não seria um questionamento ao ‘antigo’ modelo – representado pelo latifúndio – e, sim, consequência de um mal-estar gerado pelo avanço do ‘novo’ caracterizado pela expansão da ‘sociabilidade capitalista’ nas relações de trabalho, transformando também a relação do trabalhador e do proprietário com a terra.

<sup>27</sup> Max Weber indicará a existência de três tipos puros de dominação, dentre estes a dominação carismática, que o autor define como uma dominação baseada em uma “devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (*carisma*) e, particularmente, a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam, constituem aqui a força de devoção pessoal. Os seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade ou no séquito. O tipo que manda é o *líder*. O tipo que obedece é o ‘*apóstolo*’”. WEBER, M. “*Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft.*” In: *Wirtschaft und Gesellschaft*, 4ª edição, organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tübingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Trd. Por Gabriel Cohn. In WEBER, Max. *Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

<sup>28</sup> Para compreender os posicionamentos dos comunistas é importante seguir sua trajetória e as concepções e diretrizes que norteiam sua prática. A partir de 1948, quando volta à clandestinidade, os comunistas publicam o Manifesto de Agosto de 1950 no qual rompem com a prática legalista de

grande influência nos sindicatos. Francisco Julião, dizia ser possível, neste momento, da segunda metade dos anos 50, pular as etapas previstas pelos teóricos russos para a revolução e partir direto para a revolução socialista; postura essa claramente discordante da que o PCB havia estabelecido como diretriz. Também, havia desacordo entre os dois atores no que dizia respeito à noção de aliança operário-camponesa. Para o Partido Comunista, a classe operária é a classe que teria a direção do processo que levaria à revolução brasileira, enquanto para o líder das Ligas, os movimentos camponeses possuíam um forte e singular caráter de questionamento político, estando apto a impulsionar o processo revolucionário.

É principalmente a segunda questão que torna visível a contraposição entre sindicatos e Ligas. Essa discrepância será acentuada pelo fato de Julião postular a Reforma Agrária radical como a principal demanda do movimento, subordinando as demais reivindicações, como aumento de salários, melhorias nos contratos de arrendamento, direitos trabalhistas etc.; menosprezando também a colaboração do proletariado rural e do PCB no processo de organização dos movimentos rurais revolucionários. Em posição oposta, o PCB, representado por Giocondo Dias, acusava o Julião de descuidar da importância da organização e do caráter legal das ações do movimento.<sup>29</sup>

A época, a controvérsia se acirra. Em 1962, um ano após o Congresso de Belo Horizonte<sup>30</sup>, Giocondo Dias publicará o artigo chamado *Francisco Julião, os*

---

encaminhamento da luta. No entanto, nesses anos o Partido oscila na sua forma de atuar e já em 1954 – no IV Congresso do PCB – e em 1958 – com a Declaração de Março – há uma nova diretriz que anuncia uma aliança entre camponeses, operários urbanos e a burguesia nacional no combate às forças imperialistas e latifundiárias. Além disso, o PCB anuncia no V Congresso do PCB – realizado em 1960 – a possibilidade do *caminho pacífico para a revolução*. SANTOS & COSTA, Camponeses e a política no pré-1964. In.: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril de 1997, n.8.

<sup>29</sup> Cf. COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1996, p.85.

<sup>30</sup> Realizado em novembro de 1961, o Congresso de Belo Horizonte ou I Congresso Camponês, contou com a participação de cerca de 1600 delegados eleitos. A metodologia do Congresso previa a criação de comissões para debates de temas importantes ao movimento. A comissão II, a da Reforma Agrária, contou com presenças ilustres como Julião e Giocondo Dias, além de outros dirigentes do PDB. Essa foi a comissão que mais repercutiu do evento, pois ela também formulou a Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas sobre o caráter da Reforma Agrária, um dos principais documentos do Congresso. A proposta de Reforma Agrária radical aprovada no Congresso incluía “a transformação da estrutura agrária, a desapropriação dos latifúndios e a posse do uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar. Reivindicava ainda direito de organização dos trabalhadores rurais e a modificação do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, no sentido de permitir a desapropriação por interesse social mediante indenizações em títulos públicos.” COSTA, Luiz. Flávio Carvalho. *O congresso*

*comunistas e a revolução brasileira*, no qual fará uma crítica à postura do líder das Ligas, apontando os danos que sua compreensão equivocada da realidade e das contradições postas ao país poderiam causar ao processo de realização da revolução brasileira. No entanto, em entrevista posteriormente concedida em 1979, Giocondo Dias pondera a posição na qual foi colocado Julião e afirma “eu fui obrigado a escrever um artigo polemizando com o Julião para colocar “os pingos nos is”. Mas Julião foi um aliado. Relendo hoje o artigo, acho que muita coisa eu não diria, mais...”.<sup>31</sup>

A posição amistosa de Giocondo Dias em relação à Julião, quase vinte anos depois da polêmica que envolvia PCB e as Ligas Camponesas na disputa pela representatividade do movimento camponês da época, reforça a hipótese da compreensão de que a interação dos atores, em períodos específicos nos quais estão dadas disputas por representatividade é, antes de ser uma relação de clara de oposição, uma oportunidade de intercâmbio de formas de ação, gerada por um conflito transitório, entre os atores.

## *1.2. A construção do sindicalismo rural brasileiro: entre a foice e a cruz.*

As ações que visavam à institucionalização e à regulamentação do sindicalismo rural também caracterizaram um processo no qual a disputa pela representação dos trabalhadores rurais e pela legitimidade da forma de atuação era notável. No entanto, em um primeiro momento há outra controvérsia que queremos mencionar, entre o setor do patronato rural e os trabalhadores acerca das funções da entidade associativa criada pelo governo para representá-los.

Durante o Governo de Vargas, marcado pela prática intervencionista do Estado, desenvolveram-se esforços para que as políticas estatais que foram implementadas para regular as relações de trabalho urbanas fossem estendidas aos trabalhadores rurais, prevendo inclusive que o decreto nº 1402, que anuncia as diretrizes para a organização sindical corporativista, também viesse a regular a experiência associativa dos trabalhadores rurais<sup>32</sup>. Depois de promulgado esse decreto, irão desencadear-se vários

---

*Nacional Camponês*: trabalhadores rurais no processo político brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

<sup>31</sup> Giocondo Alves Dias, entrevista realizada por Luiz Flávio Carvalho Costa, em 1979, Apud COSTA, 1996, p. 86.

<sup>32</sup> No citado Decreto, de 5 de julho de 1939, podemos chamar atenção para três artigos em especial: a) o artigo 1º, que define como “lícita a associação, para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus

debates sobre as especificidades da sindicalização rural, dos quais resultará, em 1945, uma nova legislação que previa a criação da Confederação Rural Brasileira (CRB), oficialmente ocorrida em 1951.

No entanto, essa Confederação não representava um ganho político para os trabalhadores rurais, prevalecendo na entidade a influência dos proprietários de terras.

[...] a CRB não seria uma agremiação sindical, tutelada pelo Ministério do Trabalho e, sim, teria caráter associativo, vinculando-se ao Ministério da Agricultura. Além disso, a entidade não dependeria financeiramente do imposto sindical, porém de subvenções do governo e da contribuição somente de seus associados. Os trabalhadores agrícolas assalariados, por não poderem contribuir financeiramente para o novo órgão estavam excluídos deste sistema de representação, devendo apenas receber serviços assistenciais.<sup>33</sup>

A CRB torna-se, então, a entidade representante oficial dos proprietários rurais em contraponto com a organização dos trabalhadores. Na década de 1960, ocasião do I Congresso Nacional Camponês, evento no qual se aprova uma resolução sobre a proposta de Reforma Agrária radical, a diferença de interesses e posicionamento dos dois grupos será clara. Mas, a discrepância torna-se mais notável após a realização da IV Conferência da CRB, que ocorreria em outubro de 1962, mas será antecipada e ocorrerá entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1962, tendo como tema principal a Reforma Agrária.

Naquela Conferência, os proprietários afirmaram que a agricultura viria sendo atividade vitimizada pelo descaso do Estado, que privilegiava a modernização do país apenas no setor industrial. Desta forma, a proposta de Reforma Agrária deveria introduzir no campo uma forma de *agricultura racional* que tivesse incentivos de caráter técnico e modernizante. No entanto, eles não negavam o problema da posse e

---

interesses profissionais, de todos os que, como empregadores, empregados ou trabalhadores por conta própria, intelectuais, técnicos ou manuais, exerçam a mesma profissão, ou profissões similares ou conexas”; b) o artigo 6º no qual se define que “não será reconhecido mais de um sindicato para cada profissão”; e finalmente c) O artigo 58º, que prevê que o Decreto “não se aplica às atividades profissionais relativas à agricultura e à pecuária”. (Endereço de acesso ao documento: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126734/decreto-lei-1402-39>)

<sup>33</sup> RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFF, 2011, p. 53.

uso da terra no meio rural, mas deixavam-no ligado somente à questão da pouca produtividade.<sup>34</sup>

A discordância entre as duas propostas de reforma agrária – dos trabalhadores e dos proprietários rurais – distingue, neste caso, um conflito real de interesses e de classes. Já que cada campo propunha uma forma de desenvolvimento rural singular, ainda assim, como podemos notar na semelhança do tema no Congresso e na Conferência e no fato de ter sido antecipada esta última em decorrência do Congresso Camponês, a ação de um ator causou efeitos imediatos na ação do outro dentro da esfera pública no qual os dois estavam situados.

Retornaremos, agora, à trajetória dos mediadores que atuavam no processo de construção do sindicalismo rural. É importante destacar que mesmo com certas dificuldades em institucionalizar a organização dos trabalhadores rurais, as mobilizações continuaram em expansão pelo país, sobretudo após os anos 1950.

O Congresso Camponês constitui um marco nesse período de intensa mobilização política no qual, como podemos perceber no tópico anterior, até o começo da década de 1960, os comunistas e as Ligas Camponesas eram os principais protagonistas. Entretanto, após este evento político, o debate se expandirá com a presença de novos atores, tornando urgente a necessidade de institucionalização dos sindicatos rurais. Acerca desse período observa Costa.

[...] os três grandes temas do movimento social rural – a extensão da legislação trabalhista para o campo, a luta pelo reconhecimento sindical e a Reforma Agrária – ganham uma nova dimensão com as ações do Estado, da Igreja Católica e a atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Dado o avanço das associações de lavradores e sindicatos rurais e, principalmente, dado o potencial explosivo das ligas nordestinas, qualquer decisão por parte do Estado conduziria a uma mesma consequência: acabaria por se consolidar no campo uma malha sindical com um inusitado poder de barganha. Na ausência do Estado, essa malha sindical tomaria consistência

---

<sup>34</sup> Podemos perceber o caráter modernizante-conservador dessa proposta de Reforma Agrária em texto publicado na *Revista Gleba*, a revista da CRB, em 1962: “A Reforma Agrária brasileira, devendo ser um processo de utilização racional de todos os fatores da produção, só terá êxito se, ao lado de medidas que importem em sobrecarga para as classes rurais, foram dados meios capazes de promover, de fato, melhoria da produtividade, notadamente pelo crédito e assistência técnica, o escoamento de safras, a garantia de preços remuneradores, bem como a educação profissional das massas rurais.” *Revista Gleba*, 1962, Apud RAMOS, Carolina. “Capital e trabalho no sindicalismo rural Brasileiro”. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFF, 2011, p. 53.

sem o reconhecimento oficial, consequentemente com menores possibilidades de controle.<sup>35</sup>

Esse cenário obrigará o Estado a tomar iniciativa, buscando conduzir o processo, até então dirigido pelo PCB, Ligas e Igreja Católica. Assim, em 1963, ocorrerá a aprovação da lei do Estatuto do Trabalhador Rural. Esta é uma referência importante para compreendermos a força do movimento social de trabalhadores do campo da época, sendo essa lei um avanço político acompanhado por outros, também resultantes de pressões da movimentação agrária.

Notemos que as mobilizações dos trabalhadores rurais estenderam-se por todo o decênio (1954-1964). Os anos que antecederam o início da década de 1960 foram anos de alargamento das bases do sindicalismo rural, devido, como dito, às características peculiares que marcaram as políticas de governo, mas influenciado, principalmente, pela atuação do Partido Comunista – PCB – e da Igreja, que haviam investido muito no incentivo à organização sindical dos trabalhadores.

No seu livro *Sindicalismo rural brasileiro em construção* (1996), Costa irá descrever e analisar os aspectos que favoreceram aquele processo de organização dos trabalhadores rurais. Segundo o autor, podemos perceber que desde a década de 1950, cumprem função importante as I e II Conferências Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), organizadas, sobretudo pelo PCB. Por fim, ocorrerá processo de organização dos trabalhadores a fundação da CONTAG, em 1963, acontecimento sobre o qual discorrerei adiante.

Observando a conjuntura da política nacional da década, aquele autor destaca que, no ano de 1963, chegou ao fim o sistema parlamentarista que limitava as ações de João Goulart como presidente. Ao retomar os plenos poderes como presidente da República, Goulart intentará realizar as já anunciadas *reformas de base*, dentre estas, a Reforma Agrária. O presidente, continua o autor, entendia a relevância da organização dos trabalhadores rurais para a possibilidade de realização da Reforma Agrária, chegando a criar dentro da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), um setor

---

<sup>35</sup> COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Org. *O congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ : Edur, 2010, p.22.

responsável especificamente para definir as diretrizes da sindicalização rural. Assim, nasce a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR).

Nesse contexto, em que finalmente se consolidam as bases institucionais do sindicalismo rural, abre-se um novo período que novamente se caracterizaria pela disputa singular entre forças políticas pela direção do movimento camponês e dos trabalhadores rurais, dentre essas forças Costa destaca a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil (ULTAB) – sob forte influência da orientação comunista que havia, ainda na década de 1950, incentivado sua criação –, a SUPRA, as associações rurais e as Irmandades Católicas, como: a Ação Popular (AP), os círculos operários, o clero reacionário e a Frente Agrária.

O citado autor menciona um afastamento do Partido Comunista dessas mobilizações por algum tempo, o que resultou em um avanço da Igreja Católica. Ele observa que os comunistas, ao perceberem o equívoco, retomam os investimentos nos grupos camponeses, ao mesmo tempo em que intensificam sua atuação no processo de sindicalização rural. Tal afastamento, acredito, pode ser explicado pela crença do PCB no potencial de direção do operariado urbano no processo revolucionário, o que, como já dito anteriormente, era uma diretriz importante do Partido.

Dessa maneira, um forte ambiente de disputa se estabelecerá no movimento social do campo. Cabendo ao PCB reverter a tendência católica que predominava nos meios oficiais, caso contrário, perderia sua hegemonia em um movimento que inclusive já estava sendo disputado com Julião e outros líderes das Ligas Camponesas no Nordeste.

A Igreja Católica, na pessoa de D. Eugênio Sales, percebe que o PCB, apesar de não ter dado, inicialmente, atenção ao aumento dos sindicatos sob influência dos católicos, passou a investir no avanço da mobilização sindical rural pelo reconhecimento e expansão dos sindicatos sob comando dos comunistas. Vendo essa reativação da presença comunista e avaliando que corria o grande risco de perder o seu *rebanho*, a Igreja tenta, em julho de 1963 – durante um encontro chamado a Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais – fundar uma confederação. Não obtendo êxito em seu

propósito, repetiriam a tentativa em novembro de 1963, quando três federações do Nordeste se encontram para fundar a CONTAG.<sup>36</sup>

Não obstante a portaria ministerial que regulamentava o processo de organização sindical exigir apenas três federações para convocar a assembleia de fundação da confederação de sindicatos, o PCB argumentou a falta de legitimidade do processo e pediu a anulação da confederação criada em novembro de 1963 pela Igreja.

Amauri Silva, o ministro do Trabalho da época, acatou a reivindicação do movimento de oposição à nova entidade, terminando o Ministério do Trabalho e a CONSIR tendo participação importante na realização da assembleia de fundação da CONTAG, em dezembro de 1963.

Das 42 federações então existentes, 21 delas tinham orientação comunista estando dessa forma garantida a maioria em números ao PCB. No entanto, a Ação Popular (AP), vertente católica importante na expedição da Igreja entre os trabalhadores rurais, percebendo esse desequilíbrio, pressionou para que se chegasse a um acordo que permitisse a relativização da maioria comunista. Para tanto, ficou estabelecido que participassem da assembleia apenas as federações já reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e/ou aquelas que estavam em processo de reconhecimento. Isso reduziu para 23 o número das federações, que, finalmente se reuniram para a criação da CONTAG.<sup>37</sup>

Neste momento, foi feito acordo entre as federações sob influência dos católicos e as dos comunistas. Elas tornaram-se numericamente equivalentes. Assim, a primeira direção da CONTAG será resultado de outra negociação, principalmente, entre a AP e o PCB, que, em uma aliança tácita, excluíam as Ligas Camponesas da direção e distribuíram as vagas. Por conseguinte, os conflitos entre os comunistas e católicos pela representação dos trabalhadores rurais migraram da esfera pública para a esfera da direção da entidade, ficando a presidência da entidade com a ULTAB e a vice-presidência sendo um representante da AP. Assim, a primeira direção executiva eleita da CONTAG foi composta por Lindolpho Silva/RJ, Sebastião Lourenço Lima/MG e Nestor Vera/SP, sendo o primeiro e o último comunistas.

---

<sup>36</sup> As federações reunidas representavam os estados de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte tendo todas estas forte influência da Igreja Católica. *Idem*, p. 108.

<sup>37</sup> Os números utilizados acima foram coletados no estado, já citado, realizado por Costa (*Ibidem*: 106). No entanto, a revista comemorativa de 40 anos da entidade há uma quanto ao dado apresentado pelo autor, afirmando terem participado 29 federações de 18 estados.



Osvaldo Heller da Silva irá valorizar a presença desses protagonistas no seu livro *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná* (2006), no qual, ao analisar a atuação paralela da Igreja e do PCB na organização das lutas no campo no estado do Paraná, as mediações externas, ou seja, de não camponeses, o autor afirma que esses protagonistas forneceram instrumentos para a construção de uma ação política qualificada, pois elas teriam adquirido linguagem e comportamento próprios, elementos extremamente importantes para a atuação na esfera pública.<sup>38</sup>

Por conseguinte, a CONTAG iria ter a difícil tarefa de representar, na esfera pública do Estado e da sociedade civil, uma grande diversidade de categorias, notadamente portadoras de uma gama de especificidades, mas incluídas na categoria genérica de *trabalhadores rurais*. Devido a esse dever a cumprir, a confederação se tornou uma referência nacional no que diz respeito à reivindicação de direitos dos trabalhadores rurais e também quanto à questão agrária brasileira.

A CONTAG, em sua estrutura, contemplava desde o período de fundação, segundo seus críticos, a concepção do sindicalismo corporativista rural, sendo esta caracterizada também por possuir suas instâncias organizadas de acordo com o nível de disposição territorial. Cada instância sindical territorializada era responsável em congregar demandas e organizar os trabalhadores e, assim, temos o Sindicato local, a Federação Estadual e a Confederação Nacional que unificava as demais. Os três com funções respectivamente distintas.

A organização dos trabalhadores rurais se fortalece até 1964, quando é instaurado no país a Ditadura Militar<sup>39</sup>, o novo governo tomou medidas de repressão

---

<sup>38</sup> HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

<sup>39</sup> Para Werneck Vianna, o Golpe Militar de 1964 consiste na segunda experiência de *Revolução Passiva* ou *pelo alto* vivenciada no país, sendo a primeira o Golpe de 1930. Segundo o autor, estes dois eventos são característicos da forma como a *Revolução Burguesa* ocorreu no Brasil, sendo essa uma revolução *autocrática e de longa duração* diz ele, usando os conceitos de Florestan Fernandes. A expressão *Revolução Burguesa* em geral faz alusão ao conceito de Marx, publicada em 1848 na obra o *Manifesto Comunista*, onde o autor discorre acerca do processo de desenvolvimento e modernização vivenciado na Europa. Lá esse processo seria gestado e dirigido por forças burguesas que segundo os clássicos – Marx e Engels – teriam o inato talento de revolucionar. “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, com elas, todas as relações da sociedade” (MARX, 2009:14). No entanto, no Brasil, segundo Werneck Vianna, há uma singularidade, já que para o autor a *Revolução Burguesa* brasileira não foi realizada pela burguesia, mas, sim, por uma elite agrária atrasada, caracterizando, desta forma um modelo específico de revolução burguesa autocrática. Assim, os eventos

violenta realizando, dentre outras arbitrariedades, prisões de lideranças havendo o assassinato de algumas delas. A direção da CONTAG foi deposta e substituída por uma Junta Governativa indicada pelo Ministério do Trabalho.

### 1.3. *O Golpe Militar e o desafio da mediação*

Antônio Gramsci retrata bem o dissenso entre o nascimento dos Estados Modernos e o processo de instauração de Ditaduras nos mesmos, tendo como referência os processos vivenciados na Europa do século XIX, período no qual a Itália empreende esforços para a modernização do país.

O Estado Moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente, até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorpora-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária”.<sup>40</sup>

A Ditadura Militar no Brasil é instituída junto a um processo de avanço dos projetos conservadores na América Latina. Além do Brasil, países como Chile e Argentina tiveram em períodos próximos regimes antidemocráticos chefiados por militares com ações repressivas e características semelhantes<sup>41</sup> que iam de encontro a compreensão de Estado moderno de direito. Que vinha se concretizando na década de 1950 ainda que lentamente em suas conquistas, principalmente no que se refere aos ganhos para os trabalhadores. Para Luiz Werneck Vianna, a Ditadura Militar brasileira é resultado também da inabilidade política da burguesia brasileira para conduzir até o fim uma revolução burguesa brasileira.

No que se relaciona ao tema desta pesquisa destacaremos algumas ações do Governo Militar que interferiram na organização dos trabalhadores rurais e na atuação de seus medidores. Pois, além de realizar uma intervenção imediata na direção da

---

históricos de 1930 e 1964 são *revoluções-restaurações* que têm por objetivo conter forças renovadoras que possam representar algum risco as elites políticas e econômicas que gerenciam ou conduzem o processo de desenvolvimento e modernização do país. Ver VIANNA, Luiz. Werneck. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil* (1976) e *A Revolução Passiva* (1997).

<sup>40</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 139.

<sup>41</sup> Nos três casos (Brasil, Chile e Argentina) podemos perceber que houve ações do governo que visavam restringir e enfraquecer nos partidos políticos, a dissolução ou debilitar as instituições representativas e militarizar a vida política e social em geral.

CONTAG e de iniciar a perseguição aos principais líderes políticos do movimento dos trabalhadores rurais, a política militar no que se refere aos sindicatos será implementada principalmente na década de 1970. Ela visava estruturar as entidades confinadas nos serviços de assistência aos trabalhadores através do programa de Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).<sup>42</sup> O regime militar converteu a funcionalidade do espaço sindical, caracterizando-o agora como um espaço assistencialista de auxílio às demandas cotidianas dos sindicalizados, diferenciando-se da concepção e atuação anterior. Sob a qual representara uma ferramenta social de organização política dos trabalhadores.

Apesar das restrições e mudanças na vida sindical realizadas pelo governo, durante todo o período da Ditadura, a CONTAG deu continuidade ao seu trabalho de mediação na esfera pública, sendo assim, uma importante instância de reivindicação e de denúncia por parte dos trabalhadores das violações sofridas, ainda que os seus encaminhamentos se limitassem à forma institucional de atuação.

Não obstante, o importante trabalho de mediação realizado pela confederação na esfera pública, no período de exceção e negação de direitos, é relevante destacar inclusive a expansão do número de sindicatos e federações, assim como o número de filiados. Sobremaneira, a atuação da CONTAG no período da Ditadura não pode ser desqualificada, sobretudo se pensarmos também na perspectiva ampla de atuação na esfera pública levada a cabo pela entidade, mesmo que, de forma limitada – realizando registro de denúncias e encaminhamentos legais –, este mediador político subsidiou a preservação de uma memória das lutas pela Reforma Agrária da época, garantindo, ainda que de forma restrita, a da organização política dos trabalhadores rurais.

O Golpe Militar de 1964, a prisão, o desaparecimento e o exílio de várias lideranças e a intervenção nos sindicatos não implicaram na extinção da entidade. Como vários sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica haviam sido relativamente poupados do processo de intervenção<sup>43</sup>, foi possível reconstituir, a partir dessa matriz,

---

<sup>42</sup> Cf. Medeiros, o FUNRURAL tinha por função garantir benefícios de previdência social aos trabalhadores rurais, como aposentadoria. Através dos sindicatos, ele possibilitava assistência médica e odontológica aos trabalhadores. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

<sup>43</sup> Cf. PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato.” In.: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

uma rede sindical nacional, que se consolidou no final dos anos 60 e durante os anos 70. Como aponta Medeiros, nesse período, o principal investimento da CONTAG foi o de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados, por meio de concepções comuns, cujo eixo era a demanda por direitos trabalhistas e por Reforma Agrária.<sup>44</sup>

Quanto à institucionalização dos direitos relacionados à população rural e suas demandas históricas, a década de 1960 também se demarca como um tempo no qual foi instituído o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), o segundo já no período da Ditadura. Essas leis se distinguem pelo sentido dos seus propósitos (o primeiro destina-se aos trabalhadores agrícolas, enquanto o segundo visava incentivar a modernização do mundo rural).<sup>45</sup> No entanto, tais legislações, incluindo o Estatuto da Terra, vão representar um avanço no marco jurídico dos direitos dos trabalhadores rurais, mas que encontraram grandes dificuldades para serem efetivadas no cotidiano.

---

<sup>44</sup> Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

<sup>45</sup> É preciso atentarmos para o fato de que o projeto de modernização conservador incentivado pelo Governo Militar não consistia, assim como o projeto modernizador da década de 1930, na consolidação do modelo *farmer* de desenvolvimento rural, segundo o qual o latifúndio seria extinto. A compreensão de desenvolvimento rural dos militares caracteriza-se no início pelo financiamento da mecanização das lavouras, buscando transformar o latifúndio atrasado em uma empresa rural.

### **CAPÍTULO 3. A ATUAÇÃO DOS MEDIADORES NA HORA DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.**

Como já relatado no tópico anterior, no Brasil houve um esforço do governo militar em suprimir movimentações organizadas da sociedade civil, tomando medidas como: a perseguição a líderes políticos e o fechamento de partidos políticos. Discorreremos também, anteriormente, acerca de iniciativas governamentais de atrelamento das associações sindicais ao Estado, entre essas ações o FUNRURAL e o MOBRAL.

Quanto ao tema que nos interessa, percebemos que inicialmente a estratégia política do Governo Militar era fortalecer ações de intervenção dirigidas aos conflitos no campo. Até certo ponto atuou de forma moderada já que buscou intervir na problemática da questão agrária do país, primeiramente com a criação de uma legislação, o Estatuto da Terra (1964), que tinha como objetivo regulamentar soluções para os problemas que afligiam e mobilizavam os trabalhadores rurais. Assim, junto ao Estatuto do Trabalhador Rural (1963) que regulamentava uma série de direitos trabalhistas, o Estatuto da Terra previa em seu texto, por exemplo, as condições que autorizam e o modo como deve ser realizada a desapropriação de terras.

Essa linha de ação do Governo Militar que pretendia manter o controle da ação dos mediadores políticos que atuavam na organização dos trabalhadores rurais e assim reduzir os conflitos, incluía também sem dúvidas, mesmo que em menor escala, ações de intervenção violenta.

Entretanto, a década de 1970 tornar-se-á um marco no acirramento dos conflitos no campo e também na tomada de medidas autoritárias por parte do Governo. São, principalmente, as alterações na política agrária que passarão a ocasionar a ampliação de empreendimentos das grandes empresas rurais, e o avanço desses em áreas onde a ocupação tradicionalmente era dada por pequenos produtores, indígenas etc que ocasionarão mudanças na relação do Estado com alguns atores políticos importantes, como acontecerá com setores progressistas da Igreja.

Todavia, há nesta década, em contraposição à intensificação do viés autoritário dos militares, principalmente durante o governo Médici (1969-1974), também há um processo de enfraquecimento do Governo Militar e alguns eventos ocorridos sinalizam que o movimento de oposição contrário ao totalitarismo ditatorial estaria se fortalecendo e expandindo sua influência na opinião pública.

Ainda na primeira metade da década de 1970, a indicação do General Ernesto Geisel para a sucessão do Presidente Médici representa um dos primeiros sinais de mudança no interior do regime. E, assim será, pois, após a sua eleição no Colégio Eleitoral, o General Ernesto anuncia o início da distensão “lenta, gradual e segura”.

Para Moisés, essa abertura será notada a partir das eleições gerais parlamentares, ocorridas em 1974, na qual a vitória do MDB representará uma das primeiras entre numerosas atitudes de protesto da sociedade civil coagida por dez anos de Ditadura.

Em movimentos pendulares, o governo militar durante os dez anos seguintes, continuará realizando em alguns momentos a distensão anunciada e em outros retomando as ações coercitivas visando garantir a manutenção do regime autoritário. Mas, há outros marcos de enfraquecimento do regime, como em 1978, quando em outra eleição geral, novamente a oposição vence, o fato representa analiticamente um inicial *descongelamento* da sociedade civil<sup>46</sup>. Neste mesmo ano ocorre a primeira grande greve vitoriosa de trabalhadores urbanos<sup>47</sup>. É importante notarmos que esta e outras greves posteriores serão representativas da importância do movimento sindical na época.

## 2.1. *A democratização política no Brasil: os anos 1978-79*

Assim, após cerca de quinze anos de Ditadura, o movimento de oposição democrático da sociedade civil brasileira avança e aumenta a mobilização de grupos de trabalhadores, reconquistando direitos civis importantes para a concretização da redemocratização.

---

<sup>46</sup> MOISÉS, José Álvaro. *Cenas de Política explícita*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986. A expressão “desgelo da sociedade civil”, que tem o mesmo significado da utilizada por Moisés, também foi utilizada por Fernando Henrique Cardoso na obra *Autoritarismo e democratização*, publicada mais de dez anos antes, em 1974.

<sup>47</sup> Estiveram paradas nesta greve as fábricas do ABC Paulista – composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul – além de Osasco e Campinas.

Os anos de 1978 e 1979 foram de intensa mobilização dos partidos de oposição e da Sociedade Civil. Aqui vamos destacar as mobilizações ligadas aos grupos organizados de trabalhadores que com suas ações nesses dois anos deram visibilidade a atores que interessam a essa pesquisa; sejam eles a própria CONTAG ou grupos que lhe fizeram oposição e posteriormente influenciarão na criação do MST.

Entre essas mobilizações podemos destacar, em 1978, as greves de várias categorias profissionais, como professores, bancários e metalúrgicos, além de reuniões preparatórias organizadas pelos sindicatos rurais que ocorriam em todo o país para a escolha dos delegados que iriam participar do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

As mobilizações desse período evidenciam que estava se fortalecendo a resistência social organizada ao regime repressivo ditatorial militar no Brasil. Os militares, procuravam controlar esse descontentamento, mudando o discurso (naturalmente intransigente do regime) e também a percepção que se tinha do Presidente-militar. Assim, o ano encerrou-se com a revogação do Ato institucional 5, (AI-5) medida tomada então pelo presidente Ernesto Geisel.

O fim do AI-5, restabelecia a maioria dos direitos civis, segundo Cezar Britto, e reabria possibilidades jurídicas para que, posteriormente se seguissem outras vitórias do movimento democrático. Ainda segundo o jurista, “O desfecho positivo propiciou a abertura democrática, que, na sequência, desembocou na anistia, no fim da censura, nas eleições diretas para governador e presidente da República e na Constituinte. Na democracia, enfim...”<sup>48</sup>

Em 1979, o General João Batista de Figueiredo, novo presidente, anuncia a “oficialmente *abertura política*”, sendo votada e promulgada a Lei da Anistia que permitirá o retorno ao Brasil de militantes e lideranças políticas exiladas. Este é um fato de fundamental importância, pois confere a rearticulação da oposição política ao regime

---

<sup>48</sup> Entrevista de Cezar Britto para *site* do jornal *Folha de São Paulo*, em 30 de dezembro de 2008 (Visualizado em 10 de janeiro de 2013). Na ocasião, comemorava-se 30 anos da revogação do Ato AI-5. Cezar Britto é advogado de várias entidades sindicais, movimentos populares e organizações não governamentais, com atuação em Alagoas, Sergipe e Brasília. Foi presidente da OAB nacional, União dos Advogados da Língua Portuguesa, Conselheiro Federal e Secretário Geral da OAB, Ex-Conselheiro da Comissão de Defesa da Pessoa Humana – CDDPH, Ex-Vice-Presidente (Nordeste) da ABRAT – Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (<http://www.cezarbritto.adv.br/> Visualizado em 10 de janeiro de 2013).

autoritário, e dar mais força ao movimento de resistência em seu conjunto. Havia também neste período entre os intelectuais e os grupos universitários um esforço de conceituação da democracia almejada, promovendo debates cada vez mais ampliados que irão forjando no âmbito da sociedade civil um ideal democrático que dava ênfase à valorização da cidadania e às questões do cotidiano.<sup>49</sup>

Mas, há ainda outros eventos que precisamos considerar, pois nesse ano de 1979 ocorreram em todo o país 68 movimentos de greves, e entre eles podemos destacar as greves nos engenhos da Zona da Mata pernambucana<sup>50</sup>.

Além desse dado histórico bastante significativo acerca dos movimentos grevistas, em dezembro de 1979 também foi realizado o III Congresso da CONTAG<sup>51</sup> e a primeira ocupação de terra no Rio Grande do Sul durante a Ditadura<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> Cf. LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais e a resistência democrática*. In.: Cadernos AEL, n. 14-15. IFCH, Unicamp, 2001, p.5.

<sup>50</sup> A greve nos engenhos da Zona da Mata pernambucana ocorreu entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979. Segundo Lygia Sigaud, esta foi a primeira greve de trabalhadores rurais durante a Ditadura Militar “envolvendo diretamente 20 mil trabalhadores e indiretamente outros 100 mil. Para a autora, o movimento grevista dos engenhos pernambucanos teve “importância decisiva na rearticulação do movimento camponês”. SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 9-11.

<sup>51</sup> O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorreu em Brasília entre os dias 21 e 25 de maio de 1979. Participaram do Congresso 1.600 delegados, representando vários estados. A revista de 40 anos da CONTAG, apresenta um pequeno texto sobre esse Congresso, segundo o qual, no encontro a entidade tinha como objetivo analisar e deliberar sobre a realidade brasileira. “O congresso considerou as políticas agrárias e agrícolas governamentais as responsáveis pelo agravamento da concentração de terra e dos conflitos sociais, pela expulsão das massas dos trabalhadores do campo e pelas dificuldades crescentes enfrentadas pelos pequenos proprietários”. Outro importante debate desse Congresso, foi a discussão acerca da criação da Central Única dos Trabalhadores. Cf. CONTAG, *40 anos de luta ao lado do homem e da mulher do campo*. Brasília: 2003, p. 27 e 28. Na introdução dos anais do Congresso podemos notar também que fica clara a postura mais ofensiva da entidade para com o governo, postura expressa no seguinte trecho desse documento, no qual também podemos perceber o desejo em reafirmar uma condição de maturidade e unidade para o debate: “As conclusões, os debates, expressam a vitalidade, maturidade e unidade do nosso Movimento. Vitalidade que se manifestou no encaminhamento das reivindicações da base, colocando, sem qualquer receio, as discordâncias face aos programas governamentais, ‘falando menos em PEDIR e mais em EXIGIR’. Maturidade revelada pelas coincidências dos pontos de vista, cuja unidade foi obtida sem sacrifício de uma discussão ampla e democrática de nossos problemas ou do conteúdo das proposições aprovadas.” CONTAG, *Anais 3º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília: dezembro de 1979.

<sup>52</sup> Citemos o registro do MST: trata-se da “ocupação de terra ocorrida no dia 7 de setembro de 1979, quando um grupo de 185 famílias Sem Terra ocupou as granjas Macali (1.630 hectares) e Brilhante (1.433 hectares), duas fatias de um imenso latifúndio, a Fazenda Sarandi, no Norte gaúcho. A ocupação da Fazenda Sarandi foi a primeira ocupação de terra no Rio Grande do Sul, realizada ainda durante a Ditadura Militar, antes mesmo do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) [...]” (<http://www.mst.org.br/node/4428> Visualizada em 10 de janeiro de 2012). “Essa ocupação é considerada a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado posteriormente em 1984” (<http://www.mst.org.br/node/4428> Visualizada em 10 de janeiro de 2012).



Essas mobilizações nos chama a atenção de forma mais ampla para a nova circunstância na qual os atores irão atuar. Para nosso tema, realçaremos dentre essas mobilizações sociais (grevistas e/ou políticas) a intensificação das ações do movimento de resistência dos trabalhadores forjado principalmente nos anos de 1978-79. Por acreditar que este tenha impulsionado a consolidação da luta pelos ideais democráticos na sociedade brasileira, buscarei apontar os desdobramentos que envolvem ações da CONTAG e dos demais atores relacionados a este estudo que antecedem à fundação do MST tendo como referência o conceito gramsciano de *Nexo 1848-49*. Tenho observado que naqueles dois anos (1978-79) houve a ascensão de forças progressistas que poderiam influenciar nos rumos dados à Revolução Burguesa no país, guardando alguma semelhança com a análise feita por Gramsci do *Risorgimento* ao se referir a uma conjuntura precisa na qual via a movimentação dos principais atores do processo histórico da burguesia italiana.<sup>53</sup>

A referência gramsciana em questão realça um tipo de conjuntura na qual os “acontecimentos desses anos (no caso do texto de Gramsci por tratar-se do *Risorgimento* italiano refere-se aos anos 1848-49) podem ser considerados típicos para o estudo das forças sociais e políticas da formação social italiana”.<sup>54</sup>

Por outra parte, pareceu-nos pertinente considerar para o nosso estudo a visão de Luís Werneck Vianna sobre o período da transição. Acredito que, estando deste modo, inaugurada a transição do governo militar, especialmente a partir da anistia de 1979, para a democracia, criavam-se novas expectativas, críticas e disputas dos rumos da redemocratização. Segundo Werneck Vianna, em um processo de transição “somente a ideologia conservadora pode ser representada como um processo linear, passagem negociada e sem repercussão de largo alcance[...].”<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> A opção de fazer uma relação entre a realidade brasileira dos anos de 1978-79 e a que a noção gramsciana de *Nexo 1848-49* foi instigada pelas observações de Raimundo dos Santos, ao analisar a narrativa de Armênio Guedes. No seu texto “O marxismo político de Armênio Guedes”. O autor lança o olhar sobre uma conjuntura brasileira bem específica: os anos de 1957 e 1958. São anos que antecedem à Declaração de Março do PCB. Segundo o autor, esses anos também lembram a referência de Gramsci do *Risorgimento* italiano. Para Santos os anos de 1954-55 expressam uma “conjuntura marcada por muitas tensões e pela presença de setores políticos e sociais, aos olhos do analista (Armênio Guedes), dispostos cada vez mais a se mover em sentido progressista”. SANTOS, Raimundo (org.), *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2012, p. 32-33.

<sup>54</sup> Antonio Gramsci apud *Idem*, p. 33.

<sup>55</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Um processo em busca de um ator (1986) In: *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 285.

Desse modo, esse momento de transição seria o momento no qual poderíamos visualizar nuances que definirão contornos importantes para os eventos do futuro próximo que também influenciaram a movimentação dos atores aqui estudados.

## 2.2. *Os dilemas da transição democrática: processos e atores*

Para Vianna, “a transição não se resume a processos”, pois há também protagonistas que formulam e agem nesse cenário. Por se tratar de um processo em construção, a redemocratização impôs também a instauração de uma busca por um ator que se mostrasse capaz de representar os interesses e as ambições ideológicas progressistas, dos grupos sociais organizados, dentre eles os trabalhadores rurais, e de dirigir e/ou influir política e socialmente na nova circunstância que se formava então. Este último é o tipo de ator a que nos referimos: a CONTAG e o MST, postos nos momentos, entre a década de 1980 e 1990.

Para o mesmo autor, por se tratar de um processo de transição é sugerido inerentemente a este tipo de conjuntura uma ideia de transformação.

“Hipoteticamente, (a situação de transição) compreende situações polares onde podem ocorrer continuidades tão fortes que o que muda não passa de uma institucionalização do *status quo ante*, e descontinuidades tão profundas que aproximem, ou até identifiquem, a nova ordenação com uma transformação revolucionária”.<sup>56</sup>

Nesses termos, o ímpeto democratizante e reformista que, na expressão de Milton Lahuerta, teria tornado a sociedade civil *redentora*, utilizando aqui sua expressão, poderia aprofundar as transformações democráticas previstas para o curso do processo, a depender do ator que se consolidasse como protagonista do caminho de lutas que conduziria o país a uma nova conjuntura democrática.

No entanto, ao tratar da transição nos processos de Revolução burguesa, Vianna irá recorrer às reflexões de Tocqueville, para observar que, contemporaneamente, os momentos de transição, principalmente em Estados onde a modernização foi feita pela via autoritária ou conservadora, como no caso brasileiro, têm ocorrido de forma que coincidem a realização de mudanças que impeçam processos de fato revolucionários; com mudanças que realizam transformações. Esta via tem sido comparada ao que

---

<sup>56</sup> VIANNA, Luiz Werneck. O problema da cidadania na hora da transição democrática (1983) In: *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 24.

Gramsci chamou de *revoluções sem revolução* referindo-se ao período do *Risorgimento italiano*.<sup>57</sup>

Essa seria a tendência para a qual estaria fadado o processo de transição democrática no Brasil, caso a burguesia nacional conseguisse legitimidade como grupo dirigente do processo de redemocratização. Entretanto, para Werneck Vianna, ainda que essa burguesia se estabelecesse como grupo na disputa para se colocar à frente do processo, ela permanecia sem capacidade dirigente que lhe caracteriza como burguesia brasileira, ou seja, incapaz de conduzir um projeto burguês de Estado devido ao seu atraso político-ideológico que separa o seu domínio econômico de valores fundamentais do projeto burguês, tais como liberdade e democracia.<sup>58</sup>

Para o autor, ao longo do processo de modernização brasileira a burguesia não apresentou-se “capaz de organizar seu próprio mundo [...]”, chegando “ao momento de conclusão da sua ordem ainda dominante (fim da Ditadura Militar), mas não ignorando que este domínio era precário”. Concluindo, Vianna expõe sua confiança que se afirmem outras possibilidades para o curso da transição democrática.

Na hora em que se encerra a contrarrevolução (refere-se ao regime militar), a burguesia não se encontra política e ideologicamente a sós no mundo que criou. A superação da forma precária do político por uma institucionalização democrática não poderá ser feita a sua imagem e semelhança. Identificando-se a atual transição como ruptura democrática, que não vem pela burguesia, e sim apesar dela, a institucionalidade que fechar o ciclo da Revolução Burguesa não pode deixar de refletir o confronto entre os sujeitos de direito e oposição. [...]  
O momento em que se esgota a revolução burguesa é o mesmo que nos diz que tudo que existe merece perecer. Sua conclusão não coincide com a intensificação do seu domínio, mas no surgimento das massas que assumem sua livre cidadania, sem compromissos com a ordem burguesa, e que deverão competir com ela no terreno da democracia, visando seu progressivo aprofundamento.<sup>59</sup>

Para o autor, à medida que a transição democrática torna-se real nessa circunstância, ela tende a trazer não só a *emergência da questão social* como intensifica a disputa pelos rumos que deve tomar a sociedade brasileira.<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> Idem, p. 25.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>59</sup> Ibidem, p. 54-55.

<sup>60</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Um processo em busca de um ator (1986) In: *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 284.

Quanto à questão social referida pelo autor, o problema da cidadania recolocado pela democracia dialoga com a decisão urgente – anotando um ponto que mais nos interessa – da manutenção do *exclusivo agrário* versus a realização da Reforma Agrária. Esta seria, para o autor, uma questão crucial nas consequências que viria a ter no próprio processo de transição. Já que o acesso à terra, por se tratar, na expressão de Luis Werneck Vianna, de um “bem também político”, poderia potencializar a inclusão democrática das massas de trabalhadores política e socialmente.

Assim, a importância e a potencialidade dos atores que se propõem a atuar como mediadores dos trabalhadores rurais, entre os grupos caracterizados como os excluídos do sistema, noção de Florestan Fernandes, até então, são formalmente reconhecidas. No entanto, a conjuntura que assinala o processo de transição é por essência dialética e exige mais do que a identificação das potencialidades. Seria necessário que esses atores, em sua ação, fizessem uma leitura da realidade e das oportunidades postas, a fim de que conquistassem direitos políticos e sociais, assim sua ação incidiria, nos rumos da redemocratização.

Gramsci aponta que as classes subalternas não são naturalmente unificadas, e, sim que são possuidoras de um elevado *espírito de cisão*<sup>61</sup> (divisão – T. Carvalho). Talvez essa afirmação gramsciana nos auxilie na compreensão das disputas e movimentações dialógicas entre alguns dos principais mediadores políticos do período estudado (a CONTAG, a Igreja e posteriormente o MST). Para entendermos melhor as relações entre tais mediadores e entre seus repertórios de ação no período em questão, iremos retomar sua atuação nos anos anteriores à redemocratização.

---

<sup>61</sup> Ao tratar dos critérios do método para análise dos movimentos subalternos o autor destaca que “o historiador deve observar e justificar a linha de desenvolvimento para a autonomia integral a partir das fases mais primitivas, deve observar cada manifestação do soreliano *espírito de cisão*. Por isto, também a história dos partidos e dos grupos subalternos é muito complexa, uma vez que deve incluir todas as repercussões das atividades de partido em toda a área dos grupos subalternos em seu conjunto e nos comportamentos dos grupos dominantes, e deve incluir as repercussões das atividades – bem mais eficazes, porque sustentadas pelo Estado – dos grupos dominantes sobre os subalternos e seus partidos. Entre os grupos subalternos um exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia através de um partido, e é preciso estabelecer isto, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia.” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 p.140.

### 2.3. *O sindicalismo rural e a sociabilidade católica na nova circunstância democrática.*

Logo após a implantação do governo ditatorial, há uma recessão das ações dos mediadores políticos que atuavam na zona rural, como já dito. É sabido, como também já apontado, que já nos primeiros anos de Governo Militar os sindicatos sofreram ações repressivas, visando expulsar do campo lideranças político-partidárias acusadas de inflarem as massas camponesas.

José de Souza Martins observa que essas medidas então se baseavam na ideia dos militares em agir no campo por meio de instituições estatais que *esvaziassem a luta política* dos grupos organizados, procurando atrelá-los ao centralismo do governo. A opção por essas ações seria, para o autor, resultado de uma *leitura exagerada* que os militares possuíam das potencialidades disruptivas do movimento dos trabalhadores rurais e visava controlar os conflitos no campo, criando um elemento institucionalizado que permitisse ao governo intervir em tais situações, enfraquecendo sindicatos e outros espaços de organização dos trabalhadores<sup>62</sup>.

Para Leonilde Medeiros, na livro *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil* (2002), no qual apresenta os principais protagonistas da sociedade civil quanto ao tema,<sup>63</sup> a autora indica que os aspectos do cenário político estabelecido pelo Governo Militar haviam imposto limites à atuação da CONTAG, mas ressalta que, no entanto, foi de grande importância ter essa entidade se mantido ativa, assim como destaca a relevância do investimento da mesma no sindicalismo rural durante esse período da ditadura.

Entretanto, o reconhecimento feito pela autora da atuação da CONTAG no período da ditadura não era uma postura majoritária entre os estudiosos e os movimentos sociais durante a redemocratização, sendo a entidade muito criticada e

---

<sup>62</sup> MARTINS, José de Souza. A igreja face à política agrária do Estado In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

<sup>63</sup> Dentre os protagonistas, a autora dará ênfase ao sindicalismo rural (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizações não governamentais (ONG's) e entidades patronais. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNIRISD, 2002.

acusada de *peleguismo* por seu método de ação. Os críticos qualificavam sua postura como *legalista*, devido a uma limitação proporcionada pela forma de encaminhamento institucional comumente dada às denúncias que retratassem situações concretas de violação dos direitos dos trabalhadores rurais, no qual a entidade recorria, principalmente, ao amparo jurídico fornecido pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelo Estatuto da Terra.

É importante atentarmos para a controvérsia que envolve as visões dos principais grupos que atuavam como mediadores políticos e que compunham a direção da CONTAG à época (PCB e Igreja) sobre os efeitos das ações do Governo Militar.

O Partido Comunista Brasileiro justifica que a perseguição às lideranças, nos primeiros anos da Ditadura Militar, enfraqueceu presencialmente o contato e o trabalho de sindicalização dos trabalhadores realizados pelos militantes pecebistas com a população rural. Já, segundo Martins, principalmente no fim da década de 1970, o PCB teria, na verdade, concentrado o seu trabalho na articulação dos grupos urbanos de resistência ao governo e negligenciado durante certo período as ações nos espaços de resistências dos trabalhadores rurais.<sup>64</sup>

Por outro lado, em relação à Igreja, é indiscutível a importância que suas ações tiveram entre os trabalhadores rurais, reforçando o reconhecimento do seu trabalho intenso entre os camponeses e reafirmando-a como outro importante ator, no pré-64, mesmo estando dividida internamente entre grupos conservadores e as estratégias de grupos progressistas na organização dos sindicatos rurais.

Assim, diferenciando-se do PCB, a Igreja por ainda possuir boas expectativas quanto às ações do Governo Militar, manteve sua frente de ação alocada no campo e, ainda, que com algumas dificuldades impostas pela intervenção militar nos sindicatos, manteve o Estado como interlocutor.

Segundo Vanilda Paiva, foi por este motivo, a Igreja, foi um ator preponderante na sobrevivência do sindicalismo rural, pois, para a autora, “a participação de importantes setores da Igreja nos anos 1960 teria de certo modo assegurado a

---

<sup>64</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

continuidade (do sindicalismo rural), ao permitir a sobrevivência dos seus sindicatos, mesmo quando sob intervenção.”<sup>65</sup>

Mas, a partir do AI-5, em particular depois da substituição de Costa e Silva pelo General Médici em 1969, o Governo Militar, segundo Martins, irá perceber que havia modos mais simples e também eficazes de controle dos movimentos rurais: a repressão. A partir de então, o governo muda sua linha de atuação, mantém as medidas legais de controle, mas passa também a intensificar as ações violentas dirigidas, principalmente contra lideranças de grupos de trabalhadores que ainda permaneciam organizados.

Entretanto, esse endurecimento da repressão após os anos de 1973 atingem também os líderes religiosos (padres e bispos) que continuavam próximos aos espaços de organização dos trabalhadores rurais. Essas medidas governamentais, ainda segundo Martins, serão o estopim para que a ala progressista da Igreja Católica tome um posicionamento efetivo de crítica ao governo e à sua política agrária.

Como resultado da articulação da Igreja com as comunidades rurais em 1975 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que institucionaliza a atuação da Igreja no campo. A CPT é um dos principais atores que irá disputar o espaço de porta-voz dos trabalhadores rurais face à crise de representatividade que será vivida pela CONTAG, sobretudo quando começa a redemocratização. A CPT é reconhecida, junto ao MASTER e outros movimentos, como antecessora do MST.

Em fevereiro de 1980, como exemplo da tomada de posição oficial da Igreja diante da questão agrária, será produzido na 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), o documento “Igreja e os problemas da Terra” que ficou conhecido por sua firmeza no diagnóstico da concentração de terras, pela reivindicação de políticas públicas eficazes para a população rural, mas também pelo posicionamento consistente de apoio à luta política dos trabalhadores rurais e dos indígenas. Destaco abaixo o texto contido no item 76 do tópico *A terra é um dom de Deus a todos os homens* do referido documento.

A constituição Pastoral “Gaudium et Spes”, do concílio Vaticano II, explicitou as exigências do direito natural com relação ao problema da terra num texto de impressionante atualidade para a situação brasileira. “Em

---

<sup>65</sup> Introdução In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 19.

muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem extensíssimas propriedades rurais, mediocrementemente cultivadas ou reservadas para fins de especulação, enquanto a maior parte da população carece de terras ou possui só parcelas irrisórias e, por outro lado, o desenvolvimento das populações agrícolas apresenta-se com caráter de urgência evidente.

Não raras as vezes, aqueles que trabalham por conta dos senhores ou cultivam uma parte de seus bens a título de arrendamento, recebem um salário ou retribuição indigna de um homem, não têm habitação decente e são explorados pelos intermediários.

Vivendo na maior insegurança, é tal a sua dependência pessoal, que lhe tira toda a possibilidade de agir espontaneamente e com responsabilidade, toda a promoção cultural e toda a participação na vida social e política. Portanto, são necessárias reformas nos vários casos: aumentar as remunerações, melhorar as condições de trabalho, aumentar a segurança no emprego, estimular a iniciativa do trabalho e, portanto, distribuir propriedades insuficientemente cultivadas por aqueles que a possam tornar rendosas.<sup>66</sup>

Assim, a Igreja reafirma sua condição de porta-voz das reivindicações dos trabalhadores rurais, dividindo espaço com entidades como sindicatos, partidos políticos, dentre outros. Ao analisar as movimentações desses mediadores políticos no período que se estende entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, Medeiros e Soriano apontam que o acirramento dos conflitos no campo, em conjunto com a fundação da CPT, detentora de uma postura crítica ao sindicalismo pecebista, exigem que a CONTAG estabeleça uma estratégia para a manutenção de sua representatividade.

[...] o aparecimento da Comissão Pastoral da Terra que, desde os seus momentos iniciais, adotou uma postura bastante crítica em relação a determinadas características dos sindicatos, estimulando o aparecimento de oposições sindicais onde as direções não correspondiam às lutas que os trabalhadores vinham desenvolvendo. Cabia à CONTAG procurar manter sua hegemonia na direção das lutas que se travavam no campo, consolidando sua função de representação da categoria.<sup>67</sup>

Entretanto, ao invés de propor uma revisão do repertório tradicional pelo qual era conhecido o sindicalismo rural, a diretoria da confederação em primeiro lugar, irá optar, segundo os autores, por “fortalecer o *verticalismo* próprio do sindicalismo brasileiro e reforçar o seu papel de coordenação do movimento sindical, através de um ‘programa unitário de atuação, englobando as reivindicações comuns de classe.’”<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> CNBB. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaiç, 14 de fevereiro de 1980. (Anexo A)

<sup>67</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de e SORIANO, Joaquim Calheiros, *Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a CONTAG*. São Paulo: SBPC, 1983, p. 19.

<sup>68</sup> Idem, p. 19.



Essa *configuração* que anuncia a disputa pela legitimidade da representação dos trabalhadores rurais nos anos que encerram os anos 1970 e iniciam a década de 1980 tem, em nossa opinião, importância analítica na busca por compreender o tipo de ações que serão forjados pela CONTAG e pelo MST.

Analisando as movimentações da Igreja e dos sindicalistas da CONTAG neste período, Moacir Palmeira, autor que trabalhou como assessor técnico da Confederação, registra que em vários momentos históricos esses dois atores se articulam para desenvolver o seu trabalho no campo, não obstante a existência de tensões ou contradições.<sup>69</sup>

Estas ações podem incluir desde a colaboração cordial entre a pastoral da terra e os sindicatos em certas áreas, até o estímulo oferecido por agentes de pastoral a integrantes das CEB's, seja para que participem do sindicato visando derrubar lideranças comprometidas com o regime, seja para imprimir-lhe uma orientação mais conforme à dos grupos católicos locais, ressuscitando velhas polêmicas com grupos de esquerda eventualmente presentes, ou contestando a legitimidade de lideranças que se forjaram através do processo de implantação do movimento sindical leigo e independente, especialmente a partir de 1968.<sup>70</sup>

Lygia Sigaud também irá relatar, em seu estudo *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*, dos primeiros acampamentos de trabalhadores rurais, no início da década de 1970, das usinas da Zona da Mata que há um diálogo cotidiano entre as práticas que compõem o repertório das entidades que se propõem a mediar a luta dos trabalhadores organizados.<sup>71</sup> Essa observação dos dois autores reforça nossa ideia de que há um processo em que as engrenagens são movidas por atores que interagem entre si de forma dialógica, cenário no qual as críticas e as tensões não devem nos conduzir a uma imagem de antagonismos e disputa constantemente acirradas.

O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais em 1979, por exemplo, será um reflexo da elasticidade da convivência entre esses atores, caracterizando-se, principalmente, como um marco na trajetória da CONTAG. Pois, dentre outras reorientações, nesse Congresso a entidade irá finalmente admitir o incentivo à ocupação de terra como uma forma de luta legítima e eficaz para os trabalhadores do campo.

---

<sup>69</sup> PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

<sup>70</sup> Introdução In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 18.

<sup>71</sup> SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. In: Novos Estudos, nº 58, novembro de 2000.

Nas críticas à política agrária do governo, também é possível percebermos uma mudança na nova postura da entidade quanto à forma de reivindicação das políticas públicas. Assim, se estabelece uma posição radical do Movimento Sindical na exigência da realização de uma Reforma Agrária *massiva, drástica e imediata*.

Mas, o Congresso teve outros debates polêmicos. Expressando os tempos democráticos também foram discutidas questões relacionadas à ampliação da autonomia sindical, *sindicalismo livre*, e a possibilidade de criação de uma nova central sindical. Conjugados esses temas levaram a entidade a acentuar sua atuação ofensiva ante o “Estado que deixou de ser visto prioritariamente como mediador, ao qual se recorria para encaminhar demandas dos trabalhadores e passou a ser colocado como um dos componentes da situação aflitiva por eles vividas.”<sup>72</sup>

A recorrência desses temas, que se relacionam à compreensão de que o Movimento Sindical tinha de si e da sua relação com o Estado, surgem constantemente nos anais do Congresso. Como é o caso do debate acerca da controvérsia da *unidade de representação* e da condição de *autonomia dos sindicatos*, indicando que esse Congresso foi um momento no qual se sugeria uma revisão das práticas do sindicalismo rural contaguiano. Constantemente esses temas retomados se organizam sob forma de exigência primária, após o diagnóstico apresentado no texto de Introdução aos Anais.

O sindicalismo brasileiro é mantido atrelado à máquina estatal. A consolidação das Leis do Trabalho, embora com seu inegável avanço em algumas questões trabalhistas, firmando conquistas obtidas pelo Movimento Sindical em décadas anteriores a sua aprovação, de outro lado, em matéria de legislação sindical representa um retrocesso, inspirada na ultrapassada legislação facista italiana. O sindicalismo brasileiro, em sua estrutura vertical, permitindo, em todos os níveis, o controle das entidades classistas pelo Ministério do Trabalho, protegendo mais os interesses do empregador, do patrão, que os interesses dos empregados, conforme concluíram os participantes do 3º Congresso.

Essa estrutura injusta, ultrapassada, antidemocrática, fascista e atrelada ao Poder Público precisa mudar, permitindo que os sindicatos conquistem a confiança dos trabalhadores, reforçando-se a partir das bases e assumindo seu papel reivindicatório.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> Introdução In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 21.

<sup>73</sup> CONTAG, Introdução In: *Anais 3º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília: dezembro de 1979, p. 9.

Nesse período, eram as forças políticas ligadas à Igreja Católica que mais questionavam e pressionavam a entidade sindical para que houvessem mudanças no seu modo de agir. A crítica se dirige, prioritariamente, como já explicitado, ao tipo de ação utilizado no encaminhamento das reivindicações, e sendo a análise desse seu repertório chave para se compreender a crise de representatividade vivida pela CONTAG. Neste ponto, o conceito de repertório em Werneck Vianna, apresentado nas Notas Introdutórias, traz a ideia de princípios de eficiência sócio-política e de legitimidade, justamente os dois quesitos questionados pelos críticos à atuação da CONTAG.

Outro ponto importante a considerar na trajetória de construção da CONTAG é que esta forma de atuar esteve concentrada nos anos 1970, diretamente ligada à influência do PCB, Partido que, ao fim da transição também se encontra dividido e politicamente enfraquecido como referência de setores da Sociedade Civil.

A Confederação era vista por seus críticos como portadora de uma estratégia de mobilização e organização dos trabalhadores ineficaz. Esses críticos, em sua maioria representantes da Igreja Católica adeptos da Teologia da Libertação ou do *movimento de oposição sindical*, destacavam a incapacidade de direção da CONTAG da luta por direitos.<sup>74</sup>

Nesse cenário de articulação das oposições é a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>75</sup>, sobremaneira após 1980<sup>76</sup>, que marca, segundo Raimundo Santos, a

---

<sup>74</sup> Alguns dos grupos críticos da atuação da CONTAG serão, não por coincidência, os líderes do movimento de oposição sindical e também referências para o Movimento dos Trabalhadores Rurais que surgirá no meio da década de 1980. No entanto, em análise à crítica de ineficácia dirigida a CONTAG por sua atuação no período da ditadura é censurável. Pois, como a enfatiza Medeiros o modo da atuação da CONTAG, não obstante não “influenciar na política fundiária dos governos militares, (as ações) tiveram um papel importante na socialização, entre os trabalhadores do campo, da demanda por Reforma Agrária [...], mantendo viva a crítica ao latifúndio”. Cf. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002, p. 45.

<sup>75</sup> Segundo Poletto, a CPT indicava como tarefa preponderante contribuir com a organização dos trabalhadores, mobilizando-os, incentivando e auxiliando na organização de suas lutas em prol da construção pelos próprios trabalhadores de uma crítica à sua condição de expropriados, valorizando, entre outros elementos, à prática e à cultura popular. Esses princípios podem ser vistos, anteriormente, em outro movimento de alicerce católico progressista, o Movimento de Educação de Base (MEB). A ação do MEB consistia em realizar, através do processo de alfabetização formal, oferecido por meio de escolas radiofônicas, bases para a organização política dos trabalhadores. Buscando construir um conhecimento que pudesse ser instrumentalizado pelos trabalhadores e camponeses, a fim de que pudessem intervir em suas realidades. POLETO, Ivo. “As contradições sociais e a Pastoral da Terra” in Vanilda Paiva (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

<sup>76</sup> É importante atentarmos para a ênfase nos anos de 1980, pois em 14 de fevereiro de 1980, como resultado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que foi aprovado o documento: “Igreja e

refundação da práxis agrária católica baseada numa identificação com as dificuldades que afligia os camponeses na época<sup>77</sup>. Esse movimento de origem religiosa se fortaleceu e criou as bases do que será chamado, posteriormente como *novo sindicalismo*<sup>78</sup>. Essa nova compreensão de sindicalismo ficou conhecida por expressar, principalmente, os operários urbanos e por reafirmar a pluralidade sindical. Desse processo irá resultar o surgimento de outra central sindical nacional, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983.<sup>79</sup>

Martins aponta para a questão de fundo que iria diferenciar as duas vertentes de interpelação dos trabalhadores rurais, registrando que sua crítica é fundamentada na ideia de que o *contratualismo*, intrínseco às organizações sindicais e aos partidos políticos, é a principal motivação de sua incapacidade de atrair os trabalhadores rurais e, ainda, da sua ineficácia enquanto mediadores desses grupos subalternos. As práticas cotidianas desses homens e mulheres do campo, para o autor, trazem uma sociabilidade que agrega valores e práticas, muito mais semelhantes à forma de organização forjada pela Igreja e, depois, amplamente utilizada e difundida pelo MST.

E, assim, no mesmo período no qual se dá a crise de representatividade da CONTAG, surgirá o MST, tendo sido formalmente fundado 1984. Esse movimento é marcado pela forte influência e presença de setores progressistas da Igreja Católica. Sendo sua atuação caracterizada por ações coordenadas de ocupações de terra, com o estabelecimento de acampamentos, além de embates diretos com os latifundiários e com o Estado. Chama a atenção o repertório novo e radicalizado apresentado pelo movimento, cujo central detalhamento se ocupará esse estudo.

---

problemas da Terra” já citado; no qual, em suas conclusões, dentre outros pontos, afirma que a Igreja deverá assumir o compromisso de *pastores* diante da violação dos direitos dos pobres do campo, anunciando a problemática dos trabalhadores e da terra como motivadores da injustiça, reforçando ainda o apoio às Pastorais da Terra, Indianista e Operária.

<sup>77</sup> Cf. SANTOS, Raimundo. Dois estilos de interpelação camponesa. In: Raimundo Santos *et al.* (Org) *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

<sup>78</sup> Marcelo B. Mattos aponta o termo *novo sindicalismo* como relacional, reflexão possível de ser aprofundada com Elias e Habermas. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Vívio de Leitura, 1998.

<sup>79</sup> O movimento de oposição sindical à CONTAG organizou-se antes da criação da CUT. A Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) que, em sua primeira reunião, no ano de 1981, deliberou pela criação de uma central sindical unificada, a CUT.

Neste ponto podemos notar que a questão do repertório de ação dos mediadores é posto em local de destaque e é por este terreno que iremos continuar nossa análise.

#### 2.4. *A CONTAG e o MST na encruzilhada da Redemocratização*

O período da redemocratização abrirá novas possibilidades de mobilização da sociedade civil brasileira e, neste cenário de transformações democráticas, a questão da representação dos trabalhadores rurais, como vimos, novamente estará posta em disputa. Agora, além dos emergentes valores democráticos que povoam o imaginário brasileiro da época, irá surgir um ator novíssimo no mundo rural – o MST – que se defronta à CONTAG, questionando-lhe a legitimidade. É exatamente a este último conflito, que se estende por todo o decênio de 1979 a 1989, que irei dedicar minha atenção neste trabalho de pesquisa. Tendo, assim, por objetivo, compreender os passos desses mediadores na esfera pública.

Como já assinalado nas Notas Introdutórias deste trabalho, é neste espaço que se pode estudar a *vida ativa*, uma vez que os atores exercem papel preponderante na construção da realidade. É no espaço público que iremos ver como os mediadores políticos, objeto do nosso estudo, irão atuar. Já que, o espaço público propicia um mundo que é compartilhado pelos indivíduos, sendo lugar de visibilidade construída através do discurso e da ação. Assim, a esfera pública será constituída por grupos politicamente organizados, no nosso caso os mediadores, em um discurso e prática que interagem, comunicam-se e aparecem.<sup>80</sup>

A configuração posta pelo processo de transição democrática afirmava a movimentação da sociedade civil que era percebida por intelectuais influentes naquela época. Milton Lahuerta, em seu texto sobre o papel dos intelectuais na resistência democrática, como já dito, afirma que esta sociedade civil era vista como fortalecida, já que trouxera a possibilidade da redemocratização e buscava agora construir um Estado que valorizasse a participação e o espírito cívico. Seguindo a análise do autor, observamos que as novas organizações surgidas da sociedade civil, fossem elas centros de pesquisa ou partidos políticos, vinham “definindo uma visão da história que tem os trabalhadores no cerne de suas preocupações. Visão essa que se apresenta em oposição

---

<sup>80</sup> Cf. ARENDT, H. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009, p.15.

radical à tradição varguista e pretende estar num lugar à esquerda, tanto em relação à interpretação *cepalina* quanto à do Partido Comunista, ao se colocar diante dos fatos”.<sup>81</sup>

O cenário da redemocratização anuncia mudanças e interferirá também na postura dos mediadores, no caso do PCB, segundo Martins<sup>82</sup>, como já citado, à medida que os comunistas buscavam impulsionar uma política de frente única democrática, visando consolidar uma aliança entre a burguesia e os operários, havia descuidado da tarefa de organização do campesinato, tendo reduzido à hora da transição sua influência nos movimentos de trabalhadores rurais.<sup>83</sup>

Há de se associar a esse contexto a crise de representatividade vivida pela CONTAG, como já mencionamos, que recebe severas críticas quanto à forma de organização do sindicalismo rural e também quanto a sua legitimidade como representante dos trabalhadores rurais, enfraquecida ainda pelo surgimento do movimento de oposição sindical nas suas bases e com o fortalecimento do MST. É a esse cenário que se associa a crise de representatividade da entidade.

Como vimos, em um primeiro momento desta crise a Confederação Sindical irá buscar mostrar-se sensível quanto à possibilidade de flexibilizar sua estrutura a fim de responder positivamente às críticas, como se pode notar nos desdobramentos do seu III Congresso, realizado em 1979. No entanto, em seguida irá reivindicar-se como legítima representante dos trabalhadores rurais, assim como reafirmará o modelo de atuação do sindicalismo rural, tendo forte atuação nos debates que marcam primeiro governo civil de José Sarney, como nos momentos de discussão que subsidiaram a formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Por outro lado, exigindo a realização incondicional da Reforma Agrária distributiva de forma contundente, o MST conquistará ampla visibilidade na esfera pública, afirmando-se como *novo* mediador das demandas dos trabalhadores rurais. Procuraremos estudar o repertório centrado na *luta* que este movimento introduz no

---

<sup>81</sup> LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais e a resistência democrática*. In.: Cadernos AEL, n.14-15. IFCH, Unicamp, 2001, p. 21-22.

<sup>82</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

<sup>83</sup> A observação de Martins foi reafirmada por militantes do PCB em conferência realizada no dia 21 de março de 2012, em comemoração aos 90 anos do partido. Entretanto, acredito que outras possibilidades devam ser analisadas, como a crise interna do Partido que terminou por gerar uma cisão entre seus dirigentes e também na base da sua militância.

período, diferente do da forma institucionalizada predominante na cultura sindical hegemônica nos anos anteriores. Veremos como ele vai progressivamente estabelecendo-se como *porta-voz* da reivindicação por Reforma Agrária, ao tempo que o seu modo de ação o habilita à representação dos trabalhadores rurais de forma legítima.

A representação e mediação dos trabalhadores rurais são questões postas na década de 1980, intimamente ligadas a temas da época fundamentais e marcantes na história política do país como a formulação do Plano Nacional de Reforma Agrária, o debate da nova Constituição, entre outros.

Diante desse quadro de atores que compõem o cenário estudado, segundo Medeiros, já no início da década de 1980, é possível perceber a *bifurcação* do sindicalismo rural, como, por exemplo, em relação à proposta apresentada pelo governo Sarney do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ocasião em que explicita os modos diversos de agir da CONTAG e da CUT.

[...] a proposta do PNRA teve todo apoio da CONTAG e recebeu severas críticas por parte do sindicalismo rural cutista e do MST que, nesse momento, tinha presença em alguns sindicatos. Apostando na possibilidade de uma Reforma Agrária por meio da iniciativa política do novo governo, a CONTAG procurou negociar e recusou as ocupações de terra, caminho que estava sendo usado pelo MST, como forma de pressão.<sup>84</sup>

Entretanto, sabe-se que, devido à pressão sofrida pela Confederação em razão de sua crise de representatividade – agravada pela disputa com o sindicalismo da CUT – e também ante a concorrência crescente do MST. A CONTAG, ainda no fim década de 1970, como registrado nos anais do seu Congresso, teria passado a aceitar a ocupação de terra como estratégia de ação em algumas áreas do território nacional<sup>85</sup>.

É nesse contexto de contestação à CONTAG que o surgimento do MST ganha visibilidade na opinião pública, criando, com as ocupações de terra, fatos políticos. Esta

---

<sup>84</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002, p. 48.

<sup>85</sup> Ver SIGAUD, Lygia. *A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana*. Novos Estudos Cebrap, 2000 e *A engrenagem das ocupações de terra*. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol II. A diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed da Unesp, 2009. Coleção História Social do Campesinato.; e SILVA, Joana Massena Pessoa da. *A reorientação do trabalho agrário do Partido Comunista Brasileiro e a disputa pela hegemonia na formação da CONTAG (1950-1963)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/CPDA, 2003.

prática, além de estratégia fundamental do movimento, torna-se fator essencial na formação de uma identidade política para o trabalhador rural sem terra.<sup>86</sup>

É preciso voltar a realçar outro aspecto que qualifica o nosso problema do impacto das transformações no repertório e representatividade da CONTAG. Na análise de Martins, nos anos mais recentes à ampliação dos números de conflitos e à expansão do capitalismo no campo fez com que a base social desses movimentos sociais se diversificassem muito se comparada com a que o sindicalismo rural se defrontava nos anos 1960. O autor realça que daí também resulta uma heterogeneidade de reivindicações que “envolvem interesses e concepções igualmente diferenciadas”,<sup>87</sup> que iria tornar mais complexo o trabalho dos mediadores que se propusessem a interpretar a ação dos camponeses e trabalhadores rurais.

Nos capítulos seguintes iremos destacar sobretudo dois eventos fundamentais da nova circunstância democrática relacionados temporal e politicamente aos Congressos e Encontros realizados tanto pela CONTAG como pelo MST para percebemos as movimentações desses atores.

---

<sup>86</sup> Cf. TURATTI, Maria Célia Manzoli. *Os Filhos da Lona Preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>87</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.11.



## **CAPÍTULO 4. AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NA NOVA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Não obstante, o papel da política como tema em maior destaque quando analisamos a nova democracia brasileira, segundo os autores José de Souza Martins e Claudinei Colletti dentre outros, há uma dimensão econômica que influencia fortemente os acontecimentos do início da década de 1980 no que se refere às mobilizações sociais dos trabalhadores e, primordialmente, à atuação dos seus mediadores.

É possível perceber que os atores estudados por nós estão em maior ou menor sintonia entre si na medida em que recebem influência da Igreja que os mobiliza e dos interpretes que os interpelam.

O documento da CNBB, *Igreja e problemas da Terra*, de 1980, já citado, os anais do Congresso da CONTAG de 1985 e o caderno de orientação para lideranças do MST publicado em 1986, apresentam também a dimensão econômica da problemática da questão agrária como um aspecto que resulta em um aumento dos conflitos no campo e ainda como um elemento definidor das mobilizações.

Para esses atores e intérpretes, alguns aspectos explicam como essa dimensão econômica interfere e condiciona o cotidiano rural, a partir de uma análise das políticas públicas implementadas durante o Governo Militar que teriam acentuado a expropriação do trabalhador rural e a concentração de terra e de renda e, assim, também ampliado os conflitos entre posseiros, arrendatários, trabalhadores assalariados e latifundiários e/ou com grandes empresas que vinham expandindo seus negócios no país no período.

A condição de insegurança e de repressão que afligia a população rural teria sido para aqueles autores uma força impulsionadora da resistência que teria igualmente estimulado a organização dos grupos expropriados.

Posta essa observação sobre as mudanças no aspecto econômico da vida rural com a intensificação da sociabilidade capitalista que, por conseguinte, teriam agudizado os conflitos, é importante resgatarmos como referência Nibert Elias, registrado no início desse texto.

Em sua reflexão, o autor critica uma perspectiva de análise sociológica que valoriza o indivíduo e que, por consequência disso, negligencia a intensa vitalidade inerente às realidades das sociedades. Sugerindo-nos, por fim, que vejamos o cenário a ser analisado de forma dinâmica, dando atenção especial à interdependência entre os atores e os fatos que compõem a configuração.

Buscando seguir tal reflexão, observamos que não obstante sabermos que o âmbito econômico interfere muito na organização da resistência dos trabalhadores rurais, há outros aspectos da vida social que devem ser entrelaçados na análise da atuação dos dois mediadores estudados, a CONTAG e o MST.

Na tentativa de compreender as formas de organização para a resistência camponesa, José de Souza Martins, reconhece os efeitos das ações operadas na esfera econômica, mas irá dar destaque à cultura camponesa como dimensão explicativa da forma de organização que, posteriormente, segundo ele, dará origem ao MST. A resistência para manter a condição de *autônomo* dos trabalhadores que desenvolviam suas atividades de produção baseada no trabalho familiar, entre os anos de 1975 e 1985, é, para Martins, um exemplo de luta anticapitalista, pois resiste à expropriação e limita a condição de reprodução do sistema capitalista como tal.

Assim, o elemento impulsionador dessa resistência não é naturalmente ou exclusivamente econômico. Para o autor, é a sociabilidade camponesa que irá fundamentar, nas ações dos trabalhadores, um modo para garantir a forma alternativa de sobrevivência da *terra de trabalho*, como um local de morada e de prática da agricultura familiar, em oposição à ideia de terra de exploração capitalista.<sup>88</sup>

Mais recentemente, Claudinei Coletti, em estudo sobre o surgimento do MST, irá discorrer sobre o processo de expropriação econômica vivido na época pelo trabalhador como um fator histórico importante a ser levado em conta na definição das formas de sua resistência. No entanto, o autor também apontará, para uma forte influência dos âmbitos social e político oxigenados pela abertura da Ditadura e, depois pela transição democrática. Além disso, Coletti chamará atenção para a relação entre a problemática da questão agrária, intensificada pela crescente pobreza nas áreas rurais, e

---

<sup>88</sup> MARTINS, José de Souza . "Os trabalhadores do campo em busca de uma alternativa". In: Marias M. Lenz, SJ (org.). (Org.). *A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil.* ' ed. São Paulo: Edições Loyola, 1980, v. ', p. 7-17.

o êxodo rural. Dessa forma, o autor destaca a relação de interdependência que também é perceptível entre o rural e o urbano.

Para o mesmo autor, as motivações que interferem nas formas de organização dos trabalhadores rurais também estão ligadas à polarização da luta pela terra no Brasil. Cenário no qual, ainda segundo Coletti, o sindicalismo contaguiano, com seu repertório de ação “institucional”, teria reduzido o seu poder de mobilização, não conseguindo mais atrair as bases, ou seja, os trabalhadores rurais, o que possibilitaria que a “ação política direta de enfrentamento” adotada pelo MST se expandisse e se consolidasse.<sup>89</sup>

Como vimos, os dois autores mostram que as condições conjunturais – sejam econômicas, culturais e/ou políticas – precisam ser consideradas para compreendermos que as formas de organização dos trabalhadores rurais e camponeses na nova democracia brasileira foram forjadas pela emergência de um mediador que diferenciase outros tipos de ação das formas de atuação do repertório tradicional do sindicalismo contaguiano. Seja porque, como considera Martins a sociabilidade católica está muito mais próxima da sociabilidade camponesa, seja porque a forma de atuação do sindicalismo contaguiano estava sob forte crítica, como observa Coletti.

Assim, o MST surge não só disputando com a CONTAG o título de “porta-voz” dos trabalhadores rurais, mas também disputa a interpretação da história da luta pela terra e do sindicalismo rural brasileiro.

A CONTAG incorpora em sua interpretação certas reflexões apresentadas anteriormente. Pois, ela aponta primeiramente para os mesmos aspectos econômicos que ampliaram a insatisfação dos trabalhadores e fortaleceram sua ação de resistência. Em sua análise, a entidade buscará dar destaque ao papel desempenhado pelas organizações que compõem o seu quadro de funcionamento, como os sindicatos locais, e também as ações de ocupação de terra executadas no início da década de 1980, sob sua coordenação<sup>90</sup>. Esses seriam os fatores preponderantes nas formas de organização da luta nesse período que inaugura a democracia brasileira dos anos 1980.

---

<sup>89</sup> COLETTI, Claudinei. *O MST e os limites da luta pela terra no Brasil*, Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina GEPAL/UDEL, 2005.

<sup>90</sup> A partir do III Congresso da CONTAG, realizado em 1979, a entidade admitirá a ocupação de terras como uma estratégia de luta política.

Podemos perceber nos documentos dos Congressos da CONTAG, entre os anos de 1979-1985, que a entidade conhecia as novas exigências colocadas pela Democracia, e irá discutir uma série de elementos da sua organização, da sua prática e do seu repertório de atuação, sempre buscando reforçar princípios basilares para sua sobrevivência, como a unidade sindical.<sup>91</sup>

Ainda segundo Coletti, o mesmo período que aqui focalizamos pode ser compreendido como a 1ª fase do MST, caracterizada por estar “inserida na crise do regime ditatorial militar, tendo começado com as ocupações de terra que, desde 1979, ‘pipocavam’ em vários pontos do país. Esta é a fase da luta dispersa e localizada”.<sup>92</sup>

No que concerne à análise das forças políticas que atuavam para promover a democracia no país, em 1985, o cenário de fortalecimento dos movimentos de resistência, impulsionará a composição de uma frente democrática – no qual os atores eram, principalmente, o MDB, e, em certa medida, o PCB. Esta frente, por fim, disputará a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Derrotado nessa eleição indireta, o regime Militar irá findar-se com a eleição do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que não chegará a assumir o cargo por ter adoecido, no dia 14 de março de 1985, às véspera da posse. O quadro de saúde do presidente eleito irá agravar-se, levando-o à morte em 21 de abril do mesmo ano.

Seu vice, José Sarney, que havia assumido o cargo interinamente desde a enfermidade de Tancredo, torna-se então presidente e anuncia, dentre outras transformações previstas para a reorganização da sociedade brasileira no âmbito político, social ou econômico, a realização da Reforma Agrária e propõe a formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA. A proposta do plano será amplamente discutida com os movimentos sociais, mas enfrentará muita resistência das elites rurais e políticas e nunca chegará a ser implementado no formato como a Reforma Agrária havia sido reivindicada.

---

<sup>91</sup> Nos anais do IV Congresso da CONTAG, poderemos ver o esforço da entidade em pautar e defender a unidade sindical, como podemos perceber no trecho extraído do documento desse evento: “Desde sua preparação, o 4º Congresso reafirmou a unidade dos trabalhadores rurais em torno de suas bandeiras de luta.” (CONTAG, *Anais 4º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília, dezembro de 1985.)

<sup>92</sup> COLETTI, Claudinei. *MST, Luta pela terra e Neoliberalismo* (projeto de pesquisa), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

Devemos chamar atenção para o fato que, a ação dos atores que estão inseridos em determinada configuração tem alcance incalculável em outros por sua relação de interdependência, gerando, por conseguinte uma reação. Assim, o anúncio feito pelo presidente Sarney da formulação do I PNRA coagiu os atores que estavam atuando na mediação dos grupos de trabalhadores rurais, ou de proprietários rurais a debaterem a ideia. Igualmente, o diálogo com a sociedade civil neste período será tematizado pela proposta apresentada por Sarney.

No geral, o documento formulado para subsidiar o debate nacional de construção do I PNRA que apontava os problemas gerados pela concentração da propriedade rural e as formas efetivas de enfrentá-la, foi recebido com entusiasmo pelos trabalhadores rurais. A proposta contou com a adesão de expressivas instituições entre essas a CONTAG, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), a CNBB e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Porém, como já dito, as declarações de apoio não foram suficientes para que, na assinatura do Plano propriamente dito, fossem mantidas todas as proposições.

Como já observado no capítulo anterior, nos anais III Congresso da CONTAG, de 1979, está registrada a decisão da entidade que havia deliberado por não dialogar mais com o governo até o fim do período militar. Entretanto, após as eleições, e alterado esse cenário com a formalização da posse do Presidente civil, a Confederação irá novamente confluir suas forças para a luta por políticas públicas, objetivando, contribuir de forma ativa para a formulação e a implementação do I PNRA, buscando mais ainda: resgatar a ideia de eficácia da luta sindical e, por conseguinte, sua legitimidade como mediadora institucionalizada das demandas dos trabalhadores.

### *3.1. A CONTAG e o MST ante o I PNRA*

Ao observarmos a trajetória da CONTAG podemos perceber que a exigência da entidade por políticas públicas que garantam qualidade de vida e direitos aos trabalhadores rurais sempre aparece como sua principal bandeira. Desse modo, com exceção do final do período autoritário, o Governo sempre foi o interlocutor ao qual direcionava suas demandas. Na nova circunstância democrática, o Governo retoma o seu lugar de destaque na prática de diálogo da confederação e na sua constante luta por

formulação de uma política pública que não só realizasse a Reforma Agrária, como também desse reposta a outros problemas dos trabalhadores rurais.

Assim, sob a presidência de José Sarney, no dia 26 de maio de 1985, o Governo Federal elabora a proposta do I PNRA<sup>93</sup>. Sendo esta proposta lançada e debatida amplamente no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais<sup>94</sup>, no qual o Presidente da República e outras autoridades de Estado também estiveram presentes e tinha como tema “*Reforma Agrária para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade*”.

Esse Congresso será um marco na história da CONTAG pelo esforço empenhado em fortalecer o movimento sindical rural. A estratégia da confederação parece ser a de interligar o avanço da democracia à expectativa de renovação da vida sindical, associada ao processo de valorização dos sindicatos como ator legítimo na nova conjuntura.

Podemos perceber traços dessa linha de ação na lista de decisões encaminhadas pelo Congresso, dentre elas, destaco o item 1 e 16 (reproduzidos abaixo):

1. A consolidação do processo de democratização do nosso país tem como exigências fundamentais a eliminação imediata de todas as leis de exceção; a imediata desativação dos órgãos e aparelhos repressivos e a convocação, para 1986, de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, com exclusiva finalidade de elaborar a nova Constituição Brasileira.

16. Entendemos que o sindicalismo é o instrumento de luta e pressão frente ao patronato e ao Estado para a conquista de melhores condições de vida de todos os trabalhadores e de defesa das liberdades democráticas no conjunto da sociedade.<sup>95</sup>

Além dessas deliberações, outras merecem destaque pelo caráter simbólico dos seus temas, como os itens contidos nas respectivas sessões: *Sessão 2: Lutar por uma nova política econômica* – essa sessão exigia a reformulação da política econômica

---

<sup>93</sup> A ABRA enquanto espaço de organização de intelectuais que debatiam soluções para o problema da questão agrária teve uma contribuição muito significativa na formulação da proposta do I PNRA que será apresentada pelo Governo para iniciar o debate nacional do Plano ainda em 1985.

<sup>94</sup> O IV Congresso ocorreu entre 25 e 30 de maio de 1985, em Brasília, e contou com 4.100 delegados, que representavam 22 federações sindicais e 2.600 sindicatos locais, além de cerca de 700 convidados. Devemos destacar que o presidente Sarney estava presente na Sessão solene de abertura do Congresso fez o “lançamento, em primeira mão, para os trabalhadores rurais, da proposta do I PNRA, reafirmada pelo ministro Nelson Ribeiro e pelo presidente do INCRA, recebida e impulsionada pelo Plenário na palavra de ordem ‘Reforma Agrária, já!’.” (CONTAG, *Anais 4º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília: dezembro de 1985, p. iv.)

<sup>95</sup> CONTAG, *Anais 4º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília: dezembro de 1985, p.15-18.

nacional a partir de uma redefinição de prioridades que valorizava o mercado interno para combater o desemprego e a suspensão do pagamento da dívida externa; *Sessão 3: Lutar pela Reforma Agrária ampla, massiva, imediata*, com participação e controle dos trabalhadores rurais capaz de eliminar o latifúndio; *Sessão 4: Lutar por uma nova política agrícola* – essa sessão exigia prioritariamente uma política agrícola de interesse dos pequenos agricultores, talvez este seja o ponto das deliberações do Congresso onde a CONTAG tenta assegurar a base mais característica do MST para si. Mas, sua vocação para tratar dos problemas do *proletariado rural* (sic) continua sendo prioritária no restante do documento; como nas Sessões 12 e 13 que tratam de exigências para a reformulação da política salarial e da regulamentação do livre exercício do direito de greve.

Quanto ao MST fazemos registro da época de sua fundação. Ocorrida em Cascavel no Paraná um ano antes, em 1984, onde foram também definidos os seus princípios: 1º Lutar pela Reforma Agrária Radical; 2º Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; 3º Reforçar a luta pela terra, com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis; 4º Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando seu sustento e de sua família<sup>96</sup>; 5º O movimento dos Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política.<sup>97</sup>

O MST realizará seu I Congresso Nacional em janeiro, no mesmo 1985 no qual se realizou o seu IV Congresso a CONTAG. O tema do I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>98</sup> será: “*Ocupação a única solução.*” Segundo o próprio MST

A importância histórica do Congresso se deu pelo fato de reunir unicamente a categoria mais explorada dos camponeses, os Sem Terra e pelo clima de discussão e decisões tomadas que deixaram claro que a única forma de conquistar terra é a ocupação.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Esse quarto princípio foi uma palavra de ordem recorrente nos anos de 1950/60 nas mobilizações de trabalhadores rurais pré-ditadura. Ver COSTA, Luís Flávio. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1996.

<sup>97</sup> MST (Secretaria Nacional), *Construindo o Caminho*, São Paulo, junho de 1986, p.44.

<sup>98</sup> O I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorreu em Curitiba e contou com a participação de 1.500 delegados de base, trabalhadores sem terra de 22 estados do país.

<sup>99</sup> MST (Secretaria Nacional), *Construindo o Caminho*, São Paulo, junho de 1986, p. 37.

A partir desses pontos vemos que, enquanto o Congresso contaguiano discute a proposta do I PNRA e reforça o diálogo com o Estado, o I Encontro Nacional do MST reforça a prática da ocupação de terra e dessa forma intensifica a tensão com os grandes proprietários rurais e também com o Estado que vinha se propondo a mediar os conflitos a partir da formulação do plano nacional para implementação da Reforma Agrária.

Ao observarmos os temas abordados nos dois Congressos é possível traçar um paralelo entre as formas de atuação dos mediadores e as prioridades estabelecidas nos seus respectivos repertórios e também perceber que por estarem interagindo na esfera pública e tratando de um mesmo macrotema, a questão agrária e os trabalhadores rurais, nesta ocasião há uma relação de interdependência, no sentido da referência que já fizemos a Elias. Chamamos atenção para a inter-relação que há entre os dois atores incentivada pelo anseio à representação e pela disputa da legitimidade necessária para manter-se ou para se consolidar como mediador.

Também podemos perceber congruências entre os termos utilizados pelos atores que, não obstante estarem repetidos nos discursos da CONTAG e do MST, ao serem adjetivados, demarcam posicionamentos por vezes divergentes, expressando a competição na qual os atores encontram-se no período aqui estudado.

Destacaremos alguns dos referidos termos:

- *Reforma Agrária ampla, massiva imediata, com participação e controle dos trabalhadores rurais x Reforma Agrária radical*: os termos utilizados pela CONTAG para definir sua proposta de Reforma Agrária são comumente utilizados quando nos referimos a características comuns por serem escopo da esfera das políticas públicas de inclusão, são eles: *amplo* que se refere à constituição de um sistema ou política nacional; *massivo* que se refere à ideia de universalização de direitos; e quanto ao terceiro termo, à ideia de *participação e controle dos trabalhadores*, podemos compreender como uma alusão da Confederação à ideia de interferência dos sindicatos na gestão de políticas públicas através do diálogo com o Estado. No caso do MST, a palavra *radical* que adjetiva a sua proposta de Reforma Agrária também é marcante em seu repertório. Assim como a ocupação de terras é uma estratégia tida como radical, pois para alguns questiona o direito de propriedade privada; a ideia de Reforma Agrária



da forma como surge nos documentos do MST é compreendida dentro de um espectro que questiona as bases do capitalismo, compondo talvez um estágio de transformação do Estado à experiência socialista (esse anseio por mudar a organização econômica e social da sociedade é reforçado no 2º princípio do movimento já citado anteriormente). O termo Reforma Agrária radical também pode fazer uma alusão ao Congresso Camponês de Belo Horizonte, sobre o qual já discorremos no capítulo 1 deste trabalho. No Congresso, Francisco Julião, mesmo tendo a minoria dos apoiadores conseguirá aprovar a proposta de implementação da política de Reforma Agrária adjetivada da mesma forma. Essa coincidência pode indiciar que interessava ao MST reconhecer os mediadores do movimento dos trabalhadores rurais que antecederam a CONTAG, como as Ligas Camponesas.

- *Unidade dos trabalhadores x reunir unicamente*: Neste tópico o que estar em debate é a unidade e a identidade da base dos respectivos movimentos – sindical e dos sem terra. Nos documentos do IV Congresso da CONTAG constantemente é lembrada a missão de manter os trabalhadores unidos contra um inimigo ou adversário, o latifúndio e/ou o grande empresário agrícola. Na avaliação que o MST faz da importância do seu Encontro de fundação (1984), o ponto realçado como primordial é a realização de uma reunião única dos que são chamados de sem terra. O surgimento dessa categoria, segundo o movimento, seria uma resposta à vitimização do grupo social dos sem terra em razão, principalmente da expansão das relações capitalistas no campo. Nota-se que dessa forma o movimento seleciona para si um perfil que corresponderá aqueles que comporão sua base. Esses devem possuir características específicas que marcam as suas trajetórias de vida e que auxiliaram na construção de uma identidade de grupo. Para sublinhar esse ponto lembramos que o MST tem uma forte ligação em sua origem com o MASTER, no *site* do movimento podemos encontrar a seguinte declaração que reforça essa ideia: “No dia 24 de junho de 1960, há exatos 50 anos, surgiu no Vale do Rio Pardo um movimento que antecipou, no Rio Grande do Sul, as propostas e estratégias do MST na luta pela Reforma Agrária”.<sup>100</sup> A relação entre os dois movimentos está primordialmente no fato de a sua base também ser composta por pequenos produtores anteriormente com terra que por algum motivo foram expulsos arbitrariamente e, assim, passam a ser identificados como sem terra.

---

<sup>100</sup> Site do MST: <http://www.mst.org.br/node/10167> Visualizado no dia 01 de maio de 2013.

*-Trabalhadores na agricultura x Trabalhadores sem terra:* Na trajetória teórica que orienta a ação da CONTAG é perceptível a influência das proposições de Caio Prado Júnior referentes ao papel do sindicato rural, seja na forma como a instituição trata o problema da Reforma Agrária, seja na prioridade dada à ideia de fortalecimento do mercado interno essas formulações diferenciam a atuação dos sindicatos e o projeto que possuem para o país. Quanto ao MST, inicialmente já havíamos chamado atenção para o fato de o Movimento utilizar a categoria *trabalhadores sem terra* no seu nome e não apenas *sem terra*. Isso pode ser explicado pelo fato de neste período o Movimento definir-se como “uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical.”<sup>101</sup>

Podemos pontuar, portanto, que o discurso sobre a ação desses dois atores é distinguível nos vários âmbitos que compõem sua atuação na esfera da *vida ativa*. Dessa forma, notamos também que as ações, os documentos e as falas de lideranças são direcionadas por um conjunto de princípios compartilhados que dá origem a um elenco de orientações para a prática (ou práxis)<sup>102</sup>.

A estruturação da sua forma de ação busca consolidar a si mesma como a maneira eficaz para a conquista de bandeiras de luta também compartilhadas. O principal objetivo dessa articulação de conhecimentos e práticas é promover tal ator a condição de legítimo porta-voz de determinado grupo, mas também terá funções adjacentes que são de suma importância como: a exteriorização de sua identidade, a construção de uma interpretação para a realidade e, por fim, a composição de um repertório que pode ser reconhecido e também orientar a ação de outros atores da mesma configuração, sejam eles movimentos sociais, ou, o Estado (ex.: ocupação de terras).

---

<sup>101</sup> O trecho foi extraído da edição 93 do ano X do Jornal dos Trabalhadores Sem Terra publicado em São Paulo em abril/maio de 1990. Mas, o documento de 1986, Construindo o Caminho, elaborado pela Secretaria Nacional do Movimento como principal caderno de formação das suas lideranças no processo da sua expansão territorial há referências à articulação do movimento através da criação de uma Comissão Municipal Provisória dentro da estrutura do sindicato que teria como objetivo debater soluções ao problema dos sem terra.

<sup>102</sup> No registro das Teses sobre Feuerbach, do registro marxista. Ver SANTOS, Raimundo. *O que é ser marxista*, 2012.

Por tratar-se desse emaranhado de aspectos e funções, o processo de afirmação de um novo repertório, e, no caso, de um novo ator como dominante, é por sua natureza repleto em aprendizados, *catarses*<sup>103</sup>, diálogos e transformações.

No caso do período aqui estudado, caracterizado pela profunda alteração nas estruturas de governo é possível dizer que o surgimento de novas forças políticas busca dar uma resposta aos desafios também novos estabelecidos diante de problemas sistêmicos não resolvidos, recordando a referência habermesiana mencionada no início deste texto. Assim, a dinâmica histórica de *surgimento do novo* nos remete a uma ideia de desenvolvimento, mas remete igualmente aos demais atores, que estão tendo seus repertórios questionados, a tarefa ou a obrigação de evoluir.

### 3.2. *O agro-reformismo da Nova República*

Sucintamente, o I PNRA da Nova República que previa, com base no Estatuto da Terra, o assentamento de 1,4 milhão de famílias entre os anos de 85 a 89 apresentou um pequeno desempenho que, ao final do governo da *Nova República*, não atingiu 10% de suas metas, sendo necessário para entender este fato realizarmos uma análise das discussões e contestações que permearam o processo de elaboração e implementação do mesmo.

Por se tratar de um Plano que previa a distribuição de terras, muitos eram os interessados na apresentação de emendas e sugestões, assim as articulações com o Estado ocorreram em todos os setores. Ao mesmo tempo, em que o presidente José Sarney e seus ministros foram ao Congresso dos Trabalhadores e reforçaram o compromisso de realização da Reforma Agrária

---

<sup>103</sup> A palavra é recorrente no glossário da Psicologia. Mas, para o estudo aqui empreendido tenho como referência o uso da expressão na obra de Gramsci na qual indica, sobretudo, transformação ou passagem de um momento para outro, ver trecho extraído do *Cadernos do Cárcere*: “O termo “catarse”. Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e tornando-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (Recordar os dois pontos entre os quais oscila este processo: que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam, ou estejam em vias de aparecimento, as condições necessárias e suficientes; - e que nenhuma sociedade deixa de existir antes de haver expressado todo o seu conteúdo potencial.)” GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.1, p.314-5. Civilização Brasileira, 4 edição, Rio de Janeiro, 2006

Não me canso de repetir que não podemos ser felizes numa nação em que milhões de brasileiros não têm direito à felicidade. Ao afirmar, na posse, que seria maior do que eu mesmo, tinha a visão do cargo e das minhas responsabilidades perante a história. Conheço a amargura das injustiças no campo e sei que elas começam na paisagem dos trabalhadores sem terra, dos posseiros, dos expulsos e de todos que são vítimas da violência e da exploração. [...] É deplorável constatar que 1% das propriedades rurais representa, hoje, 45% da área rural integral. Isto é o latifúndio devorante, agravo que pesa desde as primeiras sesmarias e que se tornou o símbolo oneroso de um desequilíbrio que se traduz em ineficiência econômica e incapacidade produtiva. [...] O direito à propriedade da terra pode ser ameaçado pelo Estado e pelos próprios indivíduos quando concentram imensas áreas improdutivas, e ainda impedem que outros nela produzam.<sup>104</sup>

No mesmo ano há registros do presidente e de seus ministros estarem presentes em eventos organizados pelo setor dos grandes proprietários de terra e de terem se reunido com os criadores de gado, na Expozebu<sup>105</sup>.

A capacidade de organização política dos latifundiários foi de grande importância no sucesso de sua intervenção na proposta do I PNRA, pois, liderados pela Sociedade Rural Brasileira – SRB apresentaram ao governo uma proposta unificada em defesa de seus interesses. Neste mesmo ano, prevendo o questionamento de seus direitos e interesses do empresariado rural, principalmente da região Centro-Sul, organizou-se a fim de fundar uma entidade ruralista nacional. Em julho de 1986, foi oficializada a criação da União Democrática Ruralista – UDR, como consequência da organização das elites rurais. Antes mesmo de sua fundação oficial, a UDR já havia polarizado o debate que deu origem ao texto final do Plano com os movimentos sociais dos trabalhadores rurais.

Alguns autores atribuem a vitória dos Ruralistas à dificuldade que os trabalhadores tiveram para organizar-se, pois não conseguiram atuar de forma unificada, o que teria tornado frágil a luta pela permanência da proposta de texto inicial do PNRA.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> Trecho do discurso do Presidente da República José Sarney no IV Congresso Nacional da CONTAG, 1985.

<sup>105</sup> A feira de exposições é organizada pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ sendo realizada em Uberaba, Minas Gerais.

<sup>106</sup> Ver MARTINS, Mônica Dias. *Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos. Luta de classe e assentamentos em terras do Ceará*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

Diante desse contexto, em outubro de 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária é assinado pelo presidente após doze versões, tendo sido extremamente descaracterizado quando comparada com o que havia sido apontado como objetivo para esta política na primeira proposta apresentada no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, tendo o documento final voltado-se aos interesses dos grandes proprietários rurais.

As articulações que levaram a tal desvirtuamento inserem-se num conjunto de atividades paralelas ao Plano que, aos poucos, foram tomando seu lugar e o condicionando a motivações contrárias à Reforma Agrária.

O que podemos perceber é que o fortalecimento e a organização das forças das elites rurais para contestar o PNRA, diante do Estado, mudou a estrutura de vinculação da política dentro do próprio governo, além de ter resultado também em mudanças centrais que alimentaram a alteração radical do viés inovador e massivo da primeira proposta apresentada.

Seus desdobramentos distorceram completamente o Plano, submetendo-o ao controle da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e às demandas do setor agroindustrial, um de seus principais críticos. A Reforma Agrária ficou subordinada à política agrícola, abrindo caminho para a extinção do MIRAD e a vinculação do INCRA ao Ministério da Agricultura, historicamente ligado aos interesses de grandes proprietários de terra. Os programas de irrigação, por exemplo, passaram a concorrer e se apropriar dos recursos destinados à política agrária.<sup>107</sup>

Afirmando uma série de dificuldades para enfrentar as oposições à realização da Reforma Agrária, o Governo Federal estabeleceu a chamada *Reforma Agrária possível*: recomendando o retorno à política de colonização e lançando as bases do crédito fundiário, que viria a ser o principal instrumento alternativo à desapropriação de terras nos governos seguintes. Podemos destacar sete pontos de grande relevância na mudança dos eixos que regiam I PNRA:

- a) Relegam-se a função social da terra e a desapropriação, colocando-se em primeiro plano a ideia de latifúndio produtivo e introduz-se a negociação na compra da terra como elemento fundamental da política.

---

<sup>107</sup> BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. *O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002*. Fortaleza, 2005 p. 4.

b) O objetivo de transformar a estrutura fundiária foi substituído pelo princípio da exploração racional da terra.

c) O programa básico de assentamento de trabalhadores é descaracterizado quanto à exigência de uma estrutura associativa e administrativa autônoma de autogestão.

d) O papel central dos trabalhadores na efetivação da Reforma Agrária é minimizado pelo tratamento de paridade com os proprietários.

e) São silenciadas exigências como a criação de uma área máxima para a propriedade privada.

f) A prioridade para áreas de conflitos é deslocada para o programa complementar de regularização fundiária.

g) O deslocamento da definição de áreas prioritárias levando-a para a esfera estadual para ser realizada pelos Planos Regionais de Reforma Agrária (PNRAs).

Além desses pontos, outros podem ser citados que mostram o distanciamento do PNRA dos interesses e reivindicações da classe de trabalhadores rurais, trazendo em si contradições e ambiguidades que frustram a tentativa de agrupar nesta política os divergentes interesses dos proprietários de terras e das camadas populares.

A derrota dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais fragilizou ainda mais a CONTAG que havia feito grandes investimentos políticos no debate do I PNRA e acreditava que sua implementação poderia fortalecer a atuação dos sindicatos, assim como gerar conquistas reais aos trabalhadores.

Apesar das expectativas frustradas com a PNRA, a CONTAG seguiu por mais dois anos, afirmando que a participação em órgãos no interior do governo iria fortalecer o diálogo entre o Estado, os sindicatos e conduzir ao avanço nos ganhos para os trabalhadores. Essa prática do sindicalismo contaguiano buscava gerar possibilidades de atuação nas quais não houvesse confronto direto, mas que poderia proporcionar a resolução ou o encaminhamento das suas principais reivindicações.

Entretanto, em 1987, quando por decreto o governo decidiu pela extinção do INCRA a CONTAG rompeu com esta forma de atuação que lhe era característica e abdicou das comissões agrárias governamentais nas quais tinham representantes. Em paralelo, durante esses últimos anos, as ocupações de terras estavam expandindo-se por todo o país à revelia dos sindicatos de base da CONTAG.

O MST, recém-fundado estava investindo em seu processo de expansão, consolidação e fortalecimento<sup>108</sup>; e desde o início do debate do I PNRA não havia concentrado suas forças e expectativas na materialização dessa proposta de política pública. Utilizou-se desse período para se capilarizar territorialmente pelo país e para valorizar e legitimar sua forma de atuação, consolidando a ocupação de terra e a construção dos acampamentos como formas legítimas e eficazes de luta. Por tal motivo, observamos que esse movimento chegou ao fim desse período menos desgastado que a Confederação e com mais visibilidade na opinião pública.

Em 1991, por ocasião do seu V Congresso Nacional, o presidente da CONTAG, na fala de abertura do evento, irá discorrer sobre a luta pela concretização do I PNRA fazendo uma avaliação crítica desse momento histórico, contudo irá reconhecer a articulação realizada no IV Congresso como aspecto que fortaleceu o movimento no embate da Constituinte que ocorreu nos últimos anos da década de 1980:

A expectativa do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais em relação ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária foi frustrada. Mais uma vez, o governo cedeu aos interesses dos latifundiários e grandes grupos econômicos, pouco ou nada realizando em prol dos trabalhadores rurais. Mas, a importância maior do 4º Congresso foi armar o movimento para o grande embate que viria a seguir – a Assembleia Nacional Constituinte.<sup>109</sup>

Mas, essa é uma declaração fora de seu tempo, já que o presidente fez tal reflexão cerca de cinco anos após o início do debate de implementação do I PNRA. Aparentemente, a CONTAG saíra do processo de disputa do I PNRA abalada por este período de enfraquecimento do sindicalismo rural, pela ideia de ineficiência do seu modo de ação e por duras críticas externas e internas feitas à sua forma de

---

<sup>108</sup> Podemos notar a atenção dada pelo MST à sua organização e consolidação nas obras *Construindo o Caminho* formulada em junho de 1986, na qual o movimento preocupa-se em detalhar as formas de organização, seus princípios, as formas de ação etc.; também no seu *Caderno de Formação Nº1* publicado em fevereiro de 1986, que tem como temas: 1) a organização do movimento e 2) quem é quem na luta pela terra; e ainda nas primeiras edições do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* onde buscava, principalmente, compartilhar uma identidade nacional entre os militantes do movimento e unificar pautas.

<sup>109</sup> CONTAG. Anais 5º Congresso nacional dos trabalhadores rurais. Brasília: dezembro de 1991, p. 23

organização<sup>110</sup>; a entidade ainda irá resistir buscando responder satisfatoriamente a difícil tarefa de articular *frentes de luta distintas*, característica de sua base heterogênea; composta por trabalhadores formalizados, trabalhadores temporários, pequenos agricultores etc., ao modelo sindical tradicional unificado nacionalmente.

Entretanto, segundo Medeiros em obra publicada em 1989, era o MST, com as ocupações de terras, o ator que durante esses anos “criava fatos políticos que permitiam que a Reforma Agrária permanecesse na ordem do dia”. A autora indica ainda que não há entre esses atores (a CONTAG e o MST) um acordo ou “uma espécie de divisão do trabalho entre instâncias de representação de natureza diversa, mas sim de uma real disputa sobre formas de condução das lutas.”<sup>111</sup>

Recorrendo às ideias de Elias para observarmos as movimentações desses dois atores que estão em aparente conflito, percebemos que eles estão também interagindo em um mesmo cenário e com pautas de um mesmo campo político, o popular progressista, identificando inimigos semelhantes (ruralistas e latifundiários), mas se diferenciam, principalmente, pela sua relação com o Estado.

O Estado que para a CONTAG é a instituição da qual, até certo ponto, deriva a possibilidade de transformação da realidade dos trabalhadores rurais através da implementação de políticas públicas e do estabelecimento de regulamentações legais de direitos; é visto pelo MST, como um ator com o qual ele está em constante duelo, travado no cotidiano dos sem terra e da opinião pública.

Entretanto, como será perceptível no próximo capítulo o I PNRA não terá sido uma experiência isolada de interpelação dos movimentos sociais para o diálogo, seja pelo Estado, ou pelo processo de reestruturação democrática da sociedade brasileira na segunda metade da década de 1980, teremos ainda dentre outros fatos históricos relevantes a realização da Assembleia Constituinte.

---

<sup>110</sup> Além dos novos movimentos sociais de trabalhadores rurais, haviam outros novos atores que a questionavam no interior das organizações de trabalhadores a prática da CONTAG, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT); e outros externos a esse campo, mas também recém criados, que tinham entre seus integrantes inimigos do sindicalismo rural de longa data, como a União Democrática Ruralista (UDR).

<sup>111</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p.205.



## CAPÍTULO 5. O DESEMPENHO DA CONTAG E DO MST ENTRE OS ANOS DE 1988 E 1991

### 4.1. *A Constituinte: Uma Nova Esperança de Direitos*

Estando estabelecido um novo modelo de regime estatal, o democrático; restava ainda formular considerações acerca do complexo institucional que iria constituir o novo Estado. Pois, observamos que as movimentações ocorridas desde o fim da década de 1970 transformaram, além do sistema político brasileiro, a relação entre a sociedade e o Estado.

Buscando o apoio da sociedade civil para a nova ordem foi convocada uma Assembleia Constituinte em 1986, que formaliza um espaço de protagonismo no momento de formulação política-institucional do Estado democrático. “Por isso, respondendo a chamada de participação, os grupos de interesse elaboraram e articularam as próprias propostas para enfrentar-se na Constituinte.”<sup>112</sup> Esse momento proporcionaria uma nova oportunidade histórica de avanço para as forças progressistas do país.

Havia a esperança de que a abertura do procedimento constituinte favorecesse o amadurecimento da recém-estabelecida democracia política. E, ainda, que impulsionasse, por meio dos ganhos de direitos postos em debate, avanços que consolidassem esse período como um momento marcado também por iniciativas do Estado que promovessem a democratização social.<sup>113</sup>

Nessa análise é importante destacarmos que buscamos ver o Estado não como elemento neutro da configuração estudada, mas como resultado da relação entre grupos, classes ou frações de classes que relacionam-se intervindo na realidade. Dessa forma,

---

<sup>112</sup> MARTINEZ-LARA, J. *Building Democracy in Brasil: The politics of Constitutional change 1985-1995*, Basingstoke, Oxford, 1996, p. 58 Apud BUTTÒ, Michele. *Mecanismos deliberativos na Assembleia Constituinte: A polarização simbólica da Reforma Agrária*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 2009, p. 21.

<sup>113</sup> VIANNA, Luis Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2 ed., revista e ampliada, julho de 2004.

para compreender esse momento histórico, nos interessa mais “um conceito de Estado que vincule as desigualdades de poder à estrutura social e suas bases materiais.”<sup>114</sup>

No processo da Constituinte buscava-se debater temas relevantes para a reorganização política e social do país, conduzindo os esforços para a construção de um acordo final entre os atores envolvidos pela problemática. Assim, os debates ocorriam a partir de um grande elenco de demandas específicas. Esse processo resultará na construção de um texto detalhado da Constituição Brasileira que se destaca das demais Cartas, principalmente por essa característica.

Entre outros temas, o da Reforma Agrária apresentou-se bastante polarizado e, por conseguinte, muito disputado desde o processo de escolha dos representantes para a Assembleia Nacional Constituinte.

Esse caso se diferenciou de outros temas debatidos pela Constituinte sobre os quais as partes tiveram igualmente posições iniciais distante entre elas, mas no final convergiram para uma solução consensual. A deliberação sobre a Reforma Agrária foi caracterizada pelas disputas, os acidentes ocorridos nas galerias e no recinto dos constituintes, com pressões diretas sobre os representantes: toda série de fatos que levaram para um resultado altamente polarizado.<sup>115</sup>

Observamos que esse cenário polarizado valoriza a ação dos atores, já que o processo de organização do novo Estado poderia possibilitar um rearranjo de elementos que resultaria em uma forma singular de distribuição de poder entre os grupos e que, em consequência, promoveria ou não a implementação de uma política real de Reforma Agrária.

Entendendo esse tempo como uma oportunidade histórica, o movimento sindical dos trabalhadores rurais tinha o desafio de conseguir garantir avanços referentes às legislações já existentes, como o Estatuto da Terra, além de buscar direcionar os debates da Assembleia Constituinte às reivindicações do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. “Também seria fundamental, do ponto de vista dos direitos trabalhistas e previdenciários, garantir a equiparação com os trabalhadores urbanos,

---

<sup>114</sup> JUNIOR, Basílio Sallum. *Transição Política e Crise de Estado*. Artigo apresentado no seminário “Brazil in the so-called lost decade (1980-1990): what have we learned?” (Universidade de São Paulo, abril de 1993), Revista Lua Nova, n° 32, p. 93.

<sup>115</sup> BUTTÒ, Michele. *Mecanismos deliberativos na Assembleia Constituinte: A polarização simbólica da Reforma Agrária*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 2009.

resguardando, porém, a estabilidade no emprego (...). Na perspectiva da política agrícola, tratava-se de buscar espaço de apoio à pequena produção.”<sup>116</sup>

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária – CNRA<sup>117</sup> apresentará à Constituinte uma proposta a ser debatida acerca da implantação e regulamentação de uma série de ações que promovessem as demandas elencadas no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. A proposta se referenciava no conceito de *função social* da propriedade, propondo desta forma que o direito à propriedade estivesse vinculado à obrigação social desta.

O não cumprimento dessa obrigação implicaria em sanções que iriam desde a perda sumária ao pagamento das desapropriações apenas pelo custo histórico do imóvel, tendo por teto o valor declarado para fins de cadastro. Essa proposta incluía ainda a demanda pelo estabelecimento de área máxima, a ser fixada em 60 módulos regionais.<sup>118</sup>

Como ocorreu na aprovação do PNRA, já relatada no capítulo anterior, o debate da Reforma Agrária no processo de criação da nova constituição acirrou as disputas de interesses entre trabalhadores e proprietários rurais.

Os primeiros conseguiram sensibilizar alguns constituintes acerca da importância da pauta da Reforma Agrária por meio da mobilização de sindicatos, de manifestações e de emendas populares<sup>119</sup>. Mas, havia também uma parte do grupo de constituintes que mostrava-se impenetrável quanto à perspectiva do debate apresentada pelos grupos que representavam os trabalhadores rurais.

Em contraponto à articulação desses grupos, a UDR havia garantido sua presença nos debates desde o processo de eleição dos constituintes para assegurar que

---

<sup>116</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 202.

<sup>117</sup> Criada em abril de 1983, por um grupo de entidades comprometidas com a democratização do campo brasileiro fundava a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), era composta pela ABRA, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CONTAG, CPT, IBASE, a linha 6 da CNBB e MTST. “Em sua trajetória, a CNRA cumpriu tarefas que iam da divulgação do que era omitido pelo governo ditatorial, com a denuncia das práticas que negavam a cidadania do homem do campo, ao esforço de propor um aprofundamento da questão agrária nacional e vinculá-la à implantação de um padrão democrático de desenvolvimento.” PETRINA, Cláudia. IBASE, maio de 1995. (<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/premierdph/fiche-premierdph-278.html> consultado em 20 de julho de 2013).

<sup>118</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 203.

<sup>119</sup> Podemos destacar a realização da Caravana Nacional pela Reforma Agrária em outubro de 1987 e ainda as mais de um milhão de assinaturas coletadas a favor do projeto de Reforma Agrária proposto pelos trabalhadores e 500 mil em favor da estabilidade no emprego, entretanto na comissão de sistematização poucos pontos representativos das propostas de emendas populares foram incorporados. ([http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/assembleia\\_nacional.html](http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/assembleia_nacional.html) visualizado em 01 de julho de 2013)

não houvessem transformações fundiárias profundas<sup>120</sup>. Ainda assim, com o receio de ser derrotada a bancada dos ruralistas utilizou de manobras políticas e regimentais para controlar os debates e a votação. Além de exercer constante pressão sobre os líderes de outras organizações visando modificar o texto que cobrava da propriedade rural a obrigação do cumprimento de sua função social.

Assim, haviam duas compreensões contrapostas acerca das questões primordiais que envolviam a realização da Reforma Agrária. A proposta dos movimentos populares, que compreendia o direito à posse da terra, sobretudo condicionado ao cumprimento da sua função social e à proposta dos ruralistas, que reafirmavam a terra como uma propriedade adquirida no mercado, tendo por isso seu direito de posse garantido sob qualquer circunstância.

Nas sutilezas da lei o que estava em jogo era a amplitude do poder de desapropriação do Estado. Tendeu a desaparecer, também, a concepção de que a desapropriação seria uma punição ao proprietário que não desse função social à terra [...] Finalmente, a consagração do princípio de que “terras produtivas” não podem ser desapropriadas jogou por terra a esperança de construção de um aparato legal que permita uma Reforma Agrária, mesmo que limitada.<sup>121</sup>

Chamamos a atenção para o fato de que o processo de elaboração da nova Constituição, embora trouxera muitas conquistas, não conduziu o país à materialização dos avanços sociais e políticos esperados. Os movimentos sociais dos trabalhadores rurais, não obstante estarem articulados, saem desse processo de debate constituinte com ganhos importantes, mas que não correspondiam a suas expectativas iniciais.

As elites utilizaram-se desse momento para institucionalizar e estabilizar a nova experiência brasileira de Estado democrático sem abrir mão da sua condição

---

<sup>120</sup> No período que antecedeu à eleição da Constituinte os ruralistas desenvolveram estratégias de amparo a campanha dos candidatos e trataram de expandir em determinado público e para a opinião pública sua crítica à política econômica do governo. Como exemplificado no relato de Medeiros, na obra *História dos Movimentos Sociais do Campo*: “Os leilões de gado se sucederam, com a perspectiva não só de angariar fundos para financiar as campanhas de candidatos comprometidos com a defesa de suas teses, mas, principalmente, para mobilizar os ‘produtores’ e difundir entre eles uma determinada direção política.” MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 202.

<sup>121</sup> Idem, p. 204-205.

privilegiada, “transformando posições herdadas do passado autoritário em garantia constitucional ou invertendo discriminações em privilégios”.<sup>122</sup>

#### 4.2. *A transição continua: os atores e a conjuntura pós-constituente*

A década de 1980, no entanto, guardava para o seu último ano a disputa final entre os setores populares progressistas e a elite hegemônica brasileira. Note-se que neste momento histórico a CONTAG e o MST, mesmo com as disputas já apontadas, estarão compondo um campo de articulação política e de oposição às elites, primordialmente, no segundo turno da eleição presidencial de 1989.

Naquele ano foi ocorreu a primeira eleição direta para presidente após o Governo Militar, na qual a Frente Brasil Popular, composta e apoiada por vários movimentos sociais, teve como candidato Luís Inácio Lula da Silva que disputou a presidência da República com outros vinte e um candidatos<sup>123</sup>.

Devemos atentar ao fato que esses dois momentos históricos (a Constituinte de 1988 e a eleição de 1989), assim como todo o processo da transição democrática, estão inseridos em um cenário de crise financeira que se estabelece desde o início do processo de abertura do regime militar com o esgotamento do projeto desenvolvimentista dos militares. Assim, mesmo durante o processo de consolidação das instâncias que irão compor o novo regime democrático a *crise da dívida externa* do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI) nutria o clima de instabilidade política.

A incapacidade do presidente José Sarney de ajustar a economia brasileira, chegando ao fim do governo com taxa vigente de inflação de cerca de 80% ao mês, os poucos avanços das políticas de garantia de direitos e os efeitos da crise econômica sentidos, principalmente, pelos trabalhadores, potencializou a união dos atores que representavam pautas reconhecidas como originárias de grupos da esquerda em torno da

---

<sup>122</sup> JUNIOR, Basílio Sallum. *Transição Política e Crise de Estado*. Artigo apresentado no seminário “Brazil in the so-called lost decade (1980-1990): what have we learned?” (Universidade de São Paulo, abril de 1993), *Revista Lua Nova*, nº 32, p. 166.

<sup>123</sup> Os demais candidatos e seus respectivos partidos eram: Fernando Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Salim Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo Neto (PTB), Enéas Ferreira Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho de Oliveira (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria Pio (PN), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio dos Santos Pedreira (PPB), Manoel de Oliveira Horta (PDCdoB), Armando Corrêa da Silva (PMB).

campanha do candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência do país, principalmente, como já dito, no segundo turno da eleição quando Lula irá disputar a eleição com Fernando Collor de Melo.

Entretanto, sobretudo durante o segundo turno das eleições de 1989, há novamente uma articulação das elites brasileiras para contrapor-se às chamadas forças progressistas, apoiando política e financeiramente a candidatura de Fernando Collor de Mello que integrava o Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Sendo este eleito como presidente por uma pequena diferença dos votos; mas, derrotando por vez as esperanças do setor que representava parcelas do campo social e democrático que haviam em sua grande maioria apoiado e investido esforços na candidatura de Lula.

Mesmo sendo o primeiro Presidente a assumir o cargo por eleição direta, dois anos após a formulação da nova Constituição Brasileira, o governo de Fernando Collor de Mello não será o marco do fim da transição democrática brasileira.<sup>124</sup>

Tendo o desafio de ajustar a economia nacional, suas primeiras ações de governo Collor foram: o confisco de ativos financeiros para combater a inflação, a abertura do mercado nacional às importações e o início do Plano Nacional de Desestatização (PND)<sup>125</sup>. Por essas iniciativas, podemos observar que o governo Collor, seguindo o ideário neoliberal, visava reformular a participação do Estado no mercado; reestabelecendo novas referências quanto ao papel deste no desenvolvimento nacional, em prol de uma postura estatal que deveria limitar-se à de ente regulador.

Para a CONTAG e o MST, assim como para os demais movimentos sociais de trabalhadores, a política econômica do governo Collor não oferecia boas perspectivas.

---

<sup>124</sup> O governo Collor foi marcado por um clima constante de instabilidade política que acabou em 1992 por conduzir ao seu afastamento da Presidência. Na ocasião, a população brasileira, possivelmente inspirada pela experiência de resistência ao Governo Militar na década anterior, deu demonstrações de insatisfação com o governo com públicas manifestações críticas ao então presidente, exigindo seu *impeachment*. Com a saída de Collor, assumiu o seu Vice-Presidente Itamar Franco que organizará um governo de ampla composição partidária, conseguindo dirigir o país até as eleições de 1994, quando foi eleito o Fernando Henrique Cardoso.

<sup>125</sup> Esse conjunto de medidas ficou conhecido como Plano Collor que inicialmente conseguiu reduzir a inflação, já que tirava o dinheiro de circulação. Entretanto, como reflexo das ações do Plano de controle da inflação o país vivenciou a maior recessão da sua história. As taxas de desemprego foram elevadas e muitas empresas faliram ou reduziram sua produção consideravelmente. “Em São Paulo nos primeiros seis meses de 1990, 170 mil postos de trabalho deixaram de existir, foi o pior resultado, desde a crise do início da década de 1980. O Produto Interno Bruto diminuiu de US\$ 453 bilhões em 1989 para US\$ 433 bilhões em 1990.” (<http://www.sociedade digital.com.br/artigo.php?artigo=114> consultado em 24 de junho).

Pois, a recessão econômica que expandiu-se a partir das medidas do presidente havia tornado os trabalhadores ainda mais frágeis aos efeitos da crise econômica.

No caso especificamente dos produtores rurais, segundo a análise formulada no início do governo Collor pelo Departamento Sindical de Estudos Rurais – DESER, entre as principais consequências do Plano implementado pelo novo presidente estaria a queda significativa dos preços dos produtos destinados ao mercado interno catalisando uma nova onda de empobrecimento da população rural.

Combinado a isso o governo Collor recebeu muitas críticas dos movimentos sociais rurais, mas principalmente do MST, que no seu II Congresso debateu a política agrícola anunciada pelo Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho, chegando à avaliação que a mesma estava ignorando as reivindicações dos pequenos agricultores e alinhava-se mais às demandas dos grandes empresários rurais.

Segundo Reni Antônio Denardi (economista do DESER), que teve seu texto sobre o assunto publicado junto às resoluções do II Congresso no Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra abril/maio de 1990,

O governo Collor pretende apoiar a formação de estoques especulativos por parte dos grandes produtores. Para isso, une-se aos parlamentares conservadores a fim de aprovar o mais rápido possível, o projeto de lei agrícola “Rosa Prata”, que está em tramitação no Congresso Nacional. Enquanto isso, os pequenos agricultores continuam pagando a conta do pacote econômico que provocou uma significativa queda nos preços dos produtos destinados ao mercado interno.<sup>126</sup>

Diante deste cenário, a realização do II Congresso Nacional do MST já no início dos anos 1990 será um marco na visibilidade do movimento dos trabalhadores sem terra na esfera pública.

Se o seu I Congresso tinha entre os principais objetivos definir novas diretrizes de atuação para o repertório dos movimentos dos trabalhadores rurais e princípios do movimento recém-fundado, o II Congresso foi uma demonstração de força que apresentava este ator como importante protagonista da luta dos trabalhadores do campo. Conforme o próprio MST, esse foi “o maior congresso nacional de trabalhadores rurais

---

<sup>126</sup> MST, (Edição Temática) Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *O Congresso Histórico*. São Paulo, abril/maio de 1990, p. 4.

já realizado”, sendo destacado por ser também uma *demonstração de unidade* do movimento que vinha expandindo-se nacionalmente.<sup>127</sup>

Nesse momento histórico, o movimento continuará definindo-se com uma estreita ligação com o movimento sindical já presente desde seus primeiros documentos, entretanto podemos perceber um avanço no seu esforço de organização interna inédito muito influenciado pelo imaginário católico e pela forma de organização das pastorais que atuavam junto aos trabalhadores; como podemos perceber na citação a seguir na qual o movimento cita a constituição de núcleos e comissões diferenciando-se mais uma vez da organização sindical contaguiana compreendida por eles como corporativista e verticalizada:

O MST é uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical, que tem por objetivo lutar pela terra e pela Reforma Agrária. Está organizado em núcleos, comissões municipais e estaduais, e possui uma COORDENAÇÃO NACIONAL composta pelos trabalhadores.<sup>128</sup>

Nesse encontro, os trabalhadores decidiram manter o lema: “Ocupar, resistir e produzir”, pelo qual o movimento ficará conhecido até os dias atuais e que foi também um dos elementos responsáveis pela reafirmação e pela visibilidade que terá o seu repertório.

A manutenção do lema estreitamente ligado a sua forma de ação, valoriza a “ação direta” que ganha concretude nas inúmeras ações de ocupação de terras que ocorrerão no país como modo de pressionar o governo para fazer desapropriações. Mesmo estando em Estado democrático, no qual teoricamente o governo estava aberto ao diálogo, o MST mantinha-se situado em um eixo radicalizado de atuação.

Neste período é possível perceber que a estratégia do movimento é valorizar os trabalhadores rurais como protagonistas da história com palavras de ordem e declarações que favorecem a sua ação política no processo de construção da realidade, como a seguinte: “Ao final do Congresso, depois de ter entregue as reivindicações às

---

<sup>127</sup> O Congresso foi realizado em Brasília entre os dias 08 e 10 de maio de 1990; e contou com a participação de cerca de 5 mil delegados. Estiveram presentes representantes dos 19 estados nos quais o MST estava implantado. Além desses, estiveram presente representantes da CUT, CPT, CNBB, OAB, ABRA, CIMI, UNE; parlamentares do PT, PSDB, PDT, PSB, PC do B; vinte e três representantes de organizações camponesas de 10 países da América Latina e África e intelectuais como Frei Betto e Clodomir Moraes.

<sup>128</sup> MST, (Edição Temática) Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *O Congresso Histórico*. São Paulo, abril/maio de 1990, p. 2.



entidades responsáveis, *os trabalhadores* tiveram mais uma vez a certeza de que a Reforma Agrária somente acontece se for obra dos *próprios trabalhadores*.”<sup>129</sup>

O Congresso encerrou-se com uma *passeata* que levou milhares de trabalhadores rurais até a frente do Congresso Nacional onde foi realizado um ato público. Essa ação registrada nos documentos do II Congresso como passeata e a realização de caminhadas como atos políticos tornaram-se prática recorrente nas atividades do MST ficando conhecidas, posteriormente, como marchas.

Por resgatarem a ideia das *romarias religiosas*, as marchas se constituirão como um forte símbolo de resistência do movimento e de estratégia de visibilidade as suas bandeiras até os dias atuais, sendo um traço forte de seu repertório<sup>130</sup>, sendo comumente utilizadas para reivindicar ações do governo e para ganhar espaço de debate na sociedade devido à ampla divulgação que os meios de comunicação fazem desse tipo de ação. Por ser difícil de ser criminalizada, como é o caso da ocupação de terras, com a marcha o movimento visava mostrar a luta pela Reforma Agrária ao restante da sociedade e, assim, conseguir aliados.

Dessa forma, o MST segue agregando ao seu repertório atualizado símbolos que fortaleçam a identidade coletiva dos militantes e legitime o coletivo como ator político nacional.

Podemos perceber que o que está em debate nesse período não é mais o repertório em si mesmo, mas a sua eficiência e a legitimidade do ator que o instrumentaliza na luta. Os atores irão buscar pontos de fortalecimento da sua identidade política e criar referências que demonstrem sua força nacionalmente.

No mesmo ano, a CUT, apoiada pelo MST, dentre outros movimentos, havia realizado entre os dias 30 de abril e 4 de maio o I Congresso do Departamento Rural da entidade no qual foi aprovada a Tese nº 3, que resumia-se na decisão por *implantar a CUT no campo*.

---

<sup>129</sup> Idem, p. 9.

<sup>130</sup> Apesar de tratar-se de um exemplo fora do recorte temporal desses estudos, podemos destacar a Marcha Nacional por emprego, Justiça e Reforma Agrária, iniciada em 17 de fevereiro de 1997, sendo marcada pela lembrança do primeiro aniversário de massacre de Eldorado de Carajás, foi uma das mais significativas para o Movimento. Era formada por três colunas que percorreram mais de mil quilômetros e somaram mais de mil pessoas entre assentados e acampados a marcha chegou a Brasília em 17 de abril, este dia se tornou o Dia Internacional de Luta Camponesa.

Na ocasião, o presidente do Departamento dos Rurais (DNTR-CUT), Avelino Ganzer, ao analisar as transformações históricas ocorridas na América Latina na década de 1980 ressaltou em sua fala que, “assim como os partidos progressistas ampliaram o seu espaço político no cenário nacional, a ação do movimento sindical ganha uma outra dimensão e qualidade. A CUT, que representa os setores mais organizados e combativos dos trabalhadores, também saiu fortalecida.”<sup>131</sup>

O debate ocorrido entre os quinhentos delegados que participaram deste Congresso aprofundou o enfrentamento dos *Rurais da CUT* – como ficou conhecido o grupo que compunha Departamento – com a estrutura sindical contaguiana. A estratégia de atuação do departamento era criticar o sindicalismo da CONTAG como atrasado, a partir dessa análise indicar o *avanço das práticas sindicais* que promoveria uma melhor adaptação dessas à nova realidade do capitalismo no campo, potencializando, portanto, a obtenção de conquista reais para os trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Dessa forma, o grupo não abria mão da participação dentro da entidade, mas mantinha uma postura crítica ao sindicalismo contaguiano propondo reformas.

Assim, taticamente seguiam participando dos Congressos da CONTAG e concorrendo às eleições das federações sindicais, além de buscarem influenciar os debates de pautas organizacionais com a proposição de novas formas de organização para movimento sindical rural, como: a criação de secretarias por ramos de atuação dos trabalhadores.

Em entrevista recente sobre o surgimento do DNTR-CUT, o ex-presidente do Departamento, Avelino Ganzer, dará nova declaração acerca da relação dos *Rurais da CUT* com a CONTAG. Os trechos abaixo nos oferecem elementos que apontam para a conclusão de que não estava claro, pelo menos inicialmente, a forma como seria gerida tal relação nem qual postura seria adotada pelo Departamento na contestação à CONTAG.

Pelo que aponta Avelino, os principais debates do Departamento eram tematizados pela dúvida quanto ao repertório em uma situação de disputa com a

---

<sup>131</sup> MST, (Edição Temática) Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra. *O Congresso Histórico*. São Paulo, abril/maio de 1990, p. 20.

confederação contaguiana, sobre a forma como ela ocorreria e como deveria ser a atuação dos cutistas na organização dos trabalhadores rurais.

Depois da fundação da CUT, houve em agosto de 1986 no Rio de Janeiro um grande debate para organizar a CUT e as categorias por ramos e em nível horizontal. Já tínhamos na época a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e uma discussão era se devíamos construir algo paralelo, vinculado à CUT, formando uma nova estrutura da CUT. O grande debate era se iríamos construir por dentro ou por fora da confederação e das federações. A Contag e as federações, em vez de virem e se juntarem à criação da CUT, foram ajudar a organizar a CGT (a central defendida pelo PCB e outras correntes).

Quando saímos do encontro, era forte a ideia para a organização do nosso ramo. Outra questão era se o Departamento envolveria pequenos agricultores rurais (com terra/produtores) ou só empregados/trabalhadores rurais? Decidimos pela construção paralela do Departamento, mas sem eliminar a possibilidade de se vincular com a estrutura oficial, com a Contag, posteriormente. A parte mais difícil no Departamento, entre os rurais, era essa consolidação do novo sindicalismo no campo.

Nosso grande debate era dessa construção e a relação com a Contag. Em alguns estados tinha muito o debate de levar o pensamento cutista para dentro da estrutura da Confederação, em vez de ter uma estrutura cutista separada.<sup>132</sup>

A CONTAG que apenas em 1991, entre os dias 26 a 30 de novembro, realizará o seu 5º Congresso Nacional<sup>133</sup>, com a presença inclusive de alguns dos Rurais da CUT, não terá questões muito diferentes das já apresentadas no II Congresso do MST. Entendendo que um sinal deste diálogo com o movimento será apresentação do lema “*Terra, Produção, Salário*”.

Com essas três palavras a CONTAG reforça sua identidade em contraposição ao movimento que vinha se fortalecendo em todo o território nacional e também ganha visibilidade na mídia.

Ao encerrar o lema com a palavra *salário*, o Congresso da entidade sindical avigora a opção da CONTAG por continuar na sua luta por políticas públicas para

---

<sup>132</sup> Trecho extraído de entrevista de Avelino Ganzer concedida em 26 de junho de 2013 ao *blog* Memórias DNTR- CUT intitulada “O DNTR nasceu para ajudar a construir esperanças”. (Visualizada em 02 de agosto de 2013: <http://memoriasdntrcut.wordpress.com/2013/06/26/o-dntr-nasceu-para-ajudar-a-construir-esperancas/#more-45>)

<sup>133</sup> Realizado em Brasília, estiveram presentes no V Congresso 2.095 delegados representantes de 3.200 sindicatos, além de representantes de vários partidos políticos (PSB, PDT, PT, PSDB, PC do B, PCB), a representante da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) Eliana Rollemberg, o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Wilson Vieira dos Santos, o Presidente da CUT Jair Meneguelli etc. A diversidade dos grupos presentes e o discurso do presidente que ressalta o diálogo entre os movimentos de esquerda pode insinuar uma aproximação programática da CONTAG com os demais atores que atuavam no campo.

trabalhadores assalariados e também esclarece sua identidade com o trabalhador rural sindicalizado.

O pronunciamento de Aloísio Carneiro, então presidente da Confederação, na abertura do V Congresso objetivou fazer um balanço da trajetória da CONTAG desde sua fundação até a década de 1990 que acabara de iniciar-se.

O presidente reforçou que “durante esses 28 anos, a CONTAG sempre manteve aberto o diálogo com os mais amplos setores da sociedade, em especial com aqueles que, como nós (CONTAG), lutam em defesa da democracia e da dignidade da pessoa humana”.<sup>134</sup>

A análise de conjuntura econômica feita pela CONTAG era semelhante à formulada pelo MST no ano anterior, mais ainda, segundo a entidade, a política econômica do governo Collor definindo o momento como de “crise política, econômica, social e moral.”

A política econômica recessiva do presidente Fernando Collor de Mello, a persistência no processo inflacionário, a desorganização do processo produtivo, a total desconsideração para com a sociedade organizada, o desrespeito sistemático à Constituição, a insensibilidade para com os problemas sociais e as condições de vida dos trabalhadores, hoje exemplificada pelo vergonhoso desrespeito aos direitos dos aposentados e os sucessivos escândalos de corrupção em todos os níveis governamentais, mostram a face de um governo antipopular e antidemocrático, totalmente dissociado da sociedade brasileira.

Essa conjuntura adversa penaliza ainda mais o homem do campo. A política adotada pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária – comandado por um latifundiário pecuarista, representante direto da oligarquia rural brasileira e disposto a colocar o Estado a serviço de seus objetivos – demonstra, por si só, os interesses que o governo Collor defende no campo.<sup>135</sup>

As duras críticas da CONTAG dirigidas ao Estado marcaram um segundo período em sua história onde o diálogo com o seu principal interlocutor estará suspenso, como ocorrido no fim do Governo Militar, em nome da bandeira da Reforma Agrária e dos valores democráticos.

Ainda em sua fala de abertura, Aloísio Carneiro buscou animar os participantes do evento, dando destaque aos avanços conquistados na Constituinte, convocando os

---

<sup>134</sup> CONTAG. Anais 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília: dezembro de 1991, p. 23.

<sup>135</sup> Idem, p 25- 26.

trabalhadores rurais para defendê-la e também para continuar lutando pela implementação dos direitos adquiridos.

Reafirmando os Congressos como espaços indispensáveis na organização do movimento e na definição das bases que norteiam sua ação, o presidente da entidade reforçou a tarefa dos que estavam ali presentes de reconhecer os erros do movimento sindical e de apontar a forma para construir o caminho da MSTR na nova realidade brasileira sem abrir mão de aspectos sempre presentes no discurso contaguiano como a preservação da unidade, sendo agora uma unidade plural.

A realização dos Congressos Nacionais foi de fundamental importância para assegurar a democracia e a pluralidade de ideias no MSTR (Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais), bem como para construir a unidade de ação em nível nacional.

Assim, o que aprendemos com nossa história é que cada Congresso que realizamos soube enfrentar os desafios e dificuldades de sua época, traçando metas e planos de luta unificados, que permitiram ao MSTR conduzir com segurança a defesa dos interesses da categoria.

[...]

Não podemos, porém, deixar de reconhecer que o MSTR tem sérios e graves problemas internos, de organização e sustentação, que este Congresso deverá enfrentar e para aos quais deverá apontar soluções. Precisamos nos adequar à nova realidade sindical, que é resultado das nossas próprias lutas e aspirações.

A estes delegados, representantes das mais diversas correntes de pensamentos e de atuação nos seis do MSTR, compete a tarefa de assegurar que a CONTAG continuará como ponto de unidade e de referência para todos, congregando o conjunto dos trabalhadores rurais em visão pluralista e democrática. Para tanto, é preciso tirar um plano de lutas que unifique o movimento e eleger uma diretoria que represente este amplo espectro de concepções.<sup>136</sup>

A partir dessa perspectiva, as conclusões do Congresso apontarão para a necessidade de revisão ou afirmação de alguns princípios básicos do MSTR. Nos anais do Congresso, os quatro princípios básicos para a prática sindical dali em diante serão: democracia, autonomia, unidade e que o movimento seja classista e de luta.

Devemos chamar atenção para a inflexão do discurso feita pela CONTAG. Além de propor um movimento sindical classista, exigência do movimento de oposição sindical; a Confederação, termo antigo utilizado pelo PCB, que inicialmente, como já vimos nos documentos de Congressos passados sobre os quais esse estudo se

---

<sup>136</sup> Ibidem, p 24-29.

centralizou, referia-se a ela mesma como a materialização do movimento sindical, no documento de 1991 optará fazer referência sempre à expressão Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

Além de optar por uma forma moderna e democrática de nomenclatura, na qual se define como movimento em oposição à expressão confederação, que traria consigo incrustada pela oposição sindical, as críticas ao sindicalismo rural tido como corporativista, vertical e pelego. A entidade poderia estar buscando fortalecer sua representatividade, transferindo em seu discurso o protagonismo da ação para os trabalhadores, sem abrir mão da identidade de única representante dos trabalhadores rurais e de coletivo legítimo e representativo das demandas desse grupo.

Há ainda outros pontos que chamam atenção nas orientações básicas formuladas no V Congresso, podemos destacar os seguintes tópicos (grifos meus):

10) **Lutaremos contra o capital, o imperialismo e o latifúndio**, combatendo as causas estruturais da crise brasileira, expressa, principalmente, na dependência do capital estrangeiro, na dívida externa extorsiva e na estrutura agrária antidemocrática, manifestada na concentração de terras nas mãos de pequeno grupo de latifundiários.

13) **Buscar avançar na conquista dos objetivos do Movimento Sindical, participando do processo democrático de negociação e adotando, sempre que houver necessidade, a posição de enfrentamento**, inclusive através de uma estratégia de lutas nacionais unificadas para enfrentar os patrões e o governo, contado para isso com a fundamental organização dos trabalhadores.

15) **Lutar pelo fim da exploração capitalista** e pela construção do socialismo democrático.<sup>137</sup>

Notamos que talvez pelo cenário de crise econômica, o debate do *modo de produção brasileiro* também esteve contido nas discussões do V Congresso, podemos notar também no tópico 13, transcrito anteriormente, uma tendência da confederação em radicalizar seu repertório, já que nele se destaca a recomendação ao enfrentamento.

Há aspectos, entretanto, que não se alteram, apenas ganham outra roupagem, a defesa à democracia, por exemplo, sempre vem seguida da exigência de cumprimento da Lei, que é, no caso, a Constituinte.

---

<sup>137</sup> Ibidem, p. 38.

O que acontece sem dúvidas é uma tendência à generalização das pautas. Se antes o Estatuto do Trabalhador Rural era a base legal de orientação da ação contaguiana pelo direito dos trabalhadores, na década de 1990 a Constituinte como orientação e conquista soberana abrirá possibilidade de agregação de novos objetivos menos focados nos trabalhadores rurais e com amplitude que exige sua atuação em nome de toda a sociedade brasileira, com o dever de construir uma sociedade com democracia econômica, social e política.

A entidade discutirá ainda aspectos da estrutura sindical e enquadramento sindical, buscando, segundo ela própria, “compreender a estrutura sindical como instrumento de representatividade da organização dos trabalhadores, ajustando-a às exigências de cada momento histórico e das lutas dos trabalhadores, de forma a responder as suas necessidades.”<sup>138</sup>

É importante para nós destacarmos a afirmação acima, já que a mesma assinala na direção da reflexão produzida por nossa narrativa nesse estudo. Há acordo da CONTAG de que precisava adaptar-se aos novos tempos democráticos, a linha de análise da entidade acerca de sua atuação explícita neste trecho é simbólica de sua resistência à crise de representatividade e anuncia que o esforço em se reconstruir, ora de forma mais ousada, ora de forma mais conservadora, é uma constante na sua trajetória desde 1979.

Apesar de noticiar alterações na estrutura sindical com a alegação de ampliar a participação dos trabalhadores nos debates e *o melhor atendimento às diferenças*, a CONTAG não recuará na defesa da unicidade sindical recorrendo à Constituição Federal para justificá-la, o que, por conseguinte, também traz o debate do enquadramento sindical da base, no qual define: “Defender que continuem enquadrados como trabalhadores rurais: assalariados, pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros, ou seja, os pequenos produtores rurais com ou sem terra que trabalhem em regime de economia familiar e com ajuda eventual de terceiros.”

A definição de trabalhador rural ratificada no Congresso, assim como sua posição quanto à unicidade é um dos fatores predominantes na disputa por base social com outros movimentos, entre eles MST e CUT.

---

<sup>138</sup> Ibidem, p. 39.

Podemos destacar ainda a seguinte deliberação da entidade: lançar por partidos tidos como progressistas candidatos próprios do movimento sindical que disputem eleições, principalmente, para o Poder Legislativo; enquanto o MST no ano anterior apresentara reivindicações dirigidas exclusivamente ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal<sup>139</sup>.

A CONTAG apresentou também como decisão do V Congresso promover como prioridade um programa integrado de formação que prevê a criação de escolas sindicais; e ainda o anseio por buscar a participação de novos perfis de militantes como mulheres e jovens, assim como a inclusão de novos temas como apoio aos povos indígenas, a defesa da *ecologia* e o combate ao uso de agrotóxicos, que indicam o empenho da Confederação em atualizar sua pauta de reivindicações ampliando o debate e as ações para fora do eixo da conquista de direitos e de políticas públicas, característica que na última década lhe rendeu muitas críticas.

É importante atentarmos que ao passo que a CONTAG tentava integrar um novo perfil à sua base, assim como revisar seu repertório, mas sem recuar na defesa da unicidade sindical; as forças de oposição – MST e CUT – fortaleciam o discurso internacionalista das suas bandeiras e ligavam de forma mais estreita suas pautas com os problemas cotidianos e com a população urbana.

#### 4.3. *A afirmação dos repertórios*

Passados os dois primeiros Congressos da década de 1990 da CONTAG e do MST, é perceptível que apesar de avaliações críticas e de indicações de mudanças que ainda eram debatidas, o ciclo de alterações profundas na história do país, que havia impulsionado fortemente a atuação desses atores nos últimos anos, estava encerrando-se.

Mesmo com o a turbulência política gerada pelo *Impeachment* do presidente Fernando Collor, em 29 de dezembro de 1992, os atores não terão grandes oportunidades para gerar novos cenários progressistas – como a condução a uma

---

<sup>139</sup> Esse contraponto não visa indicar que o movimento dos trabalhadores sem terra não tivesse candidatos próprios nas eleições; para citar um exemplo, um dos mais simbólicos dos parlamentares ligados ao movimento, temos o caso de Adão Pretto que foi eleito deputado estadual constituinte no ano de 1986, como um dos primeiros deputados do PT gaúcho. No ano de 1990 foi eleito como deputado federal revisor, e reeleito como deputado federal nos anos de 1994, 1998, 2002 e 2006.



revolução popular socialista como anunciado nos textos dos dois Congressos – já que o novo presidente Itamar Franco conseguiu garantir certa estabilidade política ao país e exercer seu governo até a realização das eleições de 1994.

O início da década de 1990 será, desta forma, o tempo de concentração para um diálogo mais próximo entre os atores que estamos estudando. Resguardadas as diferenças programáticas e de repertório e contornada a necessidade de autoafirmação de um frente ao outro, a CONTAG e o MST iniciam a década de 1990 com identidades bem definidas e diferenciadas, mas ainda com uma série de debates internos para serem amadurecidos.

Nessa conjuntura, no qual podemos verificar traços de firmação dos repertórios, os atores darão mais atenção ao fato de estarem do mesmo lado – o lado da luta popular progressista – que a materialização das suas diferenças.

É claro que por estarmos falando de entidades nas quais há uma grande capilaridade, as relações cotidianas se constroem em um tempo diferente do tempo da política na esfera pública. Mas, no âmbito da vida pública podemos, por exemplo, destacar o fato emblemático que apenas três anos após o V Congresso a CONTAG decidirá por se filiar a CUT.

Entendemos que alguns aspectos dessa configuração influenciaram e ampliaram as possibilidades de diálogo dos atores, como: a ofensiva da política neoliberal, a consolidação dos seus respectivos repertórios e de suas novas identidades de base, que podem ter lhes oferecido os contornos nítidos que os conduziram à empreenderem forças na mesma direção, enxergando-se finalmente em diálogo com uma realidade que os agregava mais como aliados que compartilham de bandeiras semelhantes, que como concorrentes da legitimidade de representação ou da eficácia de atuação.

Associado a esse processo de aproximação podemos perceber no discurso dos dois atores a delimitação de objetivos políticos de longo prazo – fazendo referência ao socialismo como objetivo programático de ambos –, assim como o compartilhamento de temas contemporâneos advindos dos debates ambientalistas, das atuais discussões acerca dos direitos humanos etc. Isso pode indicar que as referências teóricas dos dois atores também se aproximaram, dando espaço para o avanço da tradição marxista.

Se por um lado a aproximação dos dois atores indica que os seus repertórios se consolidaram tendo como produto final uma harmonização da prática com a teoria marxista, por outro é inegável que apesar de esta observação conduzir a uma ideia de apaziguamento entre os atores é visível que há saudáveis e irrefutáveis diferenças alegadas entre um e outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um primeiro momento, indicamos em nosso estudo um esforço de perfilação dos dois atores, CONTAG e MST, no contexto de crise e reconstrução de repertórios, mas também de surgimento do “novo” (Estado democrático, surgimento de novos mediadores etc.). Os atores dispõem-se a atuar em um contexto no qual ocorreu o *descongelamento* da sociedade civil e uma densa alteração nas estruturas políticas do país que saía de um Governo Militar para uma experiência de Governo civil democrático, tendo assim que adaptar sua atuação a um novo cenário no qual o ideário da sociedade brasileira também estava sendo reconstruído.

Ainda na transição democrática, os mesmos foram interpelados programaticamente pelo governo com o debate do I PNRA e, posteriormente, foram interpelados pelo contexto de formulação da nova Constituição e pela política na eleição de 1989.

Chamamos a atenção para este recorte temporal, por entendermos que os momentos de transformação histórica, sejam eles guiados por grupos hegemônicos caracterizados por serem conservadores, ou, por episódios históricos que potencializam processos de formulação de consciência crítica da sociedade civil, comumente progressistas, refletem nos atores com um chamamento à ação e à mudança.

A falência de velhas estruturas e a necessidade do surgimento do novo em uma mesma conjuntura não é estranha. Não obstante, os desafios postos são originais dada a especificidade de cada momento de crise, assim como deverão ser originais também as perspectivas que guiarão a formulação e materialização de novos valores, novos atores e novos contextos políticos.

Será nesse momento dinâmico de desenvolvimento que o antigo mediador agrário será interpelado pelo novo em um *cheque-mate*; como sugere a crise de representação vivenciada pela CONTAG nos anos aqui prioritariamente estudados. Esse processo de questionamento de elementos importantes da identidade contaguiana irão ser os principais motivadores dos debates internos da Confederação nos Congressos que estudamos.

Partindo dessa reflexão, percebemos que os Congressos dessa entidade, assim como os do MST, eram espaços de formulação de uma orientação que permitisse aos dois atores, velho e novo, a construção de uma série de princípios que os guiassem durante o momento turbulento da transição democrática, mantendo a identidade de grupo e a representatividade do ideário coletivo quanto a sua forma de atuação.

Desse modo, os repertórios apresentados, debatidos e deliberados nos Congressos, mesmo que saibamos dos limites dessas orientações no cotidiano prático dos movimentos, são os referenciais dialógicos dos atores que os orientam na relação cotidiana com a realidade, em alguns casos, complementado e materializando para a base do movimento a teoria que orienta a sua ação.

Partindo disso, podemos destacar a importância do papel do repertório nos processos de transformação; já que ele funciona como o verdadeiro mediador da identidade coletiva que aproxima os líderes (formuladores e conhecedores da teoria que orienta ação do ator) da base que cotidianamente dialoga com a realidade posta para a atuação.

Trazendo essa reflexão para os Congressos da CONTAG e do MST não é estranho que notemos que o repertório tenha ocupado bastante tempo de discussão nos debates ao interior das duas entidades e que as orientações teóricas não apareçam explicitamente nos documentos.

Percebo que a teoria da CONTAG, herdeira do PCB por ter sido um componente influente na história do surgimento da Confederação, possui como matriz o pensamento que orienta sua ação: à teoria leninista e trabalhista. Quanto à perspectiva da valorização da ação política do trabalhador, devemos atentar para as congruências entre os princípios da CONTAG e a teoria de Caio Prado Júnior, que, mesmo não sendo reconhecido pelo pecebistas como um teórico do seu partido, contribuiu na formulação da ideia de sindicalismo agrário brasileiro, fortalecendo a ideia de promoção da mobilização organizacional e também da luta por políticas públicas que se ligavam a temas do direitos dos trabalhadores, mas também tratava de um modelo de desenvolvimento nacional que impulsionasse o mercado interno.

Em paralelo, o MST, no qual é mais difícil perceber nos documentos analisados e na atuação cotidiana do movimento, uma teoria orientadora da ação, não se pode

deixar de dizer que as teorias leninistas e marxistas foram conhecidas e reconhecidas pelas lideranças. Entretanto, o movimento teria suas referências ligadas ao campo progressista da Igreja. Desconfio que, por essa influência da Igreja, a literatura acessada e indicada pelo movimento na formação política de seus militantes, assunto que surge em vários pontos dos documentos oficiais do movimento, tem como temas comuns a educação, a cultura, a solidariedade etc. Essa observação faz alusão às interpretações que se referem ao tema da sociabilidade camponesa como ponto fundamental do sucesso do repertório do MST entre a população rural nesse período.

A partir dos pontos observados no decorrer do presente estudo sobre as disputas dadas entre os dois mediadores dos trabalhadores rurais, a CONTAG e o MST, os registros observados dos seus Congressos sugerem também que ambos dialogam constantemente convergindo ou dissentindo. Assim, buscamos perceber o rumo que estes atores atribuíam à sua própria atuação e ao papel do “outro” na esfera em que interagiam também com o Estado, a Igreja, a sociedade etc.

Assim, temos que negar o momento de crise como o momento do fim, como a CONTAG tentou fazer para resistir à sua crise de representatividade, e compreender que este é o momento no qual é dada a oportunidade de renovar-se ou de conviver com o novo inspirador. Os momentos de transformação, a despeito de gerarem desconforto inicial podem gerar também grande potencial para a promoção de avanços e de reformas progressistas. Esse momento requer a ação do ator, que não pode furtar-se do seu papel de fortalecer o diálogo com a sociedade, podendo, a partir daí, potencializar, inspirar e organizar processos contra-hegemônicos.

Todavia, entendemos que, não obstante, o MST representar melhor o novo espírito da sociedade civil na transição democrática, sua principal marca, a mais importante no seu repertório, é que ele não foi forjado solitariamente. Os avanços promovidos na sua forma de organização, atuação e nos valores do movimento, foram fruto sim da sua capacidade de diálogo com a nova realidade e também da capacidade inegável de compreensão de que esse era o momento em que os atores não poderiam ser invisíveis. A forma radical como o MST irá defender a bandeira da Reforma Agrária e a ampla valorização e, por conseguinte, visibilidade dada à ocupação de terra como forma

de luta, sendo essa forma de ação já utilizada por outros movimentos anteriormente, o conduzirá à posição de “novo estabelecido”.

Como vimos, de forma mais dolorosa a CONTAG também irá buscar novas estratégias de diálogo, já que seu interlocutor preferido, o Estado, estará em recomposição naquele cenário de democratização do país. A máxima “Todo o poder emana do povo” prevista nos primeiros artigos da Constituição de 1988, expressa a tensão e receio que a sociedade brasileira, ressabiada com a Ditadura Militar, tinha em relação as ações desse Estado, tendo isso influenciado também no repertório dos atores.

Tal cenário pode indicar que a crise de representatividade da CONTAG não era vivenciada de forma particular, podendo ser compreendida também como uma crise das instituições políticas brasileiras e, por isso, muito mais ampla que o debate crítico trazido pelo novo sindicalismo focado nas acusações à Confederação de peleguismo, legalismo e corporativismo da sua atuação.

Passados os anos necessários para a consolidação ou para a revisão dos repertórios de ambos os atores, no início da década de 1990, verificamos que a CONTAG e o MST, com identidades bem contornadas e repertórios firmados, aproximarão seus referenciais e atenuarão suas críticas públicas entre si, buscando fortalecer o diálogo como prática de resistência de um campo de atuação popular e progressista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. *O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002*. Fortaleza, 2005.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis; Vozes, 1984.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC, 1991.

BUTTÒ, Michele. *Mecanismos deliberativos na Assembleia Constituinte: A polarização simbólica da Reforma Agrária*. São Paulo: Dissertação de Mestrado/USP, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CNBB. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB Itaci, 14 de fevereiro de 1980.

CONTAG, *Anais 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: dezembro de 1979.

\_\_\_\_\_. *Anais 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: dezembro de 1985.

\_\_\_\_\_. *Anais 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: dezembro de 1991.

COLETTI, Claudinei. *A Estrutura Sindical no Campo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1996.

\_\_\_\_\_. Org. *O congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ : Edur, 2010.

DE KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília, MEC/Unesco, 2007.

ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Confederação Rural Brasileira: origem e proposta*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/CPDA, 1991.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v.1. Civilização Brasileira, 4 ed., Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría y Praxis: estudos de filosofia social*. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1987.

\_\_\_\_\_. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2 ed., 1990.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

JÚNIOR, Basílio Sallum. Transição Política e Crise de Estado. Artigo apresentado no seminário “Brazil in the so-called lost decade (1980-1990): what have we learned?” (Universidade de São Paulo, abril de 1993), *Revista Lua Nova*, nº 32.

LAHUERTA, Milton. *Os Intelectuais e a resistência democrática*. In: Cadernos AEL, n 14-15. IFCH, Unicamp, 2001.

LENZ, Matias Martinho. *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1980.

LERRER, Débora. *Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado/CPDA, 2008.

LIMA, Severino José. *Educação política e movimentos sociais agrários no nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/CPDA, 2000.

MARTINS, José de Souza. “Os trabalhadores do campo em busca de uma alternativa”. In: Marias M. Lenz, SJ (org.). (Org.). *A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, v. ', p. 7-17.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. “A igreja face à política agrária do estado.” In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MARTINS, Mônica Dias. *Reforma agrária: sonho, sonhei, sonhamos. Luta de classe e assentamentos em terras do Ceará*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.



MARQUES & STAMPA (org.), *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MARX, Karl. O manifesto comunista. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de e SORIANO, Joaquim Calheiros. *Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro: a CONTAG*. São Paulo: SBPC, 1983.

\_\_\_\_\_. *A história dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MOISÉS, José Álvaro. *Cenas de política explícita*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST (Secretaria Nacional). *Construindo o Caminho*. São Paulo, junho de 1986.

MST, (Edição Temática) *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. O Congresso Histórico. São Paulo, abril/maio de 1990.

NEVES, Delma Pessanha. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato.” In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

POLETO, Ivo. “As contradições sócias e a Pastoral da Terra” In: Vanilda Paiva (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFF, 2011.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ROSA, Marcelo. “A forma movimento como modelo contemporâneo da ação coletiva no meio rural no Brasil”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol II. A diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed da Unesp, 2009. Coleção História Social do Campesinato.

SANTOS & COSTA. “Camponeses e a política no pré-1964”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, abril de 1997, n.8.

SANTOS, Raimundo. “Dois estilos de interpelação camponesa”. In: Raimundo Santos *et al.* (Org) *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

\_\_\_\_\_. “Relembrando o PCB nos nossos tempos”. In: *Revista de Política e Cultura*. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2012, n 32.

\_\_\_\_\_. (org), *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP), 2012.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. In: *Novos Estudos*, nº 58, novembro de 2000.

\_\_\_\_\_. “A engrenagem das ocupações de terra”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (orgs). *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol II. A diversidade das formas de luta no campo. São Paulo: Ed da Unesp, 2009. Coleção História Social do Campesinato.

SILVA, Joana Massena Pessoa da. A reorientação do trabalho agrário do partido comunista brasileiro e a disputa pela hegemonia na formação da CONTAG (1950-1963). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado/CPDA, 2003.

TILLY, Charles. *From interactions to outcomes in social movements*. In Giugni, Marco; McAdam, Doug; Tilly, Charles (Ed). *How social movements matter*. Minnaoplis, Universty of Minnesota Press, 1999.

TURATTI, Maria Célia Manzoli. *Os Filhos da Lona Preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VELASCO ARROYO, Juan Carlos. “Orientar la acción, la significación política de la obra de Habermas (introducción)”. In: HABERMAS, Jürgen. *La inclusión Del outro. Estudios de teoria política*. 1999.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. “O problema da cidadania na hora da transição democrática.” (1983) In: *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. “Um processo em busca de um ator.” (1986) In: *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

\_\_\_\_\_. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, 2 ed., revista e ampliada, julho de 2004.

\_\_\_\_\_. *Problemas de repertório, o barcelona e nós*. Artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 11 de janeiro de 2012.

WEBER, M. “*Die drei reinen Typen der legitimem Herrschaft*.” In: *Wirtschaft und Gesellschaft*, 4 ed., organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tübingen, J.C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Trd. Por Gabriel Cohn. In WEBER, Max. **Sociologia**. Coleção grandes cientistas sociais, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

## **ANEXOS**

ANEXO A – Quadro Cronológico

ANEXO B – Documento Aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB Itaici, 14 de fevereiro de 1980.

ANEXO C – 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

ANEXO D – 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ANEXO E – Edições do Jornal Sem Terra (2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

ANEXO F - 1º Congresso Do Departamento Nacional dos Trbalhadores rurais da CUT.

ANEXO G – 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

## ANEXO A – Quadro Cronológico

Quadro Cronológico	
<b>Década de 1950</b>	Ligas Camponesas
<b>Novembro de 1961</b>	Congresso de Belo Horizonte ou I Congresso Nacional Camponês
<b>Março de 1963</b>	Criação do Estatuto do Trabalhador Rural
<b>Dezembro de 1963</b>	Fundação da CONTAG
<b>Abril de 1964</b>	Instauração do Governo Militar no Brasil
<b>Novembro de 1964</b>	Criação do Estatuto da Terra
<b>1974 e 1978</b>	Realização de eleições gerais parlamentares
<b>Março de 1979</b>	3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
<b>Agosto de 1979</b>	Promulgação da Lei da Anistia
<b>1984</b>	Fundação do MST
<b>Janeiro de 1985</b>	Eleições indiretas para Presidente (Tancredo Neves é eleito Presidente)
<b>Abril de 1985</b>	José Sarney assume a Presidência
<b>Outubro de 1985</b>	Decreto de Aprovação do I PNRA

<b>Janeiro de 1985</b>	1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra
<b>Maior de 1985</b>	4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
<b>1986 - 1988</b>	Debate na Assembleia Constituinte
<b>1989</b>	Eleições diretas (Fernando Collor é eleito Presidente)
<b>Maior de 1990</b>	2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra
<b>30 de Abril – 04 de Maio de 1990</b>	1º Congresso Do Departamento Nacional dos Trbalhadores rurais da CUT
<b>Novembro de 1991</b>	5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

**ANEXO B – Documento Aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB Itaici, 14 de fevereiro de 1980.**

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL  
IGREJA E PROBLEMAS DA TERRA**

**INTRODUÇÃO**

1. A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la.

2. Reunidos na 18ª Assembléia Geral, nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, decidimos dirigir uma palavra aos nossos irmãos na Fé, a todas as pessoas de boa

vontade e responsabilidade, especialmente aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas, sobre o problema da terra e dos que nela vivem e trabalham.

3. Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária.

4. Focalizamos diretamente o problema da terra como se apresenta no meio rural. A gravidade e a complexidade do problema no meio urbano, que merecerá oportunamente a nossa atenção, são aqui examinadas na sua relação com o problema do campo.

5. Procuramos valorizar, preferencialmente, o ponto de vista, o modo de pensar e a experiência concreta dos que sofrem por causa do problema da terra.

6. É missão da Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e Pai comum dos homens. Movidos pelo Evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra.

7. Cientes de que este problema nos chama à prática da justiça e fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja um motivo de ânimo e de esperança a todos os que, no campo, precisam da terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia. Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem "ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam únicos proprietários da terra", como já denunciava o profeta Isaías (Is 5,8).

Convidamos também a todas as pessoas de boa vontade a que se unam e apoiem os nossos lavradores, não só para que eles reconquistem a terra, mas para que possam trabalhar, manter-se dignamente e produzir os alimentos de que todos precisamos, e que se unam e apoiem os que vivem em condições subumanas nas favelas e periferias das cidades.

## I. A REALIDADE DOS FATOS (\*)

### 1. A terra de todos como terra de poucos

#### *A concentração da propriedade da terra no Brasil*

8. O Censo Agropecuário de 1975 revelou que 52,3% dos estabelecimentos rurais do país têm menos de 10 ha. e ocupam tão somente a escassa área de 2,8% de toda a terra possuída. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase metade.

9. Se levarmos em conta que, provavelmente, muitos dos grandes proprietários têm o domínio de mais de uma propriedade, estaremos em face de uma concentração fundiária ainda maior. Além disso, a propriedade da terra vem se tornando inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar e não para negociar.

10. Os estabelecimentos registrados nos dados censitários incluem os que são dirigidos por proprietários e os que são dirigidos por lavradores que não têm a propriedade da terra: arrendatários, parceiros autônomos e posseiros.

11. Em 1950, apenas 19,2% dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1%. Em 1950, para cada lavrador não proprietário havia 4.2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador não proprietário havia apenas 1.6 proprietários.

12. Esses números, constantes dos censos oficiais, não incluem aqueles que são trabalhadores rurais propriamente ditos e, portanto, sem terra, assalariados permanentes, assalariados temporários, parceiros subordinados, mas somente os responsáveis pelos estabelecimentos.



13. Se analisarmos a situação em relação aos pequenos produtores agrícolas, verificaremos que ela é ainda mais grave. Em 1975, para cada lavrador proprietário havia um não proprietário da terra, no que se refere aos estabelecimentos com menos de 20 ha. Se nos limitarmos aos estabelecimentos com menos de 10 ha. que constituem mais da metade das unidades de produção do país, notaremos que para cada lavrador proprietário há 1.3 lavradores não proprietários.

Desde 1950 vem se agravando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra e, para consegui-la, deve pagar renda ou é forçado a invadi-la.

14. Além disso, devemos considerar os milhares de lavradores que tiveram que sair da terra, seja terra própria, seja terra arrendada, seja terra ocupada. Entre 1950 e 1970, as oportunidades de trabalho para terceiros na agropecuária, assalariados e parceiros subordinados, caíram em cerca de um milhão e meio de empregos.

15. O estrangulamento da pequena agricultura, por sua vez, está intimamente associado à expansão das pastagens e à política inadequada de reflorestamento. Em 1970, os estabelecimentos agropecuários com mais de 20 ha. tinham 50,6% da sua área tomados por pastos e apenas 8,5% por lavouras. Já os pequenos produtores, com estabelecimentos de menos de 20 ha., dedicam 50,1% de suas terras à lavoura e 21,1% à pecuária.

16. Além do mais, a política de distribuição do crédito, beneficia os grandes mais do que os pequenos, embora mais numerosos, e o risco de execução de hipotecas tem contribuído ainda mais para agravar a situação. Medidas recentes para alterar essa situação, declaradamente conjunturais, não representam uma reorientação da política econômica.

17. De modo especial, lembramos a triste situação em que se encontra o trabalhador rural no Nordeste. Duas décadas de intervenção governamental, através do DNOCS e SUDENE, naquela região com objetivo de superar o desequilíbrio sócio-econômico, beneficiaram os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores

rurais. A estrutura fundiária nordestina agravou a situação de opressão e escravidão. O mesmo risco correm projetos semelhantes destinados a outras regiões.

*O modelo político a serviço da grande empresa*

18. A política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar. Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas, enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais.

19. A política de incentivos fiscais desvia dinheiro de todos para uso de uma minoria, não atendendo às exigências do bem comum. Esse dinheiro deixa de ser aplicado em obras de interesse público para ser desfrutado, como coisa própria, pela grande empresa. Embora se reconheça oficialmente que a maior parte da alimentação em nosso país provém dos pequenos produtores, até hoje não se promoveu uma política de incentivos fiscais ou de renda em seu favor. Essa política revela o Estado comprometido com os interesses dos grandes grupos econômicos.

20. Essa orientação oficial estimulou a entrada da grande empresa no campo. Um vultoso programa oficial, o PROÁLCOOL, baseado em subsídios governamentais, já está aumentando a concentração da terra, a expulsão de lavradores, quando poderia ser uma oportunidade privilegiada para uma redistribuição de terras.

21. A política de incentivos, na Amazônia, não aumentou a produtividade das grandes fazendas de gado, que apresentam uma taxa de utilização da terra inferior a dos pequenos produtores. Conclui-se daí que, por ora, os grandes grupos econômicos apenas visam beneficiar-se dos incentivos fiscais.

22. Ainda na Amazônia, grandes empresas invadem os rios com navios pesqueiros equipados com frigoríficos. Desenvolvendo pesca predatória, levam à fome as populações ribeirinhas que completam sua dieta pobre com a pesca artesanal.

Pescadores artesanais de áreas costeiras são igualmente prejudicados por projetos turísticos e por dejetos industriais.

### *A questão das terras dos povos indígenas*

23. Nenhuma das comunidades indígenas, em contato com a sociedade nacional, escapou às investidas sobre suas terras.

24. Apesar da vigência do Estatuto do índio, os conflitos em áreas indígenas se tornam cada vez mais violentos e generalizados. Tais conflitos se ligam aos seguintes fatores: não demarcação oficial de suas terras; invasão de seus territórios já demarcados; comercialização e apropriação pela FUNAI dos recursos de suas terras; preconceito de que o índio é um estorvo ao desenvolvimento; não reconhecimento de que suas terras lhes cabem, por direito, como povos; desconhecimento das exigências específicas do relacionamento do índio com a terra segundo sua cultura, seus usos, costumes e sua memória histórica; enfim, total marginalização do índio da própria política indigenista, no seu planejamento e na sua execução.

### *Migrações e violência no campo*

25. Há no país, milhões de migrantes, muitos dos quais obrigados a sair do seu lugar de origem, ao longo dos anos, devido principalmente à concentração da propriedade da terra, à extensão das pastagens e à transformação nas relações de trabalho na lavoura. Sem contar os milhares de migrantes que, como extensão da migração interna, têm se dirigido aos, países vizinhos.

26. Uma grande parte dos lavradores migrou para as grandes cidades à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições subumanas nas favelas, invasões e alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da construção civil.

O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e, perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, levando à dispersão e à perda de identidade.

27. Outra parte se dirige às regiões agrícolas pioneiras à procura de terras. Entretanto, com frequência, sua tentativa de fixar-se à terra choca-se contra uma série de barreiras: dificuldade para obter o título definitivo da terra, no caso de compra; a falta de apoio ou o próprio fracasso das companhias colonizadoras; nova expulsão da terra, ante a chegada de novos grileiros ou de reais ou pretensos proprietários.

28. Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios. Violências de toda ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de Justiça e até juízes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo.

29. A situação tem-se agravado muito depressa. Tomando como referência a região de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, podemos ter uma idéia da velocidade e amplitude da situação de conflito. No começo de 1979, havia 43 conflitos identificados e cadastrados. Seis meses depois, os conflitos já eram 55. No final do ano já eram mais de 80. No Estado do Maranhão, tradicionalmente conhecido como o Estado das terras livres, abertas à entrada de lavradores pobres, foram arrolados, em 1979, 128 conflitos, algumas vezes envolvendo centenas de famílias. Em três casos, pelo menos, o número de famílias envolvidas ultrapassa o milhar, sendo grande a concentração da violência nos vales do Mearim e do Pindaré.

30. Estudos recentes mostraram que a cada três dias, em média, os grandes jornais do sudeste publicam uma notícia de conflito pela terra. Comprova-se que essas notícias correspondem a menos de 10% dos conflitos cadastrados pelo movimento sindical dos trabalhadores na agricultura. Um levantamento do número de vítimas que

sofreram violências físicas, feito através de jornais, indica que mais de 50% delas morrem nesses confrontos.

31. Isso mostra a extrema violência da luta pela terra em nosso país, com características de uma guerra de extermínio, em que as baixas mais pesadas estão do lado dos lavradores pobres. Esse processo se acentua na chamada Amazônia Legal, embora ocorra também em outras regiões.

## 2. Responsabilidade pela situação

32. Certamente todos nós temos alguma responsabilidade em relação a esta situação de sofrimento e miséria. Para que se possa somar forças e transformar a realidade, devem ser identificadas as verdadeiras causas da situação.

33. A responsabilidade não cabe a Deus, como se dá a entender quando se diz que "as coisas estão assim porque Deus quer". Não é vontade de Deus que o povo sofra e viva na miséria.

34. A responsabilidade do próprio povo trabalhador poderá estar na falta de maior união e organização. Por outro lado, o povo tem sido impedido de participar e decidir dos destinos do país.

35. A responsabilidade maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria.

A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios, e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão, é, antes, a concretização localizada da "injustiça institucionalizada" de que fala o documento de Puebla.

36. Isto acontece quando a propriedade é um bem absoluto, usado como instrumento de exploração. Essa situação tornou-se exacerbada com o caminho do

desenvolvimento econômico que vem sendo percorrido em nosso país, escolhido sem a participação popular.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado favorece o lucro ilimitado dos grandes grupos econômicos. Técnicas mais modernas foram, incorporadas em muitos setores de produção à custa de forte dependência externa, no que se refere à tecnologia, ao capital e à energia.

O rápido crescimento da dívida externa, que segundo se anuncia, chega a 50 bilhões de dólares, representa um débito correspondente a cerca de oito salários mínimos para cada brasileiro em média, inclusive aqueles que estão fora da força de trabalho, como é o caso de crianças, velhos e inválidos, e incluindo aqueles que, embora trabalhando, jamais receberam sequer o salário mínimo por seu trabalho.

37. Essa dívida, cuja existência e crescimento tem sua raiz na nossa dependência em relação às multinacionais, agrava poderosamente as condições de vida e de trabalho da população rural, pois sobre a agricultura recaiu grande parte desse pesado tributo. Intensificaram-se exportações sem a contrapartida de um volume crescente, na mesma proporção, de mercadorias importadas ou disponíveis para consumo ou investimento. Excedentes agrícolas tem sido extraídos à custa da redução das condições de vida dos lavradores.

Com incentivo oficial, áreas de lavoura transformaram-se em pastagens. Programas de colonização, como o da Transamazônica, praticamente desativados, passaram a segundo plano em favor da pecuária extensiva. Bens tradicionalmente produzidos aqui, caso do milho e do feijão, estão sendo importados agora.

### *Concentração do capital e concentração do poder*

38. O desejo incontrolado de lucros leva a concentrar os bens produzidos com o trabalho de todos nas mãos de pouca gente.

Concentram-se os bens, o capital, a propriedade da terra e seus recursos, concentrando-se ainda mais o poder político, num processo cumulativo resultante da exploração do trabalho e da marginalização social e política da maior parte de nosso povo.

39. Estamos diante de um amplo processo de expropriação dos lavradores, levada a efeito por grupos econômicos. Lamentavelmente, a própria definição da política governamental em relação aos problemas da terra fundamenta-se num conceito de desenvolvimento social inaceitável para uma visão humanista e cristã da sociedade.

40. Não se pode aceitar que os objetivos econômicos, mesmo numa certa fase do desenvolvimento, sacrifiquem o atendimento das necessidades e dos valores fundamentais da pessoa humana, como dá a entender o documento do Ministro da Agricultura que fixou as diretrizes para o setor agrícola (Documento publicado pelo "O Estado de São Paulo", de 19.08.79).

41. A política dos incentivos fiscais, deu ocasião à especulação fundiária e aos grandes negócios com a propriedade da terra. A expulsão atinge não os posseiros, que chegam hoje no país a cerca de 1 milhão de famílias e os povos indígenas, como também arrendatários e parceiros, através da substituição da lavoura pela pecuária.

No caso dos posseiros, quando tentam permanecer na terra, não têm meios para pagar despesas judiciais, demarcações e perícias, iniciando as ações já derrotados .

42. Onde a expropriação não ocorre diretamente, nem por isso a grande empresa deixa de se fazer presente, estrangulando economicamente os pequenos lavradores. Dados do Ministério do Interior, recolhidos no posto de migrações de Vilhena, em Rondônia, mostram que os milhares de migrantes chegados àquele território procedem de áreas de pequena lavoura de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, principalmente. Milhares de pequenos agricultores têm se deslocado do Rio Grande do Sul em direção ao Mato Grosso.

Em virtude do escasseamento e do preço exorbitante da terra nos seus lugares de origem, esses agricultores não têm condições de ampliar suas próprias oportunidades de trabalho e de garantir a seus filhos, que crescem e constituem família, a possibilidade de continuarem na lavoura. Só lhes resta migrar.

43. Em grande parte, a falta de recursos para cobrir o preço da terra nas regiões de origem desses migrantes vem do fato de que os rendimentos do seu próprio trabalho agrícola são amplamente absorvidos pelas grandes empresas de que se tornaram

fornecedores, que estão criando mecanismos quase compulsórios de comprometimento e comercialização de safras. Nesses casos, embora as grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, subjugam o produto de seu trabalho. Tem sido assim com os grupos econômicos envolvidos na industrialização de produtos hortigranjeiros e outros. Na verdade, os lavradores, passam de fato a trabalhar como subordinados dessas empresas, nos chamados "sistemas integrados", embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos não lhes pertence.

44. Outro fator que desanima o agricultor é a absoluta falta de escoamento da produção e o preço irrisório do fruto de seu trabalho.

45. É necessário considerar, também, a prática sistemática do atravessamento na comercialização dos produtos agrícolas. Em muitos produtos destinados ao consumo urbano, como acontece com os gêneros alimentícios essenciais, os setores comerciais intermediários — transportadores, atacadistas e varejistas — costumam reter não raro mais de 50% do preço final pago pelo consumidor.

46. Não se pode esquecer, ainda, de um certo caráter perverso no mecanismo de preço dos gêneros alimentícios de origem agrícola. O alimento considerado caro pelo consumidor urbano e que o produtor agrícola considera barato e insuficientemente pago pelo comprador, beneficia, ainda, uma outra categoria econômica. Na verdade, o custo dos alimentos consumidos pelo trabalhador urbano é caro em face do salário baixo por ele recebido, mas é barato, para o patrão que emprega o seu trabalho. Aquilo que falta no pagamento dos produtos do trabalho do lavrador aparece, de fato, como mão-de-obra barata na contabilidade e no lucro da empresa nacional e multinacional. Quando o lavrador compra alguma coisa produzida pela indústria — como o adubo, o inseticida, a roupa, o calçado, o medicamento — paga caro, em comparação com os seus próprios ganhos; quando vende o seu produto, que vai ser consumido na cidade, só consegue vendê-lo barato em comparação com os lucros da grande indústria beneficiada pelo barateamento do preço da força de trabalho. Estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura, produtora da maior parte dos alimentos, para o grande capital. Mecanismo semelhante opera no caso do confisco cambial.



47. Até organismos do Estado têm se envolvido, diretamente ou através de empresas, públicas, em conflitos pela terra. Esse envolvimento fica muito mais claro nas disputas em torno das desapropriações de lavradores para a construção de rodovias e de barragens, como acontece em Itaipu e no Vale do São Francisco. Raciocinando como empresários de empresas privadas, mesmo não o sendo, no intuito de supostamente diminuir custos, os representantes do Estado nesses empreendimentos esquecem que os lavradores dessas regiões não têm terra para negociar, mas para trabalhar.

As indenizações que o Estado paga são geralmente insuficientes para que o lavrador retome em outra parte a sua vida de trabalho, nas mesmas condições em que se encontravam antes. Ou então é transferido para áreas onde são más as condições de vida e trabalho, mergulhando rapidamente numa situação de grande miséria. É o que ocorreu na barragem de Sobradinho, na Bahia, e ameaça repetir-se na região da barragem de Itaparica, em Pernambuco e Bahia, envolvendo 120 mil pessoas.

Os agricultores não têm sido atendidos na sua exigência de indenização pelos lucros cessantes, reassentamento em condições iguais ou melhores, indenização justa, ou pagamento de terra com terra quando assim for de seu desejo.

#### *Acumulação e degradação*

48. Os que não conseguem resistir a essas diferentes pressões e agressões, não conseguem continuar como posseiros, colonos, parceiros, arrendatários, moradores; transformam-se em proletários, em trabalhadores à procura de trabalho não só no campo, mas também na cidade.

É sabida a situação dos trabalhadores avulsos em amplas regiões do país, conhecidos como bóias-frias em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás; ou como "clandestinos" em Pernambuco; ou "volantes" na Bahia e em outras regiões. As oportunidades de emprego para esses trabalhadores são sazonais, o que os impede de trabalhar todos os meses do ano. Para atenuar as dificuldades que enfrentam, aceitam deslocar-se para grandes distâncias, levados pelo "gato", longe da família, sem qualquer direito trabalhista assegurado. Trabalhadores de São Paulo são encontrados, em certas épocas do ano, trabalhando no Paraná ou em Minas Gerais.

49. Mais grave ainda é a situação dos peões na Amazônia Legal. São trabalhadores sem terra, recrutados pelos "gatos" em Goiás, no Nordeste e mesmo em São Paulo e depois vendidos como uma mercadoria qualquer aos empreiteiros encarregados do desmatamento.

50. O "gato", como é conhecido em amplas regiões, opera como um agenciador de trabalhadores. Geralmente, possui ou aluga um caminhão para transportar os peões, recrutando-os sob promessas de salários e regalias que não serão cumpridas. Como não há nenhuma fiscalização, quanto mais o trabalhador se aproxima do local de trabalho, mais longe fica de qualquer proteção ou garantia quanto aos seus direitos trabalhistas. Não é diferente a situação de muitos trabalhadores rurais nas outras regiões do país quanto a estes direitos.

51. Justifica-se a venda de peões pelas dívidas que o trabalhador é obrigado a contrair, durante a viagem, com a alimentação e o próprio transporte. A dívida é transferida do "gato" ao empreiteiro que, em nome dela, escraviza o peão enquanto dele necessitar.

Os policiais, os donos de "boliches" e os donos de pensões nos povoados sertanejos estão quase sempre envolvidos nesse tráfico humano. Quando o trabalhador tenta fugir é quase sempre castigado ou assassinado em nome do princípio de que se trata de um ladrão - está tentando fugir com o que já pertence ao empreiteiro que o comprou: a sua força de trabalho.

52. Com o programa de aproveitamento da borracha natural, o próprio Estado estimula o recrutamento de milhares de seringueiros para formar novos "soldados da borracha", sem se preocupar em mudar as relações patrão-trabalhador.

53. Houve sem dúvida, iniciativas por parte de responsáveis pela política de desenvolvimento agrícola, especialmente, em algumas regiões do país. Mas, por não terem abrangido o conjunto das situações dos trabalhadores rurais e por terem alcançado uma proporção relativamente pequena de interessados, esses programas não têm efetivamente respondido às necessidades dos homens do campo.

De qualquer modo, a estrutura fundiária e seus aspectos sociais é fundamental e condicionam o sucesso de qualquer política de desenvolvimento econômico e social.

54. Direitos conquistados penosa e legitimamente ao longo da nossa História, consubstanciados em muitas de nossas leis — como é o caso das garantias fundamentais da pessoa, a igualdade jurídica dos cidadãos, a previdência social, as garantias trabalhistas e a própria legislação fundiária — têm sido precariamente observados, sobretudo em relação aos bóias-frias, aos posseiros, arrendatários, parceiros, peões, seringueiros, pescadores, garimpeiros, carvoeiros.

55. Merece menção especial os povos indígenas, dizimados através dos séculos e espoliados em seus legítimos direitos e agora novamente ameaçados quando, sob a alegação de exigências da Segurança Nacional, se pretende reservar uma faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira oeste, o que significaria a destruição do habitat das nações indígenas ali residentes.

## II. FUNDAMENTAÇÃO DOUTRINAL

### 1. A terra é um dom de Deus a todos os homens

56. Nesta parte doutrinal, na qual procuramos descobrir os critérios para discernir nossas opções pastorais a partir da realidade acima descrita, é claro que não pretendemos elaborar um tratado exaustivo de toda a mensagem bíblica e doutrinal da tradição cristã que a Igreja recebeu, enriqueceu e fielmente conservou para nós. Queremos apenas lembrar alguns temas, explicitar algumas idéias, que nos possam ajudar a compreender o problema da posse e uso da terra numa visão cristã, socialmente justa e mais fraterna.

57. É claro também que os textos aos quais nos referimos foram formulados em contextos sociais, culturais e religiosos diferentes daquele em que vivemos hoje. Não queremos cair no simplismo de tirar conclusões infundadas a partir de transposições meramente literais. Para além da letra dos textos, queremos chegar ao espírito que os

anima, à grande mensagem religiosa que eles nos transmitem e que, na sua pureza e simplicidade é facilmente compreendida pelos puros e simples de coração.

58. A Igreja, na sua doutrina social, tratou muitas vezes do problema da propriedade e, explicitamente, da propriedade da terra.

59. Essa doutrina, a Igreja não a formulou apenas em resposta aos desafios que o problema levanta em nossa sociedade, mas também em consonância com uma longa tradição que tem suas raízes na Bíblia, na mensagem de Jesus, no pensamento dos Santos Padres e Doutores. Com amor e fidelidade, ela meditou nestes textos e deles soube extrair as suas implicações sociais para a sociedade em que vivemos.

60. Deus é o criador e soberano Senhor de tudo. "Sim, o grande Deus é o Senhor, o grande Rei, maior que os deuses todos; em suas mãos está a terra inteira, dos vales aos cumos das montanhas; dele é o mar, foi Ele quem o fez e a terra firme suas mãos modelaram" (Sl 94).

61. Como criador e Senhor, é Deus que tem poder de definir o uso e a destinação da terra. Desde o início Ele a entregou aos homens para que a submetessem e dela tirassem o seu sustento (Gn 1, 23-30).

62. Formulando hoje sua doutrina social, a Igreja conserva a lembrança das severas advertências dos Profetas de Israel, que denunciavam a iniquidade dos que usavam a terra como instrumento de espoliação e opressão dos pobres e dos humildes. Não se esquece do desígnio de Deus de que a terra devia ser o suporte material da vida de uma comunidade fraterna e servicial.

63. Mas é especialmente nos ensinamentos de Jesus que ela vai procurar as fontes de sua doutrina social.

64. Jesus, o Filho de Deus, inaugura a Nova Aliança e constitui o novo Povo de Deus e a nova fraternidade pela participação em sua vida divina. Ele nos reconcilia com

o Pai, realiza a libertação total da escravidão do pecado e nos faz a todos herdeiros de Deus e seus co-herdeiros.

65. Todo o Novo Testamento, a Nova Aliança de Deus com seus filhos, irmãos de Jesus, nos orienta no sentido da partilha e da prática da Justiça na distribuição dos bens materiais, como condição necessária da fraternidade dos filhos do mesmo Pai, conforme o ensinamento do Sermão da Montanha (Mt 5; 6; 7). A conversão sincera encontra logo a expressão do gesto do dom e do restabelecimento da Justiça, tão bem retratada no episódio de Zaqueu (Lc 19,1ss). O apego exagerado aos bens materiais, a recusa a reparti-los com os pobres, podem significar uma barreira para o seguimento radical ao Senhor (Mt 19,16ss).

66. O ideal evangélico a ser atingido, a prefiguração na terra do reino definitivo, quando Deus será tudo em todos, é a construção de uma sociedade fraterna, fundada na Justiça e no amor. Para o Evangelho, os bens materiais não devem ser causa de separação, de egoísmo e de pecado, mas de comunhão e de realização de cada pessoa na comunidade dos filhos de Deus.

67. A Igreja tem presente a experiência da primitiva comunidade de Jerusalém, quando a fraternidade em Cristo, vencendo as barreiras do egoísmo, exprimia-se em gestos de partilha: "Todos os fiéis tinham tudo em comum; vendiam suas propriedades e seus bens e dividiam-nos por todos segundo a necessidade de cada um" (At 2,44-45).

68. Na elaboração de sua doutrina, a Igreja, hoje, procura aprender da experiência dos Santos Padres Antigos, que procuravam traduzir, para as suas sociedades, as lições da Sagrada Escritura. Ela ouve ainda o eco das expressões de grande vigor com que eles também denunciavam a iniquidade dos poderosos.

69. "Foi a avareza que repartiu os pretensos direitos de posse" (Sto. Ambrósio, P.L. Vol. A2, Coluna 1046). "A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos" (Sto. Ambrósio, Apud Populorum Progressio, nº 23, De Nabuthe, C. 12, nº 53 P. L. 14,747).

70. "Pelo direito das gentes, implantou-se a distinção das propriedades e o regime de servidão. Pelo direito natural, porém, vigorava a posse comum de todos e de todos a mesma liberdade" (Decr. de Graciano, L. II, D. 13). Texto particularmente expressivo pelo fato de associar à apropriação individual o regime de servidão. O egoísmo provoca os fortes a se apropriarem não só das coisas, mas também das pessoas dos mais fracos.

71. Ainda hoje a Igreja vai procurar luz e orientação no pensamento dos grandes Doutores que tentavam também fazer a síntese entre a fidelidade à Tradição e as novas realidades sociais com que se defrontavam.

Ela consulta com especial atenção o pensamento de Santo Tomás de Aquino que já vira na propriedade particular não um obstáculo à comunhão dos bens, mas um instrumento para a realização de sua destinação social: "A comunidade dos bens é atribuída ao direito natural, não no sentido de que o direito natural prescreva que tudo deva ser possuído em comum e nada seja possuído como próprio, mas no sentido que, segundo o direito natural, não existe distinção de posses, que é o resultado da convenção entre os homens e decorre do direito positivo.

Daí se conclui que a apropriação individual não é contrária ao direito natural, mas se acrescenta a ele por invenção da razão humana" (Summa Theologica, II, IIae q. 66 art. 2, ad 1). Assim a apropriação individual seria, para Santo Tomás, um dos meios de realizar a destinação social dos bens a todos. É o que ele mesmo explicita no mesmo texto, com maior precisão: "Quanto à faculdade de administrar e gerir, é lícito que o homem possua coisas como próprias; quanto ao uso, não deve o homem ter as coisas exteriores como próprias, mas como comuns, a saber, de maneira a comunicá-las aos outros ".

72. Com a evolução da Sociedade, o direito positivo teve também de evoluir e explicitar normas jurídicas para regulamentar a crescente complexidade da vida em sociedade e especificamente com relação ao problema da propriedade, da posse e do uso da terra.

73. A Igreja, embora respeitando sempre a justa autonomia das ciências jurídicas e do direito positivo, considera de seu dever pastoral a missão de proclamar as exigências fundamentais da justiça.

74. É assim que, para ser fiel a essa longa tradição brevemente evocada, a Igreja, na sua doutrina social, quando defende hoje a propriedade individual da terra e dos meios de produção, enfatiza sempre a sua função social. Assim, Pio XII denuncia o capitalismo agrário que expulsa do campo os humildes agricultores forçados a abandonar sua terra em troca de ilusões e frustrações no meio urbano: "O capital se apressa a apoderar-se da terra (...) que se torna, assim, não mais objeto de amor, mas de fria especulação. A terra, nutriz generosa das populações urbanas, como das populações camponesas, passa a produzir apenas para esta especulação e enquanto o povo sofre fome, o agricultor oprimido de dívidas, caminha lentamente para a ruína, a economia do país se esgota, para comprar a preços elevados o abastecimento que se vê obrigada a importar do exterior" ("Al particolare compiacimento". Alocução aos membros do Congresso da Confederação Italiana dos Agricultores, 15 de novembro de 1946, n.º 14).

75. "O conjunto dos bens da terra destina-se, antes de mais nada, a garantir a todos os homens um decente teor de vida" (João XXIII, *Mater et Magistra*, nº 119).

76. A Constituição Pastoral "Gaudium et Spes", do Concílio Vaticano II, explicitou as exigências do direito natural com relação ao problema da terra num texto de impressionante atualidade para a situação brasileira. "Em muitas regiões economicamente menos desenvolvidas existem extensíssimas propriedades rurais, mediocrementemente cultivadas ou reservadas para fins de especulação, enquanto a maior parte da população carece de terras ou possui só parcelas irrisórias e, por outro lado, o desenvolvimento das populações agrícolas apresenta-se com caráter de urgência evidente.

Não raras vezes, aqueles que trabalham por conta dos senhores ou cultivam uma parte de seus bens a título de arrendamento, recebem um salário ou retribuição indigna de um homem, não têm habitação decente e são explorados pelos intermediários.

Vivendo na maior insegurança, é tal a sua dependência pessoal, que lhes tira toda possibilidade de agir espontaneamente e com responsabilidade, toda promoção cultural e toda a participação na vida social e política. Portanto, são necessárias reformas nos vários casos: aumentar as remunerações, melhorar as condições de trabalho, aumentar a

segurança no emprego, estimular a iniciativa no trabalho e, portanto, distribuir as propriedades insuficientemente cultivadas por aqueles que a possam tornar rendosas.

Neste caso, devem-lhes ser assegurados os recursos e os instrumentos indispensáveis, particularmente os meios de educação e as possibilidades de uma justa organização cooperativista" (GS nº 71).

77. Paulo VI insiste no princípio que "a propriedade privada não constitui para ninguém direito incondicional e absoluto" (*Populorum Progressio*, nº 23).

78. João Paulo II, dirigindo-se aos agricultores de Oaxaca, afirma: "De vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes, por vezes, improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias, a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor dos desvalidos e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja, vos repete comigo: Não é justo, não é humano, não é cristão continuar com certas situações claramente injustas" (Aloc. em Oaxaca, AAS, LXI, p. 210).

79. "Os bens e riquezas do mundo, por sua origem e natureza, segundo a vontade do Criador, são para servir efetivamente à utilidade e ao proveito de todos e cada um dos homens e dos povos. Por isso a todos e a cada um compete o direito primário e fundamental, absolutamente inviolável, de usar solidariamente esses bens, na medida do necessário para uma realização digna da pessoa humana". Todos os outros direitos, também a propriedade e livre comércio, lhe são subordinadas, como nos ensina João Paulo II: "Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social".

80. Uma hipoteca é uma garantia do cumprimento de obrigações assumidas. Da expressão do Santo Padre se conclui, pois, que toda propriedade privada está, de certo modo, penhorada, gravada pelo compromisso de sua destinação social.

81. A propriedade compatível com aquele direito primordial é, antes de tudo, um poder de gestão e administração, que, embora não exclua o domínio, não o torna absoluto nem ilimitado. Deve ser fonte de liberdade para todos, nunca de dominação nem de privilégios. É um dever grave e urgente fazê-lo retornar à sua finalidade primeira" (*Puebla*, nº 492).



## 2. Terra de exploração e terra de trabalho

82. Essa mensagem de Deus está viva na mente de grande número de nossos trabalhadores rurais. Os posseiros a expressam quando lutam pela "posse e uso" de sua terra, mais do que pela "propriedade". Esta, a propriedade, em muitos casos, é representada pelos grileiros, pelos grandes fazendeiros, pelas empresas agropecuárias e agro-industriais. Estas "negociam com a terra": um bem dado por Deus a todos os homens.

83. Esta consciência do povo nos alerta para a distinção entre os dois tipos de apropriação da terra que merecem nossa atenção: terra de exploração, que nosso lavrador chama terra de negócio, e terra de trabalho. Essa distinção, entretanto não desconhece a existência da terra como terra de produção, da propriedade rural que respeita o direito dos trabalhadores, segundo as exigências da doutrina social da Igreja.

84. Terra de trabalho é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade.

85. Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse.

Essas formas de propriedade, alternativas à exploração capitalista, abrem claramente um amplo caminho, que viabiliza o trabalho comunitário, até em áreas extensas, e a utilização de uma tecnologia adequada, tornando dispensável a exploração do trabalho alheio.

86. Há no país uma clara oposição entre dois tipos de regimes de propriedade: de um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é a

propriedade capitalista; de outro, aqueles regimes alternativos de propriedade, mencionados antes, que estão sendo destruídos ou mutilados pelo capital: o da propriedade familiar, como a dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da posse, no qual a terra é concebida como propriedade de todos a cujos frutos pertencem à família que nela trabalha, regime difundido em todo o país e sobretudo na chamada Amazônia Legal; a propriedade tribal e comunitária dos povos indígenas e de algumas comunidades rurais.

87. É oportuna a advertência de João XXIII: "Não é possível estabelecer, a priori, qual a estrutura que mais convém à empresa agrícola, dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país e, mais ainda, entre os diversos países do mundo. Contudo, quando se tem um conceito humano e cristão do homem e da família, não se pode deixar de considerar como ideal a empresa que funciona como comunidade de pessoas: então as relações, entre os seus membros e estruturas, correspondem às normas da Justiça (...). De modo particular, deve considerar-se como ideal a empresa de dimensões familiares. Nem se pode deixar de trabalhar para que uma e outra cheguem a ser realidade, de acordo com as condições ambientais" (Mater et Magistra, nº 139).

88. No caso de pequenos e médios produtores, fica evidente que muitos são involuntariamente transformados em instrumentos da exploração de seus semelhantes, através da subordinação da sua produção aos interesses das grandes empresas que exercem um controle crescente, direto e indireto, sobre a economia agropecuária e que são as beneficiárias em última instância do seu trabalho e da riqueza extraída da terra.

89. Cumpre distinguir entre propriedade capitalista da terra e propriedade privada da terra. Enquanto a primeira é utilizada como instrumento de exploração do trabalho alheio, a segunda é usada como instrumento de trabalho do próprio trabalhador e de sua família, ou cultivada pelo proprietário com mão-de-obra assalariada, tendo função social e respeitando os direitos fundamentais do trabalhador.

"A propriedade particular ou algum domínio sobre os bens exteriores conferem a cada um o espaço absolutamente necessário à autonomia pessoal e familiar; devem ser considerados como um prolongamento da liberdade humana" (Gaudium et Spes, nº 71).

90. Não pretendemos, com as distinções acima, trazer uma formulação jurídica com a precisão técnica que os textos de lei devem ter. Queremos, antes, indicar quais os valores positivos que se incluem no direito de propriedade privada e quais os contravalores que foram introduzidos pela ganância opressora dos poderosos.

Confiamos à objetividade dos juristas a missão de encontrar fórmulas jurídicas adequadas para a defesa do direito de acesso à propriedade da terra para aqueles que efetivamente querem cultivá-la de modo produtivo.

91. "A terra é uma dádiva de Deus". Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas, é o trabalho sobretudo que legitima a posse da terra.

É o que entendem os posseiros quando se concedem o direito de abrir suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum e que enquanto trabalharem nela, não poderão ser expulsos.

92. Importa, enfim, não esquecer a terra de moradia, problema particularmente angustioso nas periferias urbanas, onde as famílias são obrigadas a viver em condições desumanas de promiscuidade e insegurança, e de onde, muitas vezes, são expulsas, até com violências, para se atenderem interesses das empresas imobiliárias ou por razões de urbanização.

93. Essa expulsão da terra de moradia se apresenta mais injusta e desumana, porque as famílias ficam expostas ao total desabrigo e abandono.

### III. NOSSO COMPROMISSO PASTORAL

94. Deus continua a zelar pelo seu povo. E, por meio da vida do seu povo, Ele nos interpela. Que faremos para que a terra seja um bem de todos?

Que faremos para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada?

Que faremos para que a sociedade brasileira consiga superar a injustiça institucionalizada e rejeitar as opções políticas antievangélicas?

Consideramos como algo positivo o questionamento aqui levantado. Entretanto, entendemos que sem ações concretas que já respondam a esses desafios, a Igreja não será sinal do amor de Deus pelo homens.

Por isso,

95. 1º — Queremos, como primeiro gesto, procurar submeter o problema da posse e uso dos bens da Igreja a um exame e a uma constante revisão quanto à sua destinação pastoral e social, evitando a especulação imobiliária e respeitando os direitos dos que trabalham na terra.

96. 2º — Assumimos o compromisso de denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de nossas dioceses e prelazias e combater as causas geradoras de tais injustiças e violências, em fidelidade aos compromissos assumidos em Puebla (Puebla, n.º 1160).

97. 3º — Reafirmamos o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa, também em conformidade com os mesmos compromissos (Puebla, n.º 1162).

98. Nossa atuação pastoral, cuidando de não substituir as iniciativas do povo, estimulará a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações, comissões e outras formas de cooperação, para que sejam realmente organismos autônomos e livres, defendendo os interesses e coordenando as reivindicações de seus membros e de toda sua classe.

99. 4º — Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho.

Apoiamos igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária,

trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população. Apoiamos também a criação do parque Yanomami na forma que evite a redução ou fragmentação daquele território tribal, e insistimos na urgente demarcação das demais reservas indígenas, inclusive daquelas que se situam nas áreas de fronteira do nosso país.

100. 5º — Empenhamo-nos em defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos — muitos deles expulsos do campo — em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana, especialmente no que se refere ao direito a terrenos e moradia, alterando o regime de propriedade urbana e da especulação imobiliária, e ao direito fundamental ao trabalho e justa remuneração.

101. 6º — Comprometemo-nos a condenar, de acordo com o documento de Puebla, tanto o capitalismo, cujos efeitos funestos foram em parte apontados neste documento, como o coletivismo marxista de cujos malefícios temos notícia em outros países (cf. Puebla, n.º 312, 313 e 546).

102. 7º — Renovamos nossos compromissos de aprofundar nas comunidades eclesiais, rurais e urbanas, a vivência do Evangelho — convictos da sua força transformadora — como maneira mais eficaz de a Igreja colaborar com a causa dos trabalhadores.

Nessas comunidades, os cristãos, impulsionados pela graça de Deus, iluminados pelo Evangelho de Jesus e animados pela palavra da Igreja - por exemplo, pela encíclica "Mater et Magistra" do Papa João XXIII - entram num processo de constante conscientização e adquirem, cada vez mais, uma visão crítica da realidade. Com os irmãos na fé e todos os trabalhadores, procuraremos organizar uma nova sociedade. Com eles, apoiados em Deus, despertaremos um novo espírito de convivência.

103. Assumindo um compromisso sério com os trabalhadores, precisamos alimentar sua e nossa coragem e sua e nossa esperança, especialmente na hora das dificuldades e das perseguições.

Assim constantemente reanimados pela lembrança da promessa e da certeza da libertação trazida pelo Senhor, vivida na comunidade e celebrada no mistério da

Eucaristia, os cristãos cumprirão entre seus irmãos trabalhadores, sua missão de fermento, sal e luz.

104. Assim, a Igreja contribuirá permanentemente na construção do homem novo, base de uma nova sociedade.

## CONCLUSÃO

105. Fazemos esse pronunciamento exatamente quando se defere hoje à agricultura uma grave responsabilidade no atendimento às exigências energéticas alternativas e à urgência de aumentar nossas exportações.

106. Receamos que o desempenho dessas tarefas sirva de novo pretexto para atropelar os direitos dos humildes, em cuja defesa assumimos o nosso compromisso de pastores. Esse receio não é infundado. Entre as formas de neocolonialismo denunciadas por João Paulo II, aparece hoje como ameaçadora uma organização da economia internacional que defere ao Brasil e a outras nações subdesenvolvidas a função de fornecedores de alimentos e matérias-primas de origem agrícola às nações que controlam aquela economia. Nesse contexto, grandes estratégias intensivas de capital reforçariam a condição de dependência da economia brasileira e haveria de precipitar o processo de proletarização dos nossos homens do campo.

107. Entendemos que a problemática dos trabalhadores rurais e urbanos e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas as mentalidades e a estrutura em que funciona a nossa sociedade. Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalistas, e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho da maioria.

108. Por outro lado, reconhecemos que a experiência e a criatividade de nosso povo que cultiva a terra podem indicar caminhos novos para o aproveitamento de

tecnologias alternativas e de formas comunitárias e cooperativas de uso dos instrumentos de trabalho.

109. Essa sociedade será construída com o esforço de todos, com a necessária participação dos jovens, com a união e organização dos fracos, aqueles que o mundo tem por desprezíveis e que Deus escolheu para confundir e julgar os poderosos (cf. 1Cor 1,26ss).

110. Finalmente, expressamos nosso total apoio e estímulo a todos os animadores de comunidade, agentes pastorais e membros de organismos e entidades que, ao longo dos últimos anos, realizaram tarefas de Pastoral da Terra, Pastoral Indigenista, Pastoral Operária e outras formas de Pastoral junto aos das outras Igrejas Cristãs unidas pelo mesmo ideal.

111. Pedimos ao Senhor que nos ilumine, e nos dê força e coragem para pôr em prática os compromissos que fizemos.

112. Pedimos aos nossos irmãos na fé e na esperança, os cristãos todos de nossas comunidades, que assumam conosco esses compromissos. A tarefa será de toda a Igreja. Que o Senhor nos fortaleça e nos ajude a darmos aquele testemunho de unidade que ele mesmo pediu na hora de oferecer sua vida por nós (cf. Jo 17).

**ANEXO C – 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**



Cartaz do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1979)



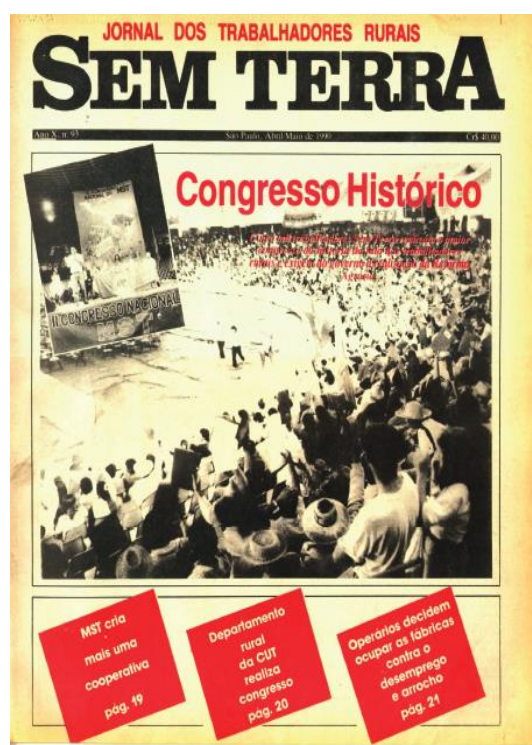


Cartaz do 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985)

**ANEXO E – Edições do Jornal Sem Terra (2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)**



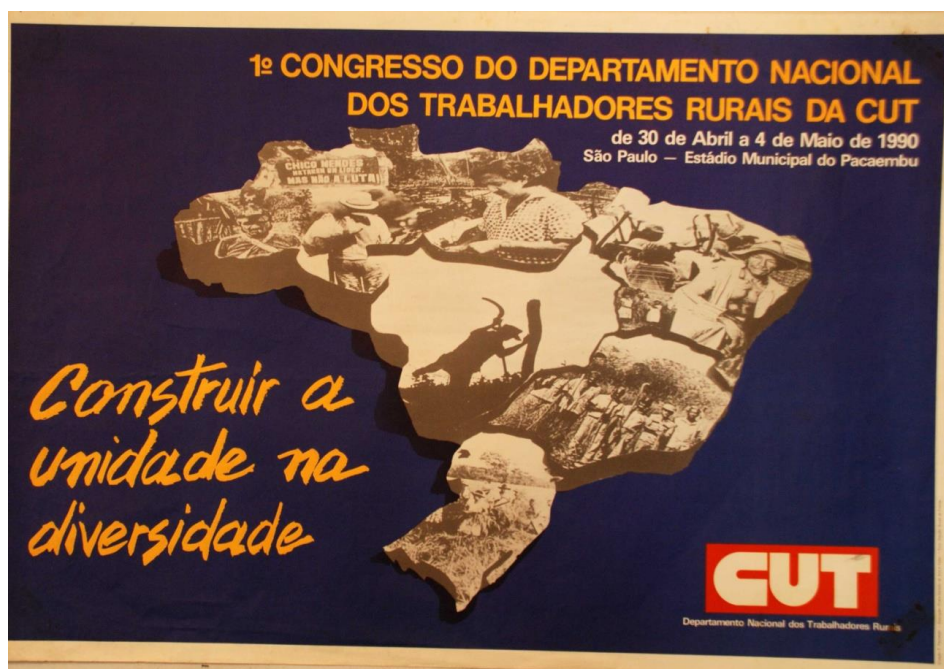
Edição do Jornal Sem Terra em janeiro de 1990. O jornal era uma estratégia de comunicação e mobilização dos trabalhadores rurais para informar sobre a realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Edição especial do Jornal Sem Terra em 1990. Nesta edição foram publicadas integralmente todas as resoluções do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

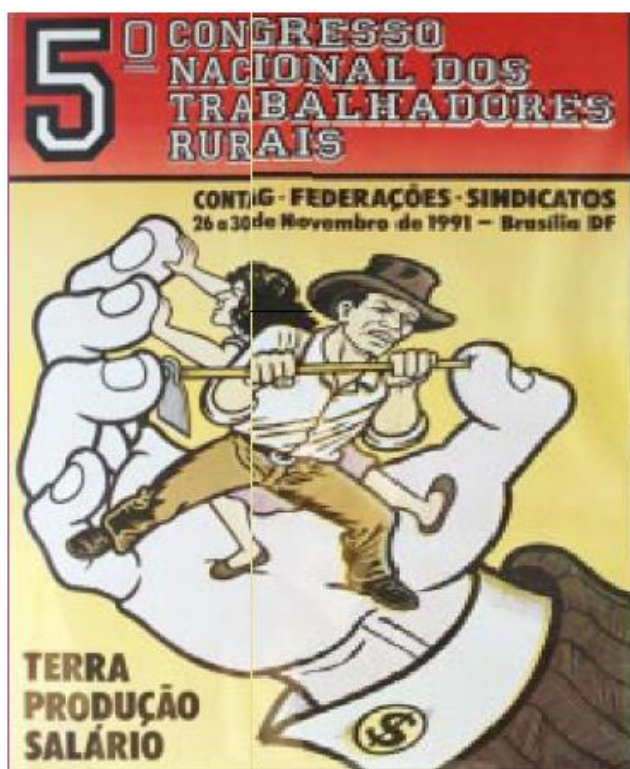


**ANEXO F - 1º Congresso Do Departamento Nacional dos Trbalhadores rurais da CUT**



Cartaz do 1º Congresso Do Departamento Nacional dos Trbalhadores rurais da CUT (1990)

**ANEXO G – 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**



Cartaz do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (1991)